

Luciana Vanzan da Silva

**“Tramas urbanas de uma cidade ocupada:
análise possível de uma experiência com ocupações no Rio de
Janeiro”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de Subjetividade e Política.

Orientador: Prof. Luís Antônio Baptista.

Niterói
2006

Luciana Vanzan da Silva

**“Tramas urbanas de uma cidade ocupada:
análise possível de uma experiência com ocupações no Rio de Janeiro”**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Antônio Baptista - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Deise Mancebo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Ana Maiolino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão!
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz!
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão!
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão

(J. Darion / M. Leigh – versão: Chico Buarque/Rui Guerra)

Dedico este trabalho àqueles que sonharam, lutaram, venceram, e que hoje têm como leito, o impossível chão, Cláudio e Ferreira.

AGRADECIMENTOS

A Luís Antônio Baptista, meu poeta-orientador no-meio-do-caminho, que na verdade já estava no meu horizonte há muito tempo, por sua paciência (quando eu sumia), ternura e generosidade. Por sua facilidade em clarear idéias, pensamentos e sentimentos.

A Deise Mancebo, a mestre-mãe, que acolheu e orientou, que me mostrou que a psicologia pode ser uma outra coisa. Por sua, sempre, amizade, disponibilidade e vontade de abrir caminhos.

A Cecília Coimbra, pela participação na Banca Examinadora, pelas sugestões, pela constante disposição de luta contra as formas de opressão do corpo, do pensamento e do espírito.

A Ana Maiolino, pela participação na Banca Examinadora, pela sincera e afetuosa disponibilidade.

Aos amigos e moradores das Ocupações – Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares – pela amizade, carinho, luta e resistência. Pela potência. Pela disponibilidade de participar deste trabalho.

Aos meus pais e ao meu irmão, Vinícius, que possibilitaram minha chegada até aqui, por seu amor, apoio e confiança constantes e incondicionais.

Às minhas filhas-do-corção, Luísa, Manuela e Maria Fernanda, ao meu filho-do-corção, João Pedro, que mesmo estando longe, fazem o colorido dos meus dias.

Aos amigos, familiares, primos, camaradas, companheiros, marinheiros, que juntos tecemos substanciais cotidianos de alegrias, felicidades, lutas e determinação
(Que possamos continuar assim!)

Em especial a minha avó, Amélia, única, sempre em meu coração, pelo cuidado, dedicação e carinho dispensados a mim. Minha chegada até aqui é uma vitória dos seus cem anos.

RESUMO

O presente trabalho busca, a partir da análise das configurações da globalização e do espaço na atualidade, pensar a emergência de práticas de viver a/cidade que possibilitem a vivência de uma outra experiência subjetiva a partir dessas práticas.

O trabalho centrar-se-á sobre a experiência de uma ocupação de um prédio abandonado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2004. Especificamente, o trabalho tratará da experiência/vivência no cotidiano da ocupação, como forma de transitar entre experiências que têm criado e recriado formas de vivenciar o espaço urbano que escapam ao hegemonicamente preconizado.

Para isso foi necessário fazermos algumas breves análises: 1) do modo como o espaço era compreendido na modernidade, e como se apresenta no momento atual e 2) das moradias populares do final do século XIX na cidade do Rio, incluindo os processos de remoções ocorridos na década de 1960.

ABSTRACT

This work sets out, from the analysis of the configurations of globalization and space in present days, to think the emergence of practices of living the/in the city that make possible the living of another subjective experience from the starting point of these practices.

The work focuses on the experience of a squat, occupied by homeless people in the city of Rio de Janeiro in the year 2004. Specifically, the work treats the experience/ living in the day-to-day of the squat, as a way of transiting between experiences that have created and recreated ways of living the urban space that escape the hegemonically preconized.

For this purpose, it was necessary to do some brief analysis: 1) on the way space was understood in the modernity, and how it presents itself in the present moment and 2) the popular housing at the end of the XIX century in the city of Rio, including the processes of removals occurred in the 1960s.

SUMÁRIO

Introdução	02
Capítulo I. Breve apresentação acerca das configurações da globalização	15
I.1) A dinâmica espacial	19
I.2) O espaço pré-moderno	19
I.3) O espaço na modernidade	21
I.4) Configurações espaciais e as transformações tecnológicas	24
I.5) Espaço-tempo e a contemporaneidade: Tempo e espaço como fonte de poder e lutas sociais	29
I.6) Contribuições que tangenciam outros horizontes	32
Capítulo II. Moradias populares no período pós-escravatura	38
II.1) A população sobe os morros	40
II.2) A população se amontoa nos cortiços e casebres	45
II.3) A população ocupa prédios abandonados	51
II. 3.a) Por que o Centro e o início – um sentido possível	56
II.3. b) Lava roupa toda dia	64
II.3.c) Os saberes-poder que compõem o coletivo	66
II.3.d) Sobre os conflitos... conosco... com a polícia	70
II.3.e) As pedras no caminho	74
Considerações finais	77
Um pouco da história de vida dos participantes deste trabalho e sobre nossas conversas	81
Referências Bibliográficas	88
Anexo - Outras ocupações...	92

I - INTRODUÇÃO

Considero pertinente iniciar com um breve comentário que apresente os pensamentos e as idéias que perpassam minha vida, e conseqüentemente, meu trabalho. O objetivo dessa apresentação encontra-se no fato de considerar importante expressar as idéias em que acredito, que me fazem pensar neste trabalho e na forma como o estou desenvolvendo até aqui.

Venho de uma formação em psicologia – a ciência que se pretende estudiosa dos pensamentos e razões mais íntimos das almas humanas. Minha formação nessa área fugiu ao convencionalmente estudado numa formação em psicologia. Tive a oportunidade de trabalhar em um projeto de pesquisa dentro da área da psicologia social, que tratava da questão da globalização e as possíveis conseqüências na produção da subjetividade contemporânea. Essa experiência trouxe inúmeros ganhos a minha formação, à ampliação nos horizontes de temas estudados dentro do corpo teórico próprio à psicologia. Interessante experiência que forneceu instrumentos à construção de meu pensamento no que se refere aos elementos que participam da constituição das mais diferentes condições humanas. Quero dizer com isso, que entendo a subjetividade como a expressão de um encontro de distintos elementos e forças – biológicas, psicológicas, sócio-históricas, econômicas, institucionais, coletivas, individuais e culturais. Destaco esse aspecto, porque muitas vezes a psicologia tentou – e ainda tenta – encontrar uma explicação de causa unilateral, ou essencial, ou ambas, para os fenômenos humanos.

No momento que escrevo, me vem a mente uma série de reportagens de um jornal do mês de setembro de 2005¹: um presidente apelando à população por calma e paciência, ao mesmo tempo em que se preocupa com os descontroláveis preços do barril de petróleo que podem comprometer sua nação financeiramente junto a credores, enquanto a mesma população, amontoada com outras 20 mil pessoas num estádio, aguarda suprimentos de água, comida e remédio, após ter passado por uma catástrofe ecológica que assolou a cidade.

Ainda no jornal, notícias² de violência, abuso de poder, balas perdidas, retratam o descaso das instituições públicas com a população carioca, que passa, em sua totalidade, e guardada as

¹ As reportagens a que me refiro, relacionam-se aos acontecimentos ocorridos em Nova Orleans – EUA, após a passagem do furacão Katrina no segundo semestre de 2005.

² Refiro-me a uma série de notícias habituais sobre a questão da violência, corrupção nas instituições de segurança pública, descaso dos governos municipal e estadual do Rio de Janeiro no tocante a situação da violência produzida por traficantes e policiais na cidade do Rio.

devidas proporções e gravidades circunstanciais, por uma constante e crescente precarização³ da vida.

Mais adiante, leio sobre as inconsoláveis mães que relembram um ano da violência⁴ e intransigência que as fez perderem seus filhos – pequeninos, impossibilitados de qualquer reação frente à arrogância de governantes que há anos massacram populações como forma de sustentarem seu status de nação dominante, sua primazia territorial.

Ainda no jornal, fico perplexa com a quantidade de dinheiro movimentada no recente episódio das propinas entre políticos brasileiros⁵, dando a impressão de que Brasília paira sobre toda a nação, como se dela estivesse descolada. Milhões e milhões movimentam favores, compras e negócios ilícitos, interesses pessoais que revelam a ganância, a falta de comprometimento ético com um povo que é constituído de milhões de miseráveis. Isso me faz lembrar o assassinato pela polícia britânica de um brasileiro em Londres⁶, e o papel leviano e arrogante das autoridades inglesas querendo comprar, com indenizações, a dor da ausência, imposta de forma tão estúpida, pela perda da vida de um filho.

A realidade diária, perpassada constantemente pelos valores de uma sociedade que prioriza o ter, que vulgariza a existência, que em seu esgarçamento “aniquilina a condição humana”, me faz refletir sobre o que Baptista (2001) chama de “banalização da morte e apogeu do individualismo pragmático da contemporaneidade” (p.199), ou ainda “desnaturalização da violência e banalização do cotidiano” (Kowarick, 2000, p. 107) elementos estes que tem esvaziado as ações coletivas que buscam uma mudança, ou simplesmente uma melhoria das condições de vida de toda a população.

Todos os dias me pergunto aonde estão aqueles que, renunciando a uma condição alienante e tranquilizante, deixam-se atravessar pelos fatos, acontecimentos, perdas, alegrias,

³ Inspiro-me no pensamento de Lúcio Kowarick (2000): precarização da vida como um todo, refere-se a diferentes circunstâncias que dificultam, tornam sofrível a vida: precariedade dos serviços de saúde (escassez de hospitais, super lotação dos que existem, falta de medicamentos e equipamentos), ineficiência da educação (falta de professores, material didático, incentivo e infra-estrutura debilitada), da realidade do trabalho (desemprego, flexibilização das relações trabalhistas, baixa remuneração), das condições de vida nas favelas e periferias ou áreas onde se concentram a população mais pobre (escassez de infra-estrutura de saneamento básico – água e esgoto encanados, de asfaltamento de ruas, de rede elétrica, de transporte).

⁴ Refiro-me ao atentado ocorrido em 2004, a uma escola na cidade de Beslan, Rússia, matando centenas de pessoas, entre elas, 300 crianças.

⁵ Refiro-me ao episódio dos mensalões, investigados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no Governo Lula, durante os anos de 2005 e 2006.

⁶ Faço referência ao assassinato (dos oito tiros que levou, sete foram na cabeça) de Jean Charles de Menezes, pela polícia londrina, quando foi confundido com um terrorista.

vitórias vivenciadas pelos outros, e que através desse atravessamento, somam-se a uma proposta coletiva de construção de uma vida/existência ética, justa e digna⁷.

A sociedade atual, baseada nos valores do capital financeiro, da acumulação flexível, do consumo desmedido, tem polarizado a condição da existência humana, em expressões diferentes de um mesmo fenômeno: aqueles em condição de consumir, individualmente e ilimitadamente, e aqueles, desprovidos de recursos, pobres, excluídos de muitas das algumas possibilidades do sistema.

No cotidiano de nossa cidade é possível observar algumas nuances dessa dinâmica: morros e favelas, em permanente crescimento, em constante conflito. Indivíduos que ao cruzarem nosso caminho, causam um certo desconforto e insegurança, pois se transfiguram em emblemas daquilo que pode nos furtar o estimado *lugar ao sol*; indivíduos que se acalentam ao assistir o ultrajante contexto de determinada novela⁸, onde as pessoas locomovem-se do Brasil aos Estados Unidos, como se a distância existente entre esses lugares, não estivesse relacionada a uma *simples* questão geográfica, mas também, econômica, de polarização na distribuição de riqueza e da pobreza.

Em outro contexto, encontra-se a população que faz uso de perfumes que custam um salário mínimo, na tentativa de sobressair ao cheiro nauseante de ruas imundas devido à falta de educação dessa mesma população. Aqueles que desfrutam de lazer em espaços fechados, milimetricamente criados para não deixar que qualquer imprevisto ocorra perturbando o momento de gozar a vida. Carros blindados, condomínios de forte esquema de segurança, separam a vida das ruas, daquela observada e desejada através da tela da TV.

Vera Malaguti (2005), em seu texto sobre “Medo na cidade do Rio de Janeiro” discorre sobre o medo e as classes empobrecidas e a permanente associação das forças populares ao caos e à desordem. De acordo com a autora, as elites brasileiras têm trabalhado o medo como estratégia de derrota dessas forças populares, e como legitimação de práticas autoritárias, disciplinadoras e de controle dessas massas. A difusão desses mecanismos de controle social, reproduz toda uma

⁷ Nesse trecho inspirei-me em uma citação usada por Baptista (2001, p. 202) do livro “História e narração em W. Benjamin”. Campinas: Perspectiva/FAPESP, 1994, que diz o seguinte: “dimensão social do sujeito que, renunciando à clausura tranquilizante, mas também à sufocação da particularidade individual, é atravessado pelas ondas de desejo, de revoltas, de desesperos coletivos” (p.85).

⁸ Refiro-me a uma novela veiculada pela Rede Globo de Televisão no ano de 2005, onde os personagens realizavam viagens de ida e volta entre Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) e Estados Unidos (Miami), como se fossem no Bairro ao adjacente ao seu, como se esse tipo de condição para viajar não estivesse relacionado a uma questão de dinheiro, e autorização de entrada num outro país.

lógica de repressão e segregação propagada desde a escravidão, recrudescida por meio de táticas de tortura e práticas de extermínio na época da ditadura militar no país que, até hoje, estão presentes no cotidiano de nossas instituições policiais.

A autora afirma ainda, que o medo na sociedade atual cria uma certa paralisação que exige cada vez mais dureza no combate ao crime, alimenta-se da violência, do extermínio como forma de espetáculo, veiculado pelos meios de comunicação de massa, distanciando cada vez mais, qualquer possibilidade de questionamento da “violência de uma sociedade tão desigual e tão rigidamente hierarquizada” (op. cit. p.45). Lei, Ordem, Segurança: são os apelos pela normatização da cidade diante da desordem, resultando na produção de estratégias locais de afastamento e isolamento dos indesejáveis (Barbosa, 2006).

A tragédia ocorrida nos meses de maio e junho de 2006 em São Paulo, onde quase 130 pessoas foram assassinadas, tem suscitado conversas, discussões, onde se pode observar certas opiniões que transparecem a forma como um número expressivo de pessoas pensam sobre esse caso: acham absurda a exigência de identificação das pessoas que morreram nesse episódio, argumentando que todos são bandidos, e que ‘bandido tem mais é que morrer’ (sic). Pouco mais de dez anos atrás, a sociedade brasileira assistiu ao extermínio, realizado pela Polícia Militar, de 111 detentos do presídio de Carandiru, em São Paulo. Na época, 41% dos paulistanos manifestaram-se a favor do massacre praticado pelas autoridades do Estado (Kowarick, 2000). Isso me faz lembrar daquela famosa frase de conhecida autoridade que dizia que *bandido bom é bandido morto*.

O uso do chamado Caveirão, carro blindado do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar, vem sendo usado sistematicamente nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, adentrando nas comunidades de forma abusiva, desrespeitosa e intimidadora. A classe média carioca nada expressa sobre o fato. Parece que os problemas só se tornam visíveis quando atingem aqueles que possuem vez e voz, em que já há algum tempo, um bom tempo aliás, não estão incluídos nesse bojo, os pobres.

Outro dia, comentando com amigos que moram numa ocupação na cidade, sobre esse tipo de incursão da polícia nas comunidades, um deles falou que, em meio a essa realidade grotesca da nossa polícia militar, somente fazendo *piada* é que ‘dá pra levar’ (sic). Começou a nos contar a seguinte piada:

Na época da escravidão, a igreja católica, pra justificar o seu não enfrentamento contra a escravidão, dizia que o negro não tinha alma. Um bom tempo depois, a gente descobre, o Estado reconhece, que o negro tem alma, tanto que reconhece, que manda um carro blindado pra dentro das favelas pra dizer que vai pegar a sua alma.

A insegurança, o medo nas classes abastadas se vinga no corpo dos mais fracos. A naturalização dessas práticas e discursos acarretam conseqüências estéticas, que de acordo com Malaguti, *concretizam-se espacialmente* (op. cit. p.52) em cenários geopolíticos hierarquizados:

Trata-se de identificar, traçar e criar fronteiras para os “novos estranhos”, os consumidores falhos, aqueles que desordenam a ‘preservação da pureza da vida consumista’, como disse Bauman... A pobreza não é mais exército de reserva de mão-de-obra, mas um sinal de desordem a ser isolado e neutralizado (2005, p. 54).

Octavio Ianni (1997) ilustra de forma veemente essa imagem do homem contemporâneo das grandes cidades: “os cidadãos movem-se como em transe, em um estado de despersonalização que se manifesta em indiferença. O fim desses processos anômicos de isolamento, apatia e inércia é o autismo social, a alienação do indivíduo e seu estranhamento de si próprio e dos outros” (Ianni, 1997, p.74).

Esse parece ser o panorama do cenário de dois extremos da população que hoje vive na cidade do Rio. Claro que existem inúmeros matizes entre os dois extremos, mas o meu objetivo é pensar justamente a partir dos extremos que polarizam a condição existencial humana. Extremos que justificam toda uma legislação permissiva e adequada ao ilimitado deslocamento daqueles de uma ponta, ao mesmo tempo que encarceram – seja através de instituições físicas, ou pela simples condição de vida que em si já aprisiona – os demais, garantindo que poucos desfrutem de privilégios adquiridos – seja de forma lícita ou ilícita, não importa – e que muitos outros, em nenhuma circunstância, possam sequer oferecer ameaça a permanência dessa situação.

Ao longo dos anos aqui no Rio de Janeiro, através da participação em movimentos estudantis dentro da universidade, me envolvi com outros movimentos criados dentro de comunidades, em sua maioria, localizadas em favelas, que possuem como interesse comum a luta por moradia. Hoje participo de uma frente do movimento sem teto na cidade do Rio de Janeiro. Essa participação extrapola qualquer inserção entendida apenas como o trabalho de um militante de movimento popular. Quero dizer com isso, que encontro nesse espaço muito mais que uma simples oportunidade de atuar politicamente: encontro a possibilidade de criar laços de amizade e

companheirismo em torno de uma luta social comum; apoio, incentivo e motivação que sustenta a luta no dia-a-dia.

Minha vivência nesse projeto de ocupação de áreas abandonadas junto ao movimento sem-teto, primeiramente, possibilitou-me experienciar outras relações, outras maneiras de criação, outros pontos de partida de pensamento e ação, que estão comprometidamente ligados a uma proposta coletiva de lutar contra a exploração de toda uma população, contra uma forma individualista de viver que se tem pretendido como única forma possível de se estar existindo no mundo.

Essa experiência me fez pensar que encontro acontece para que, ainda e apesar de tudo, essas redes se formem, justamente onde os recursos são mais escassos, onde a questão iminente de sobrevivência, muitas vezes, individual, se faz presente na maior parte do tempo.

Faço uso de um conceito de James Holston (1996) que dá corpo a essas idéias, acerca da “cidadania insurgente”. De acordo com o autor, a cidadania insurgente constitui-se tanto em organizações formais como em simplesmente, práticas cotidianas que desordenam ou subvertem as agendas do Estado (1996, p.249), ou seja, introduzem na cidade novas práticas que perturbam ou rompem com categorias normativas e aceitas da vida social. O autor acredita que se constituem em experiências novas, porque, além de forçar o Estado a responder a novas condições sociais das camadas de trabalhadores empobrecidos, muitas vezes, também abrem precedente à criação de outros tipos de direito, ligados intrinsecamente com todo um complexo de precarização da condição de existência dessas populações.

Ao mesmo tempo em que o autor nos fala do papel de determinados movimentos sociais na expansão de cidadania por meio da criação de novos direitos, ele revela também o movimento de reação das classes dominantes: “se a cidade é nesse sentido uma arena para a autocriação (...) de novos cidadãos, é também, e por causa disso mesmo, uma zona de guerra: as classes dominantes contrapõem-se ao avanço dos novos cidadãos com inovadas estratégias de segregação, privatização e fortificação” (op. cit., 1996, p. 251).

Assim a cidade como zona de guerra ameaça o papel regulamentador do Estado, subvertendo os princípios universais de cidadania nacional (op. cit. p. 251), inscreve-se como “texto e contexto de novos debates sobre relações sociais fundamentais” (ibid. p.252) revelando o caráter múltiplo da vida urbana contemporânea, abrindo a possibilidade de criação e reestruturação de outras possíveis práticas no contexto da cidade urbana.

Utilizando-me das idéias de Baptista (2001) o objetivo é pensar e apostar nessas ocupações e no cotidiano que se produz ali, como um lugar atravessado por anseios e revoltas que promovem justamente essa criação cotidiana, uma criação particular, mas não individualizada, onde há uma aposta coletiva para a solução de um problema particular que é a questão da moradia.

Especificamente, o trabalho que estou pretendendo desenvolver surge a partir de uma investigação acerca do fenômeno da globalização e da questão do espaço urbano no contexto da globalização. A partir daí possui a proposta de se constituir em uma reflexão sobre ação política⁹ - práticas que se têm configurado – tomando como ponto de partida a investigação acerca de uma experiência de ocupação de prédios abandonados na cidade do Rio de Janeiro. Considero este projeto como uma proposta de trânsito entre as questões que tangenciam as configurações contemporâneas das cidades, de alguma forma referentes ao modo com que nos apropriamos desses espaços citadinos, e também, como um transitar entre experiências, que na ausência de uma denominação adequada, considero como formas de resistência, ou seja, como produtoras de práticas não hegemônicas de se vivenciar o espaço urbano.

Dessa forma, me deterei sobre a questão da globalização – no contato com as primeiras idéias, bem como das apropriações acerca desse fenômeno – e em, como a forma com que tomamos os acontecimentos históricos nos leva a pensar, a criar, ou não, outras maneiras de compreendê-lo e vivê-lo.

Meu interesse por trabalhar com este tema surgiu a partir de uma experiência que teve início há cinco anos em um projeto de pesquisa acerca da “Globalização, Neoliberalismo e produção de subjetividades”, no qual eu era bolsista de Iniciação Científica. A pesquisa buscava analisar os diferentes impactos da globalização nas mais distintas áreas — economia, cultura, processo de consumo, no papel dos meios de comunicação de massa, na esfera do trabalho, nas configurações do tempo e do espaço e, por fim, na produção das subjetividades.

A dedicação aos aspectos espaciais da globalização, se deu, primeiro, porque acredito que os fenômenos não podem ser deslocados de uma análise histórico-social, e esta era uma das principais exigências do trabalho: uma análise histórica do espaço e, no intuito de se formar uma noção das concepções e dos usos espaço ao longo de um determinado período histórico.

⁹ Utilizo o termo *ação política*, como uma forma de referir-se a uma certa prática de resistência, destituindo o termo da habitual idéia de reatividade que este possui.

Uma segunda razão encontra-se no fato do espaço¹⁰ se configurar como expressão da permanência e mudança, das tendências, das lutas, dos poderes¹¹, da memória¹² de uma sociedade (Haesbaert, 2002). Parece-me adequado que um estudo das concepções, dos usos espaço-temporais de uma dada comunidade, possivelmente refletirá as idéias, os movimentos e as transformações por que está passando aquela sociedade.

Como nos revela Ianni:

Na cidade podem encontrar-se as manifestações mais avançadas e extremadas das possibilidades sociais, políticas e econômicas do indivíduo e coletividade... Na cidade estão presentes as condições e os produtos das dinâmicas das condições sociais, do jogo das forças políticas e econômicas, da trama das produções culturais... Nela germinam idéias e movimentos, tensões e tendências, possibilidades e fabulações, ideologias e utopias (Ianni, 1997, p.59-60).

No período que participei da referida pesquisa pude me aproximar de algum material bibliográfico produzido na atualidade como tentativa de entender e formular conhecimentos acerca do que vem a ser a globalização. Esta aproximação revelou, a complexidade deste fenômeno, que se apresenta como multifacetado e tendo diferentes interfaces no cotidiano — pessoal, social, cultural, político, etc.

Durante este percurso, deparei-me com inúmeros autores que apresentam esse emaranhado e complexo fenômeno chamado globalização, como uma consequência linear de toda uma construção histórica anterior, que não oferecia outras formas de o estar vivendo, além da propaganda. Nos primeiros textos que se propunham fazer uma análise do fenômeno da globalização, encontra-se inúmeros autores que a apresentam como uma fatalidade da qual não podemos escapar, da qual não há alternativa de construção de outras experiências, a não ser as hegemonicamente e mundialmente oferecidas. Tratam desse período como uma *figura temporal que impõe sua unidade e forma* (Foucault, 2004, p. 198) a todos os discursos e práticas.

Durante algum tempo (ainda hoje, alguns defendem a concepção de que não há fissuras nesse solapante fenômeno mundial), mesmo aqueles que se esforçavam por enxergar indícios de possibilidades de outras formas de se estar vivenciando todas essas transformações, muitas vezes, encontravam-se nesse lugar comum de acreditar que não há rupturas na ruptura, alternativas no

¹⁰ Espaço aqui encarnado na cidade.

¹¹ Haesbaert (2002) faz referência a Michel Foucault (1977) quando relata que a história dos espaços é uma história dos poderes.

¹² Neves (1994, p.151): “A cidade, assim, é ‘lugar da memória’ ... pelo que conserva como também pelo que destrói

idêntico, formas de se apropriar dessas novas características e tecnologias, para a criação de outra maneira de experienciar essas mudanças.

Já em meados da década de 90 e início dos anos 2000, encontramos autores que apresentam esse momento como uma ruptura em muitos valores e formas de se vivenciar algumas práticas, mas também como possibilidade de construção, de edificação de tantas outras práticas, ainda não pensadas.

Neste sentido, Souza Santos (2002), na tentativa de produzir uma reflexão crítica à globalização, apresenta a discussão sobre global/local como algo aparentemente contraditório, que revela um movimento dialético composto por processos globalizantes, verificados na crescente interdependência e interação globais, ao mesmo tempo que por processos de localização, como é o caso da emergência de identidades regionais, locais e também nacionais, que privilegiam uma busca às raízes (2002, p.54). Fazendo coro ao pensamento de Souza Santos, Stuart Hall, outro teórico que tem contribuído às análises acerca da globalização, afirma:

A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de *nichos* de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como *substituindo* o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global e o local (Hall, 2001, p.77).

Dessa forma, Souza Santos quer afirmar que não existe “globalização genuína”; aquilo a que se chama globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinada característica local (2002, p.63), ou seja, não existe elemento global que não possua uma inserção cultural-local específica. Além disso, os mesmos vetores que promovem a desterritorialização global, produzem a localização de pessoas, culturas, hábitos e costumes, deixando claro que a produção da globalização implica, necessariamente, em produção de localização, por meio da integração subordinada do local no global.

Assim, pode-se pensar o espaço como uma dinâmica entre os vetores de uma lógica hegemônica e os efeitos dessa lógica nas específicas, mas também múltiplas realidades locais, permitindo a manifestação de outras formas de vida que buscam uma certa identidade pessoal referida ao coletivo, ou seja, que encontra expressão no coletivo.

Foucault revoluciona o modo de se pensar a construção histórica (Veyne, 1998) quando apresenta a possibilidade de uma nova forma, sempre a ser construída, de se dirigir o olhar a um

ou tenta destruir.”

determinado evento, liberando-o de qualquer referência a unidades naturais e universais, percebendo o “texto miúdo e invisível” (2004, p.31) que o percorre.

Pensando, a partir das idéias trazidas por Michel Foucault, pode-se perceber as transformações por que passa, continuamente, a forma como se compreende e aborda a questão da história – de uma narração de fatos e acontecimentos, de uma memória coletiva que se perpetua, imobilizada, no tempo e no espaço, apresentando a fixidez de seus movimentos de continuidades, à elaboração de conceitos que permitem avaliar, singularmente, tanto o contínuo, o repetitivo, como o corte, a transformação, as descontinuidades de um complexo de acontecimentos. E principalmente, percebe-se como essa forma de abordagem, mas do que influenciar, possibilita a criação de toda uma construção de pensamento e ação. Assim, entendendo-se as mudanças históricas como uma evolução linear, fica-se desprovido de ferramentas para pensar e lidar de um modo diferente com o que hegemonicamente é preconizado.

Buscando fundamentar teoricamente o trabalho considerou-se a necessidade de se analisar os seguintes eixos teóricos:

- Capitalismo e a questão de dicotomia globalidade-localidade, mobilidade-imobilidade e outras práticas-formas que acontecem nesses espaços, que insinuam uma diretriz distinta à hegemônica globalizada.
- As configurações subjetivas na contemporaneidade.
- Retrospectiva das moradias populares na cidade do Rio de Janeiro nos séculos XIX, XX e XXI. Dedicar-se-á atenção a questão das ocupações de prédios abandonados, especificamente às práticas cotidianas de ação política das populações que ocupam esses prédios.

A proposta é sistematizar o trabalho em dois capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo trata das configurações da globalização e do espaço na atualidade. Para isso foi necessário fazer uma breve análise de como o espaço era compreendido na modernidade, e como apresenta no momento atual.

Como o trabalho centrar-se-á sobre a experiência de ocupação de um prédio abandonado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2004, considerou-se necessário, realizar uma análise das moradias populares do final do século XIX na cidade do Rio, até como forma de contextualizar algumas das características dessa experiência atual. Assim, o segundo capítulo, abrangerá esse

resgate histórico, incluindo as remoções ocorridas da década de 1960 na cidade do Rio. Com esse resgate das práticas relacionadas à questão da moradia popular, não se está propondo uma análise linear, contínua ou focal nos períodos em que essas práticas se deram, e sim, uma análise dos efeitos fabricados nesses fatos (Heckert, 2004, p. 78). Nesse sentido, partindo da proposta do trabalho, entende-se que as tensões presentes no contemporâneo podem apresentar o inacabamento do passado, o que destoa do uso do passado como elemento elucidativo ou de esclarecimento do presente.

Dessa forma, meu objetivo está em, aprofundando as análises que pude delinear até aqui, buscando destacar a articulação do cenário mundial com algumas das diversas realidades que se apresentam em nosso cotidiano – principalmente, no que se refere à produção subjetiva atual, bem como aos processos que têm acontecido e que evidenciam modos de apropriação e uso do espaço dentro da cidade que escapam ao hegemonicamente dado – pensar a emergência de transformações e mudanças, e também do que se repete, mas que em sua irrupção enquanto acontecimento, apresenta-se como práticas com potencial de produção da forma de viver a/na cidade, que possibilita a emergência de uma outra experiência subjetiva a partir dessas práticas.

Tratará, também, da experiência/vivência no cotidiano da ocupação, como forma de transitar entre experiências que têm criado e recriado formas de vivenciar o espaço urbano que escapam ao hegemonicamente preconizado. A idéia é apresentar o cotidiano da ocupação, desde seu planejamento e organização com vistas à sustentação da referida experiência, como também, e não descolado dessa prática organizativa, as relações e laços afetuosos que se criam em seu dia-a-dia.

A proposta de trabalho é falar sobre uma prática, prática de vida, prática de luta. Para isso, fez-se uso de algumas teorias, relatos de práticas, modos de vida – como no sentido explícito em Foucault – como instrumentos, ferramentas, que auxiliaram, em alguns momentos, o enquadramento do olhar.

De acordo com Michel Foucault (1995) poder é um modo de ação de alguns sobre outros, é uma ação sobre outra ação, nesse sentido o outro deve ser admitido como um sujeito ativo, como sujeito de ação. É um conjunto de ações sobre ações possíveis de um sujeito ativo.

Uma relação de poder, (...) se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis (...) que o outro, aquela sobre o qual ela se exerce seja reconhecido e mantido até o fim como sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (Foucault, 1995, p.243).

A partir desse referencial de poder como modo de ação, é que lanço meu olhar sobre as práticas cotidianas dos moradores das ocupações em que transito.

Em nenhum momento pretendeu-se esquadrihar, dizer a verdade sobre o cotidiano das práticas de vida aqui relatadas, ou oferecê-las como modelo, mas apenas intensificá-las, deixando escrito, marcado, registrado, os infinitos modos de vida possíveis construídos no dia-a-dia das cidades. Mais ainda, que esses variados modos de viver tecem, coletivamente, realidades de luta, criação e conquista de uma vida mais justa, digna e feliz.

Como forma de sistematizar melhor a apresentação do dia-dia na ocupação, inspirei-me nas idéias de René Lourau (1993) sobre técnicas do diário de pesquisa, que prioriza uma análise coletiva das situações do presente, e que incorpora o entre-linhas, o pessoal, no campo de suas análises, explicitando as implicações do *pesquisador*. De acordo com Lourau o diário de campo ou diário de pesquisa nos permite o conhecimento da vivência cotidiana do campo, aqui, a ocupação, ao mesmo tempo em que incorpora a história subjetiva do pesquisador. Assim, não houve pretensão em realizar um trabalho neutro, *destituído de política, de afetividade* (op. cit. p.88). A única preocupação com o trabalho foi não identificar os participantes, por questões de segurança, que mais à frente esclareço adequadamente.

Digo que me inspirei no trabalho de Lourau (1993) porque não me detive, exatamente, ou estritamente, na tessitura de um diário de pesquisa. O trabalho consiste em análises, registros de experiências que vivi, que vi; em registros de experiências vividas por outras pessoas, moradores das ocupações; em situações que aconteceram nas diferentes tentativas de ocupações, como também registros da grande imprensa, ou seja, foram utilizadas e disponibilizadas múltiplas fontes e formas de registro.

Como o objetivo é apresentar práticas que tecem o dia-a-dia das ocupações, abarcando as experiências singulares vividas pelos moradores, como também as que eu vivi, optou-se por mesclar os meus registros, aos registros dos moradores. Com fins de esclarecer e facilitar a leitura, diferenciou-se os registros colocando as falas dos moradores em itálico¹³. Apesar de

¹³ Faço uma ressalva apenas para o material que se encontra em anexo, que também está em itálico, devido ao fato de serem registros de divulgação, comunicação, e informativos, utilizados pelas organizações das ocupações, que, neste trabalho, foram compilados na íntegra.

encontrarem-se no meio do texto, sem indicação prévia, todo registro que estiver em itálico, refere-se às falas de experiências vividas pelos moradores das ocupações.

CAPÍTULO I

BREVE APRESENTAÇÃO ACERCA DAS CONFIGURAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO

Diferentemente dos outros séculos, o século XX desenvolveu uma “tendência contínua e acelerada de mudanças tecnológicas” (Sevcenko, 2001, p.23). No entanto, de acordo com Sevcenko, parece haver uma história pregressa da técnica, que se pode periodizar em três momentos distintos. O primeiro desses períodos é marcado por um certo padrão industrial estabelecido a partir da revolução científico-tecnológica do final do século XIX, que por volta de 1870, utiliza-se das novas teorias científicas na incorporação e aplicação dessas na produção de energia — usinas hidro-termoelétricas —, nos transportes — veículos automotores — e na comunicação — rádio, fotografia e cinema.

A segunda fase, logo após a II Guerra Mundial, marcada pelo crescimento de setores de serviços, mas principalmente, da comunicação e informação, caracteriza-se pela utilização de equipamentos desencadeados na corrida técnico-armamentista.

Na década de 70, com a crise do petróleo, a economia mundial passou por algumas modificações: os EUA, seguidos por outros países, abandonaram o padrão cambial ouro, permitindo ao capital se ver livre de controles dos Bancos Centrais, beneficiando os capitais financeiros ou especulativos e as empresas transnacionais.

Como consequência, as grandes corporações se viram com a possibilidade de aumentar suas filiais pelo mundo, impondo certas condições aos governos interessados, que por não possuírem um sistema eficiente de fiscalização, controle e avaliação dessas propostas, ou por possuírem interesses secundários, acabaram aceitando certas exigências de tais corporações estrangeiras. Com isso, é possível se verificar que, nos últimos 30 anos, tem ocorrido um aumento no fluxo do comércio, das informações e da expansão das empresas multinacionais, para mercados antes fechados, caracterizando essa época como um regime mundializado de dominação financeira.

A partir desse quadro geo-político-econômico mundial, começa a se configurar, inicialmente, uma certa interdependência dos mercados globais e uma interligação entre diferentes nações e culturas, podendo-se notar, a partir de então, a emergência de um fenômeno

que resulta da conjunção de vários fatores e mudanças, principalmente, no contexto econômico e político mundial — a chamada globalização — que se caracteriza como um novo ciclo de expansão do capitalismo enquanto modo de produção, assinalando a emergência de uma sociedade global complexa e contraditória. Nesse contexto, três aspectos merecem destaque: a denominada “terceira revolução tecnológica”, que trouxe tecnologias inovadoras na área de processamento, difusão e transformação da informação; a formação dos grandes blocos econômicos integrados e das áreas de livre comércio (como o caso da União Européia, Mercosul, Nafta); e a progressiva interligação e interdependência dos mercados em escala planetária.

Longe de expressar um pensamento consensual, a globalização se configura como um intenso espaço de conflitos entre interesses hegemônicos e interesses subalternos, baseados numa economia mundial globalizada — perpassando todo o mundo, ainda que com intensidades distintas em função da posição dos países, comunidades e grupos nesse sistema mundial — que tem como características principais: a dominação promovida pelo sistema financeiro global, processos de produção com características flexíveis, desenvolvimento e utilização em escala global das tecnologias da comunicação e da informação, desregulação das economias nacionais e a primazia das grandes agências financeiras.

Para a maioria da população mundial, a globalização exerce uma influência, ainda que indireta, sobre todos os aspectos da vida — a economia, a cultura, as relações interpessoais, a subjetividade. No entanto, para Santos (2001), os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, o que significa afirmar que a globalização não se verifica de forma homogênea ao se deparar com uma diversidade de pessoas e de lugares, pois esse movimento jamais se dá de forma inteira, completa, quando do encontro com resistências presentes na cultura preexistente (2001, p.144).

Além disso, pode-se afirmar que as mesmas forças empenhadas na integração e homogeneização também provocam movimentos em sentidos adversos, anacrônicos, causando diferenciação e fragmentação. O próprio termo globalização expressa um certo grau de imprecisão: de um lado, contem tendências centrípetas, globais, homogeneizantes; de outro, produz movimentos difusos e localizantes. É dotado de toda essa ambivalência, por se tratar de uma configuração histórica complexa e contraditória, perpassada pelo desenvolvimento e impacto desigual, gerando e multiplicando articulações de diversas ordens, bem como de tensões. Dessa forma, “a mesma globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade dos

modos de ser, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação...” (Ianni, 1997, p.33).

Em consonância com o pensamento de Sousa Santos (2002) a globalização — que para ele deveria ser designada por ocidentalização, já que seus valores difundidos são fundamentalmente ocidentais — se mostra como um fenômeno multifacetado de diferentes dimensões interligadas de forma bastante complexa. Por esse fato, o autor considera que “explicações monocausais e as interpretações monolíticas deste fenômeno parecem pouco adequadas” (2002, p.26).

No entanto, a globalização não deve ser equacionada exclusivamente como um fato econômico, mas como uma intersecção complexa de fenômenos contraditórios, que se faz presente em todas as dimensões da vida contemporânea — social, política, cultural —, além de se estruturar baseada na revolução microeletrônica, no surgimento de novas tecnologias da comunicação e da informática, que permitem um maior volume e velocidade das informações que envolvem todo o globo, ainda que de forma desigual, em uma rede interconectada de informações.

A mundialização da cultura encontra no avançado desenvolvimento tecnológico das telecomunicações — no alcance da mídia e da publicidade — os meios para o acesso direto e simultâneo de indivíduos (Gómez, 1999), podendo-se afirmar que vivemos em um espaço-tempo eletrônico, “o ciber-espaço ou o tempo-espaço instantâneo” (Sousa Santos, 2002 p.41).

Essa característica da atualidade — multifacetada e multicultural — expressa uma nova realidade que contém em seu cerne, um sentimento de desordem, descontrole e diferença, considera as novas circunstâncias de produção dos bens culturais como algo a ser usufruído ao máximo no instante presente.

Os efeitos dessa nova dinâmica consumista são muitos: acentuação da velocidade, volatilidade, descartabilidade e efemeridade de bens e produtos, mas também, das relações sociais (Bauman, 2000), conferindo a sensação de tudo que é sólido parece se desmanchar no ar (Marx, apud Berman, 1986, p.15).

Quanto à análise valorativa da contemporaneidade, pode-se encontrar dois pensamentos polarizados e distintos. Há teóricos, simpatizantes do pensamento neoliberal, que celebram o fenômeno global como uma consequência necessária das transformações da tecnologia e da expansão dos mercados, acarretando na derrubada de fronteiras nacionais e na redução dos

Estados. Assim como há os que lastimam as consequências que se abatem para a maioria da população, decorrentes do processo global — maior exclusão social e espacial, maior concentração de renda, nas mãos de poucos privilegiados, o desemprego estrutural e a flexibilização dos direitos sociais, consumismo desmedido, degradação do meio ambiente, e em geral, uma crescente precarização da vida, principalmente nas populações mais desprovidas de renda e recursos, desconectada, de certo modo, dessa rede global de práticas e modos de viver.

De acordo com Sousa Santos (2002), a idéia de globalização que prevalece nos meios de discussão é a de que se trata de um fenômeno linear, monolítico e inequívoco. Para o autor essa idéia é falsa, além de ser omissa a respeito das consequências da globalização. Ele considera que essa idéia nada esclarece acerca do que se passa no mundo. E mais, que “longe de serem inocentes, devem ser considerados dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas” (2002, p.49).

Devido a essa pluralidade de discursos, torna-se necessário à produção de uma reflexão crítica acerca da globalização. Em relação a isso, Sousa Santos (2002) propõe uma análise que parte de contradições presentes no próprio processo de globalização mundial.

A primeira refere-se aos fenômenos da localização e globalização, que além de acontecerem concomitantemente, parecem fazer emergir novas identidades locais, regionais, construídas em torno de uma espécie de “direitos a raízes” (op. cit. p.54).

A segunda contradição encontra-se num dos pontos de maior controvérsia nas discussões sobre os efeitos dos fenômenos globais: o papel dos Estados-nacionais. Alguns o consideram em vias de extinção, uma entidade obsoleta para dar conta da realidade global que se impõe. Outros acreditam que essa corrosão é seletiva e que, ademais, aos Estados-nacionais cabe a institucionalização da globalização, ou seja, a regulação da economia nacional em prol da desregulação exercida pelas agências financeiras (op. cit. p.55).

Eric Hobsbawm (2000) acredita que o que ocorre na atualidade quanto ao papel dos Estados-nação é a inversão do processo histórico de construção e fortalecimento dos Estados nacionais que predominava desde o século XVI. A partir da década de 60, a tendência de fortalecimento político-econômico-militar chegou ao seu limite, não por uma inversão total desse processo, mas por uma perda de impulso. De acordo com o autor, o poder do Estado não foi restringido, pelo contrário, sua capacidade de controle está ainda maior. O que ocorreu foi uma mudança nos dispositivos de controle que têm na grande quantidade de videocâmeras ligadas, dia

e noite, nos espaços públicos, a manutenção de uma vigilância maior e mais agressiva: hoje as principais vias de trânsito da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus, possuem, ao menos, duas a três câmeras de vigilância funcionando por 24 horas diárias.

Assim, a globalização pode ser entendida ao mesmo tempo como uma possibilidade de ampliação da solidariedade e dos valores da comunidade em escala global, como também, movimento massificador, inelutável e inequívoco do capitalismo. Impondo-se sobre alguns como a possibilidade da liberdade, do consumo e diversidade infinitos, do livre movimentar-se, dos processos de hibridação, e sobre muitos como a exclusão, a miséria, a localização e, muitas vezes, a privação. Devido a isso, Sousa Santos prefere nos falar de “diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias, globalizações” (p.55).

Dessa forma, fica claro que análises lineares acerca dos processos e conseqüências do fenômeno mundial denominado globalização encontram-se em posição desprivilegiada, já que não possuem meios de dar conta da diversidade que surge quando essas forças se fazem imputar sobre as diversas culturas e inúmeras realidades que encontramos pelo globo afora.

A Dinâmica espacial:

O espaço pré-moderno

Uma breve análise da produção e transformação espacial ao longo dos tempos se faz importante, porque, considera-se o espaço como manifestação – social, cultural, política, econômica, subjetiva – de tendências, modos de ser e agir de determinada sociedade; como produto de coletividades onde rebentam valores, idéias, lutas, tensões, enfim, o espaço como expressão de movimentos, estagnações, transformações de sociedades em diferentes épocas. Logo, aqui será considerado o espaço não somente nos seus aspectos físicos e arquitetônicos, mas principalmente nas mútuas influências entre estes e os aspectos sociais.

De acordo com o pensamento de alguns autores (Bourdieu apud Harvey, 1994; Santos, 2001; Hall, 2001) as concepções espaciais estruturam a representação de mundo de um determinado grupo, a representação do próprio grupo, bem como a forma de organização deste. Portanto, é através da relação existente entre um determinado grupo e a forma de organização estruturada do espaço, que as práticas e representações comuns são prescritas. Como essas

concepções podem variar histórica e geograficamente, uma mudança no modo de representação do espaço acaba por acarretar modificações nas relações de uma sociedade.

No período que antecedeu à modernidade, o espaço e encontravam-se mesclados nos afazeres do homem. Essa condição de familiaridade com o entorno, se impunha sobre o resto da vida social, caracterizando um mundo onde os homens conheciam o espaço que habitavam, que trabalhavam, e as formas de atuar no mesmo, e neste sentido, o dominavam. Nessa época, o espaço e a distância eram mensurados de acordo com o corpo humano. O historiador social Witold Kula revelou que até o surgimento da modernidade, o homem media o mundo através de seu corpo (pés, polegadas, côvados), seus produtos e suas atividades. Dessa forma, havia divisões que consistiam, por exemplo, em “morgen” (manhãs) ou um tempo necessário para que um homem trabalhasse em lotes de terra de um determinado tamanho.

O território pré-moderno não se constituía simplesmente num encontro de sistemas naturais e sistemas criados pelo homem, mas era uma base para o trabalho, para a residência, para as relações de trocas entre a população, enfim, para o desenvolvimento da vida.

Pelo fato de tais medidas variarem de corpo a corpo, eram extremamente diversificadas, o que dificultava a execução de cálculos precisos e particularmente a cobrança de impostos ou tributos sobre um maior número de súditos. Assim, para suprimir os efeitos da contingência e da diversidade, foram impostas, progressivamente, medidas padrão, ao mesmo tempo em que as aferições locais — individuais ou grupais — foram sendo coibidas.

Dessa forma, o espaço foi sistematicamente modificado e, conseqüentemente, a percepção e compreensão do mesmo. Atividades e referências antigas foram abolidas e os estados nacionais, com seus governos acabaram impondo suas práticas administrativas como o único referencial para todas as medidas e divisões espaciais.

Assim, projetos e mapas transformaram-se em modelos ideais de organização espacial, privados de elementos de fantasia e de qualquer vestígio de experiência, tornaram-se sistemas abstratos e estritamente objetivos e funcionais (Harvey,1994), que tinham por premissa a consideração do espaço como algo disponível à apropriação para usos privados.

Na Modernidade, a conquista territorial se fez presente através da reforma e delimitação do território por meio de sólidas fronteiras onde os impérios enraizavam sua riqueza e seu poder, investindo na modelação física do espaço.

Marshall Berman (1986) nos relata algumas das características dos movimentos e pressões da modernidade:

Incansável e insaciável demanda de crescimento e progresso; sua expansão dos desejos humanos para além das fronteiras locais, nacionais e morais; sua pressão sobre as pessoas no sentido de explorarem não só aos outros seres humanos mas a si mesmas; a volubilidade e a interminável metamorfose de todos os seus valores no vórtice do mercado mundial; a impiedosa destruição de tudo e todos os que a moderna economia não pode utilizar – quer em relação ao mundo pré-moderno, quer em relação a si mesma a ao próprio mundo moderno – sua capacidade de explorar a crise e o caos como trampolim para ainda mais desenvolvimento, de alimentar-se de sua própria autodestruição (Berman, 1986, p.117-118).

O espaço moderno passou, assim, por um processo de objetivação, padronização, tornando-se legível e transparente para uma autoridade, ao mesmo tempo, que vago, incerto e confuso para seus usuários. Justo o oposto da pré-modernidade.

O espaço foi rastreado e esquadrihado por meio de minuciosos registros (Foucault, 1977), através do trabalho de cartógrafos e pensadores, fazendo com que projetos, planos, e "mapas" passassem a ser o modelo ideal de organização do espaço, emancipando o espaço das restrições naturais do corpo humano. Uma destas planificações, motivo de intensas discussões e críticas — o Panóptico de Bentham, idealizado no século XVIII — se caracterizava como um modelo de construção onde os internos permaneceriam constantemente vigiados por supervisores ocultos a eles, que tinham como função inspecioná-los. Diante dessa injunção à transparência, tudo o que poderia fazer sentido como indício, sintoma, expressão de si, diferença, se tornava suspeito e motivo de correção (Cochart e Haroche, 1987). O texto original de Jeremy Bentham – idealizador do projeto – explicita o modo com o qual o princípio panóptico funcionava:

A inspeção: eis o principio único para estabelecer a ordem e para conservá-la; mas uma inspeção de um novo gênero, que surpreende a imaginação mais do que os sentidos, que coloque centenas de homens na dependência de um único, dando a este homem uma espécie de presença universal do recinto de seu domínio (Bentham, 1791).

Sob permanente vigilância, aos expostos individualizados, era exigido um auto-controle e disciplina, que modelava seu comportamento, garantindo que o indivíduo se tornaria seu próprio vigia.

Apesar de se aplicar a todos os estabelecimentos onde devem reunir-se a inspeção e a disciplina, o Panóptico constituía-se numa arquitetura impossível, física e tecnologicamente de se concretizar. No entanto, as tentativas de aplicação de alguns de seus fundamentos nos planejamentos de cidades perfeitas permaneceram, tendo como características básicas à previsão de construção em espaços vazios, a separação espacial das partes das cidades dedicadas a determinadas funções, a funcionalidade da organização espacial com vistas à maior produtividade e à normatização social. Por fim, a construção das cidades planejadas implicava, necessariamente, em uma demolição de vestígios históricos e da memória eventualmente existente.

O curioso é que esse pensamento planificador e estratificador veio influenciar arquitetos e urbanistas contemporâneos. A construção de Brasília, por exemplo, foi uma tentativa de materializar o projeto moderno de cidade, conforme o planejamento de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, inspirado no pensamento radicalmente modernista do arquiteto e urbanista Le Corbusier. Bauman (1999) analisa, na passagem abaixo, a artificialidade e a monotonia do espaço planejado de Brasília e as condições urbanas bastante prejudiciais à vida societária, que a cidade apresenta:

... a ausência de multidões e ajuntamentos, as esquinas vazias, o anonimato dos lugares, as figuras humanas sem rosto e a entorpecente monotonia de um ambiente desprovido de qualquer coisa que intrigasse, excitasse ou causasse perplexidade... um espaço desprovido de tudo o que é verdadeiramente humano (Bauman, 1999, p.52).

Frente a essa abordagem foucaultiana — de um poder onisciente e onipresente — deve-se enfatizar também o que o próprio autor denomina contra-poderes, ou seja, resistências a esse caráter panóptico das instituições e de alguns lugares. Como exemplo, pode-se citar o fracasso¹⁴ das cidades planejadas e construídas para o operariado, que se baseavam na remoção da população favelada para uma espécie de conjunto habitacional, delimitando dentro do espaço citadino, áreas de circulação de acordo com as características específicas de determinada classe da população.

Exemplo bem próximo foi a questão da habitação urbana na cidade do Rio de Janeiro que remonta ao início do século passado. A partir da abolição formal da propriedade sobre os homens negros, não houve preocupação no estabelecimento de políticas públicas desses recém libertos na estrutura da organização social da cidade. Sem muitas alternativas, essa população aglomerou-se pelos cortiços da região central da cidade do Rio.

A partir da aplicação da noção de modernização, progresso e higienização¹⁵, importadas do modelo francês do Barão de Haussmann¹⁶, o centro do Rio passa a ser remodelado, priorizando a ampliação das avenidas e sanitização de ruas e bairros. Conseqüentemente, toda a população que residia nos locais por onde a reforma passou, foi desalojada, sem os recursos necessários a uma reinstalação adequada, vendo-se obrigada a ocupar os morros próximos ao Centro da cidade, já que o deslocamento para a periferia prejudicaria a locomoção até o local de trabalho e o centro comercial da então cidade do Rio de Janeiro.

A partir dos anos 50, verifica-se um intenso processo de urbanização nas grandes cidades brasileiras. O censo do IBGE¹⁷, realizado no ano 2000, divulgou que 81% da população brasileira habita os centros urbanos. Paralelamente a esse crescimento nas cidades urbanas, nota-se a tendência do interesse de investimento do poder público em relação a esse intenso processo de urbanização: descaso e desatenção, que acarretam precárias moradias (casebres feitos de restos de madeira, zinco, papelão) em locais que não são preparados para receberem esse tipo de construção, como as encostas de alguns morros.

Com o decorrer dos anos, o contingente populacional pobre, de poucos recursos financeiros, tem sido sistematicamente entulhado nas periferias e morros da cidade – locais de difícil acesso, com quase nenhuma infra-estrutura de encanamento de água, de esgoto, rede elétrica ou meios de transporte.

Nos últimos anos o processo de empobrecimento das classes mais pobres (parece uma redundância!!!) vem acompanhado de uma precarização da vida, o que acaba por se refletir na

¹⁴ Haesbaert, 2002.

¹⁵ Ao longo do século XIX houve um expressivo movimento de intervenção na saúde da população e na ordenação da cidade, pautado na noção de higiene pública. Investiu-se no ordenamento, na salubridade e sanitização da cidade, das práticas e comportamentos, agora orientados ao bem-estar e à saúde.

¹⁶ De acordo com Moreira (2006), a regulação disciplinar dos espaços urbanos, se combina à necessidade de regulação econômica da cidade. Dessa forma, converte-se a cidade em produto-mercadoria: “Haussmann rasga o centro de Paris em avenidas largas e retilíneas. E expulsa a população das áreas reformadas para a periferia da cidade, rodeando Paris de bairros operários... consolidação definitiva da ordem espacial burguesa na França” (2006, p.63).

questão da moradia. Pode-se observar, no dia-a-dia o aumento do número de moradores de rua, de suas moradias provisórias feitas de papelão ou instaladas embaixo de marquises, e também de um movimento de ocupação de áreas abandonadas, desde terrenos, a casas em péssimas condições de segurança, até prédios abandonados há algum tempo, geralmente na periferia da cidade, mas também dentro do centro urbano do Rio de Janeiro.

Configurações espaciais e as transformações tecnológicas

As mudanças e inovações tecnológicas, acompanhadas de transformações das relações sociais, contribuem para a alteração, por vezes radical, da forma como se percebe e vivencia o espaço. Nesse sentido, Nicolau Sevckenko (2001) apresenta um histórico da tecnologia, iniciado no séc. XVI, destacando três momentos marcantes nessas transformações.

De acordo com o autor, a primeira fase se deu no período que vai do início do século XVI à consolidação da modernidade, no séc. XIX. Caracterizou-se pela presença de elementos de otimismo, ânimo e de confiança soberba nos avanços tecnológicos, um movimento contínuo em direção ao progresso. Segundo Sevckenko, este é o período no qual as elites européias ocidentais acreditaram estar entrando numa ...

fase de desenvolvimento tecnológico que lhe asseguraria o domínio de poderosas forças naturais, de fontes de energia cada vez mais potentes, de novos meios de transporte e comunicação, de armamentos e conhecimentos especializados (2001, p.14).

Tais acontecimentos, ao mesmo tempo que possibilitavam as “conquistas” de outras regiões, a expansão territorial, a obtenção de novos mercados, propiciavam a imposição de uma hegemonia européia baseada na idéia de uma aptidão inata desta civilização para o conhecimento, o saber, o poder e a acumulação de riquezas, fortalecendo a idéia de que os valores da cultura européia levariam o mundo a um futuro abundante, baseado na racionalidade e na harmonia.

O término desta primeira fase, de otimismo em relação aos avanços tecnológicos, data de meados do século XIX. Harvey (1994) descreve muito bem essa passagem, a partir da análise das relações entre o modernismo e as transformações espaciais e temporais no século XIX, utilizando como marco a primeira crise de superacumulação capitalista ocorrida no período de 1846-1847, crise esta que abalou a confiança da burguesia em si mesma, na sua forma de lidar com o tempo e

¹⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

o espaço, e também seu sentido de geografia e história. Apesar de terem ocorrido outras crises econômicas anteriormente, estas eram freqüentemente atribuídas à natureza ou a Deus. Desta vez, estava claro que a crise se devia ao desenvolvimento capitalista violento, que mudava as condições de emprego, destruía habilidades tradicionais e aumentava a exploração. Começava a ficar claro que o motivo da crise localizava-se no próprio modo de produção capitalista e na organização social correspondente.

O resultado foi uma repentina paralisia econômica, na qual as taxas de excedentes de capital e trabalho ficaram bastante próximas, sem nenhum meio aparente de reuni-los num uso lucrativo e socialmente benéfico.

A crise de 1846-1847 reformulou radicalmente o sentido do espaço e do tempo na vida política, econômica e cultural, criando uma crise de representação que envolveu uma série de questionamentos e mudanças a respeito dos sentidos espaciais e temporais até então vigentes. O sentido iluminista de tempo (à frente de si mesmo, progressivo, lógico) começou a ser questionado. A certeza de um espaço absoluto foi abalada para dar lugar à insegurança de um espaço relativo em mudança, que sofria efeitos imediatos de eventos ocorridos em outros lugares. A verdade da experiência não pertencia mais à localidade em que ocorria, de modo que “os acontecimentos provaram que a Europa tinha alcançado um nível de integração espacial em sua vida econômica e financeira que tornaria todo o continente vulnerável à formação simultânea de crises” (op. cit. p.238). O espaço europeu já estava, portanto, bastante unificado devido ao internacionalismo e ao poder do dinheiro.

Tais acontecimentos afetaram profundamente a literatura e a arte, que não podiam mais evitar temáticas como o internacionalismo e a temporalidade incerta. Segundo Harvey, não é por acaso que o primeiro grande impulso cultural modernista ocorreu, em Paris, depois de 1848. Todas as produções da época eram atravessadas por um profundo questionamento espaço-temporal e, fundamentalmente, pela relativização do espaço.

O contexto econômico e financeiro correspondente à superação dessa crise deu-se por volta de 1850. Esta superação dependeu justamente de uma exploração maior do deslocamento do espaço através das expansões territoriais e comerciais, que também influenciaram as artes e a literatura. A utilização de várias formas culturais e de linguagem e a atitude de relativização do espaço e do tempo estão muito relacionadas com este novo contexto.

O autor afirma que o modernismo consistiu numa resposta a uma crise na experiência de

espaço e de tempo que teve seu auge pouco antes da Primeira Guerra Mundial.

Nesse período, o otimismo frente ao progresso pareceu atingir o seu ápice devido à incorporação e aplicação de novas teorias científicas no âmbito da utilização e produção de energia (hidro e termelétricas), no transporte (uso dos derivados de petróleo permitindo a origem dos veículos automotores), na comunicação, nos recursos audiovisuais (o surgimento do rádio, o cinema, a fotografia), e na diversão.

Já à época da Segunda Guerra, o avanço do processo de acumulação exigia o aprofundamento da divisão internacional do trabalho na direção de um mercado unificado em escala global (Sodré, 1994, p. 79) o que acarretou ainda mais mudanças nos significados e nos usos do tempo e do espaço.

A terceira e última fase, de “mundialização do capital” (Chesnais, 1996), em que se ingressou no final da década de 70 e no decorrer da de 80, traz consigo novas e radicais mudanças na estruturação e concepção do espaço, que embora retenham alguns dos aspectos característicos de fases anteriores — concentração e centralização de capital, interpenetração das finanças e da indústria — apresentam um novo sentido e conteúdo à acumulação de capital, bem como suas conseqüências são bastante distintas. Isto porque hoje em dia o estilo de acumulação capitalista é dado pelas novas formas de centralização dos gigantescos capitais financeiros.

Na contemporaneidade, aos veículos institucionais de modernização típicos da era industrial clássica, já haviam sido acrescidos outros meios característicos da “segunda revolução industrial”: o consumo de massa, a educação generalizada, a comunicação de massa (ou indústria cultural), a acumulação flexível, ou seja, com a aceleração cada vez maior dos ritmos dos processos econômicos, houve uma aceleração da vida social. Sobre esse espaço planejado, territorial-urbanístico-arquitetônico, impôs-se, neste século, mais especificamente a partir dos últimos 30 anos, um terceiro “espaço cibernético do mundo humano” (Bauman, 1999, p. 19), com a aceleração e multiplicação dos meios de transporte, com o advento de meios de comunicação instantâneos e da rede mundial de informática.

Luís Antônio Baptista (1997) relata, de forma impactante, como o olhar foi atingido por essa nova configuração espaço-temporal:

No capitalismo contemporâneo, das dissoluções de fronteiras e do culto ao mercado, o olhar tornou-se um passageiro cadavérico. Impregnado de imagens velozes e descartáveis este passante do final de século não sai do lugar devido ao excesso e avidez” (1997, p.177).

Alguns pensadores (Santos, 2001; Hall, 2001) afirmam que o momento atual não possui precedentes na história, devido às novas condições que se fizeram presentes. Uma dessas condições é a revolução tecnológica da microeletrônica que se distingue principalmente pelo aumento na velocidade das mudanças, levando a comunicação a se reduzir à “insignificância do instante” (Bauman, 1999), o que fez com que o espaço deixasse de ter relevância enquanto um obstáculo à comunicação entre os homens.

Peter Pál Pelbart (2000), destaca um elemento inovador na engrenagem do capitalismo atual – o maciço investimento do capitalismo na produção de subjetividades: o inconsciente foi açambarcado pelas tecnologias de comunicação e informação e seus meios de veiculação – a mídia e a propaganda – respondendo a uma nova lógica cultural que substancializa a noção de um eterno presente de fascinação a ser constantemente consumido e instantaneamente digerido.

O autor afirma que a atualidade inaugura um novo tipo de relação entre subjetividade e capitalismo, que penetra nas esferas da existência, capitalizando a própria vida, tornando-a um capital (2000, p.20). Em sua lógica de instantaneidade, fluidez, descartabilidade, se é levado a consumir mais do que bens, mas sim, formas de vida – absorve-se maneiras de viver, sentidos de vida, consume-se, na realidade, formas de subjetividades capitalistas. Seja na forma como se lida com os objetos (roupa, comidas, carros, viagens,...), com a cultura (modas culturais, que possuem tempo determinado de duração – lambada, axé, funk, rap, forró, hip-hop), e até mesmo com as relações. Consume-se relações a partir de uma lógica comercial – o interessante e importante é colocar à prova a capacidade de variar, de experimentar, de acumular muitas experiências. O importante é adaptar-se sempre às novas situações, onde “coisas e pessoas entram e saem sem muita ou qualquer finalidade” (Bauman, 1998, p.50).

Sobressai-se, dessa forma, a acentuação da volatilidade e efemeridade das modas, dos produtos, das técnicas de produção, dos processos de trabalho, das idéias e ideologias, bem como a ênfase nas virtudes da instantaneidade, efemeridade e volatilidade de produtos, práticas e valores. O que significa despojar-se de técnicas, produtos, ideologias, valores, estilos de vida, formas de ser e agir estabelecidos (Harvey, 1994, p.258), privilegiando o dado imediato, evidente, cotidiano, trivial, fugaz. Na realidade, foram disponibilizadas inúmeras informações e ações virtuais que não necessitam de deslocamentos espaciais concretos.

Na modernidade, os valores duradouros eram cobiçados e estimados, diferentemente dos valores transitórios, destinados a serem esgotados e consumidos. No entanto, o caráter fluido da

globalização inverteu radicalmente essa lógica: hoje, é a capacidade de manipulação da transitoriedade, que se constitui em privilégio para os de cima; ao contrário, manter as coisas por longo tempo é sintoma de privação (Bauman, 2001, p.146). Somente algumas pessoas e algumas instituições são altamente velozes, todo o “resto da humanidade produz, circula e vive de outra forma” (Bauman, 2001, p.122). O acesso diferenciado à instantaneidade é crucial na manutenção da divisão social, pois é ele que vai determinar o acesso e o não-acesso à imprevisibilidade e, portanto, à liberdade. Os mecanismos de controle parecem englobar toda a vida: “na sociedade de controle o conjunto da vida social é abraçado pelo poder e desenvolvido na sua virtualidade... trata-se de um controle que invade a profundidade das consciências e dos corpos da população, atravessando as relações sociais e as integralizando” (Pelbart, 2003, p. 82-83).

Um outro dispositivo de controle, igualmente sutil e oculto, reflete-se nos meios de comunicação de massa que através da manipulação de opiniões e das estratégias de comunicação, transmitem a noção de haver uma separação e um distanciamento significativo entre ricos e pobres, como se os privilégios de uns não estivessem relacionados às carências de outros. Esse novo mecanismo de poder não cria um paradoxo com a lógica panóptica de controle, na verdade, ele vai além, criando um fluxo de interferências mútuas, que se não percebido, tende a produzir a imobilização de qualquer ação que se pretenda reivindicatória de uma alternativa a essa lógica.

Nesse sentido, Doreen massey (2000) fala que “a aceleração contemporânea talvez esteja determinada fortemente pelas forças econômicas, mas não é só a economia que determina nossa experiência de espaço e de lugar”. Nesse âmbito, estão inúmeros aspectos, inclusive o de que a compressão espaço-temporal necessita de diferenciação social, e isso está tão relacionado com as condições e realidades econômico-políticas de lugares e pessoas, quanto está relacionado com o poder em relação aos fluxos e movimentos. Não se trata simplesmente de uma distribuição desigual de condições de se mover, mas sim do fato de que a mobilidade de alguns pode “solapar o poder de outros” (2000, p.180) ou aprisionar espacialmente outros grupos.

Espaço-tempo e a contemporaneidade

Poder e lutas nos tempo-espaço

Harvey (1994) faz um breve exame das relações entre dinheiro, espaço e tempo como fontes interligadas de poder social. Desta análise há duas decorrências. Primeiramente, as qualidades do tempo e do espaço são transformadas pela progressiva monetarização das relações na vida social. Sendo assim, as explorações do calendário e da medida do tempo, promovidas pelas ordens monásticas para impor a disciplina religiosa, foram apropriadas pela burguesia para organizar e impor a disciplina do trabalho às populações medievais.

O mapeamento do mundo, por sua vez, possibilitou que o espaço fosse considerado algo disponível ao usufruto particular, fazendo com que os indivíduos que possuísem bons mapas estivessem com seus lucros garantidos. Além disso, a alteração dos modos de uso e definição do tempo e do espaço, numa busca de eficiência na organização e no movimento espaciais, foi imprescindível à manutenção do lucro capitalista.

O tempo de giro do capital – associação do tempo de produção com o tempo de circulação de troca – é um conceito fundamental ao sistema capitalista de produção, pois quanto mais rápida a recuperação do capital colocado em circulação, maior o lucro obtido. Com este propósito, o que se constata na modernidade regida pelo capitalismo é a aceleração cada vez maior do ritmo dos processos econômicos e, conseqüentemente, da vida social.

Portanto, como para os capitalistas o domínio do tempo de trabalho dos outros é que lhes permite se apoderar inicialmente dos lucros, conclui-se daí que as lutas entre empregados e empregadores, no que diz respeito ao uso do tempo e da intensidade do trabalho, são endêmicas. Essas lutas remontam, pelo menos, ao período medieval, sendo responsáveis pela formação de novos hábitos de trabalho e pela reação impositiva de uma nova disciplina temporal, que deram origem a elementos do capitalismo industrial: a folha de ponto, o relógio, as multas.

A luta de classes não somente acontece por causa do tempo, mas também por causa do espaço. Em termos gerais, quem detém o poder de alterar a distribuição espacial de investimentos em transportes e comunicações, por exemplo, obtém, muitas vezes, recompensas materiais. Como explicita muito bem Henri Lefebvre (apud Harvey, p.216), a luta de classes tem fundamental importância na história do capitalismo:

Hoje, mais do que nunca, a luta de classes se inscreve no espaço. Com efeito, somente ela evita que o espaço abstrato assuma o controle do todo o planeta e apague todas as diferenças. Apenas a luta de classes é dotada da capacidade de diferenciar, de gerar diferenças que não sejam intrínsecas ao desenvolvimento econômico... isto é, diferenças que não sejam induzidas por esse crescimento, nem aceitáveis para ele.

Assim, pode-se afirmar que o tempo e o espaço não são neutros nos assuntos sociais, pois sempre exprimem algum conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo várias vezes o estopim de lutas.

Nas últimas duas décadas, com a transição do fordismo para a acumulação flexível, têm ocorrido muitas mudanças nos significados e usos do espaço e do tempo, impactando tanto as práticas político-econômicas quanto à vida sociocultural das pessoas. Assim, foram implantadas novas formas de organização do trabalho (subcontratação, transferência de rede, sistema de entrega just-in-time, etc) e de novas tecnologias produtivas (controle eletrônico do estoque, produção de pequenos lotes, etc.), e teve como consequência para os trabalhadores, a intensificação dos processos de trabalho, assim como uma aceleração na desqualificação e requalificação no atendimento de novas necessidades de trabalho.

Diferentemente de décadas passadas, precisamente no momento da sociedade do welfare state, onde a figura do desempregado estava ligada a situação de alguém que se encontrava sem emprego por uma eventualidade – doença, falta de domínio de determinada técnica, contratempo – mas que mesmo nessa situação encontrava uma contrapartida do Estado que o auxiliaria por determinado tempo, na atualidade o desempregado tornou-se uma realidade que faz parte da estrutura – ele é estrutural. Para que a estrutura se mantenha, é necessário que ele exista, que haja um verdadeiro exército à margem de toda a engrenagem de produção-consumo da sociedade capitalista atual, um “crescente setor da população que provavelmente nunca reingressará na produção e que, portanto, não apresenta interesse presente ou futuro para os que dirigem a economia” (Bauman, 1998, p.51). São os chamados marginais, excluídos da engrenagem produtiva do sistema: *não acredito mais que exista o operário, hoje a questão é o excluído. E eu sou um deles. Embora eu sou um excluído, não que eu me ache melhor que ninguém, mas eu sei porque eu sou excluído. Porque o jovem hoje bota a mão numa arma, vai pro tóxico, nem porque ele é excluído ele sabe. É um marginal, tá totalmente a margem dos acontecimentos sociais, não vê norte e o cara pega uma arma e vai ser assaltante, vai ser, enfim, vai roubar, tem que*

sobreviver, tem que responder aos anseios deles, como na ocasião, eu tentava responder, tentava compreender, dei sorte de encontrar resposta. (José da Silva b)¹⁸

Em uma de minhas conversas com algumas pessoas, por vezes amigos, moradores das ocupações, tive a oportunidade de registrar uma das histórias que mais me tocaram. Ela fala do impacto com realidades distintas, com outros tempos, outros espaços, outros referenciais. Fala das dificuldades para sobreviver em uma grande cidade, desse exército de mão de obra, que sobra todos os dias nos cantos da cidade. Mas, fala, também da capacidade que temos, de enxergar longe, de estar de pé todos os dias, de nos transformarmos. Segue abaixo o relato.

Mas eu não pensava que ao Chegar ao Rio de Janeiro eu pudesse descobrir a informalidade. Até então, no interior, as pessoas pensam que se você perder o emprego ce tá ferrado. E aqui não. Aqui, apesar de todos os problemas, se você tiver, dentro desse espaço urbano, um lugar que você pode explorar ele de forma estratégica, você ta bem. Mas tem a tua disposição, e eu tava disposto a encarar qualquer coisa. Eu cheguei naquela rodoviária, olhei pros quatro cantos assim, tava aquele monte de camelô, pra todos os lados. Doce, biscoito, churrasquinho, um monte de moleque de rua sentado na beira daquele valão. Ihh, pensei, cheguei no inferno. E aí eu me aproximei dum cara com uns traços nordestinos, ele era do Maranhão, e falei que eu tava chegando do nordeste, precisava de alguma coisa, se ele não poderia me ajudar. Ele respondeu que era camelô, mas que não era dono do isopor. Que o dono chegaria pela manhã, e que recebia por dia de trabalho uns 20 reais. Ele me indicou uma pensão barata. Tinha um baiano, que me falou que um cara precisava de alguém. Procurei o baiano, falei com ele. Fiquei trabalhando lá na barraca dele. Trabalhei, trabalhei, trabalhei. Ganhei dinheiro pra caramba e em três meses, eu comprei um burrinho sem rabo igual ao dele, aprendi todas as manhas porque a guarda municipal dava batida toda hora. A gente tinha que ter quatro olhos né. Montei minha barraca. Tinham uns conflitos. Havia resistência do pessoal de entrar gente nova. Pra conseguir o meu lugar eu tive que entrar numa. Porque quem controla aquilo ali é a PM, e aí tive que ir lá falar com o homem. Ele falou que a gente tinha que se virar e dar um jeito de todo mundo trabalhar. Trabalhei ali um ano e dois meses. Eu trabalhava muito, dormia só quatro horas por dia. E aí eu comecei a beneficiar outros, que chegavam assim como eu cheguei. Um dia duas churrasqueiras brincaram entre si, uma mandou matar a outra, jogaram uma pedra lá de cima do viaduto na cabeça da mulher, e aí deu polícia, guarda municipal e

¹⁸ Relato de um morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. mais à frente esclareço os nomes e letras, utilizados para

levaram tudo. Chutaram tudo, quebraram tudo. E ali se encerrou. E como não tinha grana, e eles tinham levado uns 600 reais de produto. E eu fui sobreviver catando lata, papelão. Passei seis meses assim. Morei naquele valão ali, em frente à rodoviária. Depois me transporte pra Presidente Vargas. Me falaram que quando a coisa apertasse mesmo, tinham os abrigos. Fui pro programa reconstruindo cidadania. A garotinha na época foi pessoalmente catar os mendigos, colocar nos ônibus e levar pra lá. Quando cheguei lá tinham famílias de mendigos. Passei três anos dentro desse abrigo. Quando você entra num abrigo você acha que aquelas promessas que foram feitas vão acontecer. Só que não acontece. É uma forma de lavar o dinheiro, quando a imprensa vem eles escolhem algumas pessoas pra dar depoimento e depois beneficiam essa pessoa. Eu comecei a me contrapor a isso tudo. Passei a me tornar a liderança interna. Todo pepino, toda manifestação de opressão eu enfrentava. Tava ali na condição de José. Naquela condição de sofrimento eu tava aprendendo. Um dia o garotinho inventou de pegar os mendigos à força, era um tal de zona sul legal. Era um tal dos meninos correr dos homens de jaqueta azul. Nessa época o abrigo começou a ser visitado por alguns grupos religiosos, sociais, e eles falaram que tinha um pessoal aqui na cidade que tava juntando o pessoal da rua. Juntos conseguimos uma audiência pública contra a administração daquele lugar. A gente conseguiu, conseguimos embarrerar a ação deles naquele momento. (José da Silva d)

Não há garantia de um emprego, trabalho, ou função remunerada estável, que ofereça segurança e prosperidade. A responsabilidade pelo desempenho ou não numa determinada função, recai, hoje em dia, somente sobre a capacidade de se manter hábil e adaptável à qualquer circunstância: não há garantia de sucesso ou permanência em um emprego, melhor, não há garantia de que se possa prover a própria vida a partir de um emprego, e a *responsabilidade* disto, recai exclusivamente sobre o próprio trabalhador, que não foi capaz de se adequar às exigências do mercado.

Contribuições que tangenciam outros horizontes...

Observa-se que os mesmos elementos que conferem o caráter extraterritorial e além fronteiras à globalização produzem os fenômenos de localização, territorialização. Uma possibilidade de saída dessa lógica global nos é apontada por Santos (2001) quando revela que o território não se constitui em neutralidade e passividade. O desejo de homogeneização global é

contrariado pelas resistências locais a sua expansão, fazendo com que seu impacto seja diferenciado de um território a outro. Haesbaert (2002) também reafirma esse pensamento quando revela que a contínua diferenciação do espaço urbano e a experiência impactante do desenraizamento, do desconhecido e do inesperado podem levar os indivíduos a criar uma complexa rede de relações e laços de identidade, fortalecendo grupos ou delimitando novos territórios.

Alguns recursos utilizados para diminuir o impacto de toda essa mudança pautam-se na modificação dos processos e conseqüências desiguais, no combate à exclusão, dependência e desintegração. Geralmente sustentada por organizações não governamentais, associações em prol da ecologia, movimentos feministas, movimentos de trabalhadores, e tantos outros que buscam uma alternativa ao hegemônico. Em sintonia com o pensamento de Souza Santos, outros autores como Hall (2001) afirmam que “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença das outras culturas” (2001, p.85).

Nota-se que há uma espécie de polarização do uso que se faz do espaço na contemporaneidade: por vezes, é vivido enquanto instância que serve ao consumo de bens e serviços — desprovida de qualquer relação que extrapole o caráter individual do consumo — mas também, enquanto espaço cerceado, restringindo o acesso daqueles que não se encontram em “condições” de frequentá-lo.

Bauman em seu livro “Modernidade Líquida” (2001) apresenta a idéia de um arquiteto inglês, George Hazelton, de construir a cidade de Heritage Park (África do Sul), que teria como pilares a auto-suficiência e o autocercamento. Nesta cidade a segurança estaria em primeiro lugar e no seu espaço, ter-se-ia tudo, o que tornaria desnecessário buscar alguma coisa em outros lugares. Heritage Park seria a possibilidade de se ter acesso a uma comunidade, o que é hoje em dia a utopia da boa cidade.

Na cidade de Heritage Park haveria um maior controle dos cidadãos, impossibilitando que se fizessem coisas erradas, inclusive ocorrendo a exclusão dos desocupados e vagabundos, se necessário. Porém, se antes esse controle era feito através do olhar e dos gestos, agora ele seria feito por meio de câmeras de TV ocultas e por uma equipe de segurança fortemente armada, exercendo uma lógica de privatização e militarização do espaço público.

De acordo com Haesbaert (2002), a vida do cidadão moderno foi se ‘encastelando’ (op.cit.:97) ainda mais, tendo nos condomínios a expressão dessa nova forma de morar:

Cercados por semelhantes, agrupando-se ilhados e isolados por cercas e muros do mundo estranho e adverso circundante (como se este não fosse, em grande parte, resultado de sua própria criação). (...) Para se penetrar nesta cidadela ultrapassam-se diversos umbrais e controles. Cruzam-se guaritas, portarias, vestibulos, interfonos e, finalmente, podemos ingressar neste mundo que, a todo o momento, traduz sua estranheza e desconfiança a todo aspecto que lhe seja contraposto (op.cit.:98).

Partindo para a análise de como se dá o encontro de estranhos no espaço citadino, Bauman faz referência a Sennett para o qual uma cidade é “‘*um assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar*’” (2001, p.111) e diz também que o encontro de estranhos mais parece um ‘desencontro’, um evento sem passado e sem futuro e uma história para não ser continuada. Sennett revela que para o convívio social em uma cidade, deve-se estar munido de certo tipo de habilidade específica, o que ele denomina civilidade:

A atividade que protege as pessoas umas das outras, permitindo, contudo, que possam estar juntas. Usar uma máscara é a essência da civilidade. As máscaras permitem a sociabilidade pura, distante das circunstâncias do poder, do mal-estar e dos sentimentos privados das pessoas que as usam. A civilidade tem como objetivo proteger os outros de serem sobrecarregados com nosso peso (Bauman, 2001, p.112).

Bauman (2001) considera que a cidade comporta lugares públicos próprios para transformar seu habitante em consumidor, encorajando explicitamente a ação, e desencorajando a interação. A tarefa nesses lugares é simplesmente consumir, o que consiste em um passatempo exclusivamente individual, não envolvendo elementos coletivos mesmo que estes lugares estejam cheios. No templo do consumo, os encontros precisam ser breves e superficiais, sendo protegidos por qualquer um que deseja quebrar esta regra.

De acordo com Bauman, as idas às compras são primeiramente viagens no espaço e secundariamente viagens no tempo. O templo do consumo, por exemplo, apesar de estar localizado na cidade não faz parte dela, pois se constitui em um mundo ‘completamente outro’.

No interior dos templos de consumo, os compradores podem encontrar o sentimento de pertencer a uma comunidade, ou seja, o conforto de perceber que não há diferenças, que ‘somos todos semelhantes’ e que ‘temos a mesma intenção’.

Todo mundo entre as paredes dos shoppings centers pode supor com segurança que aqueles com que trombará ou pelos quais passará nos corredores vieram com o mesmo propósito, foram seduzidos pelas mesmas atrações (reconhecendo-as, portanto, como atrações) e são guiados e movidos pelos mesmos motivos. ‘Estar dentro’ produz uma verdadeira comunidade de crentes, unificados tanto pelos fins quanto pelos meios, tanto pelos valores que estimam quanto pela lógica de conduta que seguem (op. cit.:117).

No entanto, essa comunidade não reconhece a ‘diferença’ de que é composta a cidade. Por essa razão ela é na sua constituição desprovida de negociações, compreensões e concessões. David Harvey (2004) analisa a dinâmica e o sucesso de espaços como os dos shoppings centers:

ambientes protegidos, seguros, bem organizados, de fácil acesso e sobretudo, agradáveis, relaxantes e isentos de conflito. O *mall* [grifo do autor] foi concebido como um mundo de fantasia em que a mercadoria reina suprema... todo o ambiente parece projeto para induzir antes o nirvana do que a consciência crítica (op. cit. p. 220-221).

Utilizando-se do pensamento de Lévi-Strauss, Bauman (2001) cita duas estratégias usadas na história do homem quanto à necessidade de enfrentamento à alteridade dos outros: a antropológica e a antropofágica. A primeira, consiste em *vomit* os estranhos (p.29) limitar seu acesso e circulação, constranger sua comunicação, acessibilidade, e no limite, destruí-los. A estratégia antropofágica consiste em devorar aquilo que se apresenta como estranho, não semelhante, transformando-o em algo indistinguível – assimilação da diferença, não no sentido de acolhê-la, mas de torná-la um todo indistinguível dos demais; minimizando seu potencial de radicalidade de sua alteridade (p.29). Assim, pode-se compreender que os lugares ênicos seriam aqueles onde não ocorre o contato físico, diálogo ou interação social. Suas variantes extremas são o encarceramento, deportação e assassinato e as formas refinadas são a separação espacial, guetos urbanos, acesso seletivo a espaços e impedimento seletivo a seu uso. Os lugares fágicos seriam aqueles onde acontece a suspensão ou aniquilação da alteridade, como acontece em locais de consumo por exemplo.

Ilustrando essa dinâmica da atualidade Bauman (1998) vem nos apresentar a idéia do estranho: que seria uma característica relacionada àqueles que têm a tendência a obscurecer as linhas limítrofes que devem ser claramente vistas (p.37). O autor faz uma comparação da idéia de estranho com a característica de viscosidade – aquilo que gruda, que cola, e ao colar acaba

fazendo peso, tirando a liberdade dos movimentos. O estranho é visto, assim, como aquele que tole a liberdade – a liberdade de se sentir seguro.

Claro que a viscosidade é relativa, assim como a liberdade. O que pode ser viscoso para alguns, pode não o ser para outros. O viscoso-estranho é de certa forma tolerável até o limite onde não coloca em dúvida ou em risco aquilo sobre o qual se sustenta um determinado lugar, uma certa posição, status.

A experiência carioca cotidiana ilustra essa idéia quando a realidade de violência do morro se mostra como terror àqueles que lá não convivem (não residem, não trabalham, não moram, não visitam, não têm o que fazer lá, sequer sabem aonde é) a partir do momento em que invade suas casas, seu aconchego: o terror do morro só se torna terror para os moradores do asfalto ou para a opinião pública, quando invade suas casas com uma bala perdida, esfaqueando em cacos a pseudo-segurança de um lar, de uma posição social. Por sua vez, a maneira encontrada para se encarar o convívio com os estranhos que oferecem riscos à liberdade, é mantê-los à parte, através da utilização de diferentes tipos de isolamentos – geográfico, racial, de classe, cultural, ou qualquer outro que cerceie a liberdade dos viscosos-estranhos: *os projetos de reurbanização, são para recolher a população e jogar para a periferia mesmo, bem longe do centro, os pobres tem que ficar longe, longe da vista, do turismo, da classe média. Essa coisa de remoção de favela é um pouco isso. Limpeza urbana! (José da Silva a, 2006).*

Assim, na época que Bauman (1998) denomina de pós-moderna, a liberdade constitui-se em fator de estratificação social, polarizada, é intensificada entre aqueles que podem desfrutar de sua condição de desprendimento e, condicionada àqueles localizados, falidos, incapazes – nesses, adianta-se, será depositado todo o estigma dos perdedores, ignorantes, antiquados, incapazes, daqueles do qual deve se proteger – legitimando toda uma prática cotidiana de exclusão e de opressão.

Somada a esses elementos, estão os cada vez mais comuns não-lugares, que desencorajam a idéia de estabelecer-se e fazem de tudo para que a presença dos passantes seja ‘meramente física’. De acordo com Haesbaert (2002) há os lugares destinados à passagem, outros, à permanência, e também os horários convenientes e os lugares vedados à circulação. Exemplos desta categoria são aeroportos, auto-estradas, transportes públicos, lugares ermos, etc. Além disto, existem também os chamados espaços vazios, que são lugares desprovidos de significação. Não se constituem em espaços delimitados por cercas ou barreiras físicas, nem são lugares

proibidos, mas sim, lugares sem acessibilidade porque invisíveis, já que geralmente se localizam do outro lado da cidade, onde a maior parte da população não circula. São “lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos” (Bauman ,2001, p.122).

Rogério Haesbaert compartilha do pensamento de Bauman quando afirma que com a globalização nota-se o

aparecimento de vários territórios praticamente inacessíveis, novas ‘terras incógnitas’ que se fecham à mobilidade planetária, tanto no sentido de serem um produto da globalização, excluídos da dinâmica econômica dominante, quanto no de reagirem à globalização (e a ocidentalização que geralmente a acompanha) (2002, p.122).

Pode-se dizer que esses espaços são

lugares que sobram depois da reestruturação de espaços realmente importantes: devem sua presença fantasmagórica à falta de superposição entre a elegância da estrutura e a confusão do mundo... muitos espaços vazios são de fato, não apenas resíduos inevitáveis, mas ingredientes necessários de outro processo: o de mapear o espaço partilhado por muitos usuários diferentes (p.121).

Porque se você pensar bem, a exploração do espaço vai beneficiar um certo número de pessoas, mas é um certo, não é todos. Então todo esse processo é causado pelo avanço da chamada cidade, processo de auto-destruição em função da expansão da exploração do território. E isso afeta o campo do ser humano, ele não é uma máquina (José da Silva c). Muitas vezes, esses espaços produzidos – os ‘lugares públicos não civis’ – mais do que dispensarem a capacidade de interação com estranhos, promovendo incessantemente a ruptura de laços, levam à incapacidade de enfrentamento da pluralidade de seres humanos.

CAPÍTULO II

MORADIAS POPULARES NO PERÍODO PÓS-ESCRAVATURA

Dando continuidade a proposta de trabalho, deterei-me sobre a minha proposta de se constituir uma reflexão sobre ação política¹⁹, sobre práticas de vida que escapem às hegemonicamente oferecidas, a partir de uma investigação acerca de uma experiência de ocupação na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo central é possibilitar o transitar entre as questões que tangenciam as configurações contemporâneas das cidades – de alguma forma referentes ao modo com que nos apropriamos desses espaços citadinos – e entre experiências, práticas (entendendo-as como “o que fazem as pessoas” [Veyne, p.248, referindo-se a Foucault]) não hegemônicas de se vivenciar o espaço urbano.

Considerando a necessidade de discorrer um pouco sobre a idéia dessas práticas outras, que carregam em si um pouco da noção de *resistência*, não como um movimento reativo, mas como algo que possibilita a construção de outras formas de se viver e experienciar o espaço (no caso, as ocupações), faço uso da noção desse termo para alguns autores.

A idéia de resistência para Pelbart (2003) parte da noção de que o capitalismo, ao se apropriar da subjetividade, tornando-a de valor inestimável, transforma-a em capital de que cada um, singularmente, dispõe, patrocinando a produção de subjetividades dotadas de uma intensa plasticidade, flexibilidade, fluidez. Partindo desse aspecto, as forças que resistem, para o autor, devem se apoiar contra esse poder exatamente no campo aonde ele investe sua dominação. Pelo fato de ser justamente maleável, flexível, essa produção de sentido ou de subjetividades possui a capacidade/possibilidade de reinvenção de estratégias, resistências, valores, novos signos,... novas formas de viver.

Pode-se notar uma retomada das idéias de Foucault acerca das diferentes formas de luta – as lutas hoje em dia, se fazem contra a exploração, contra a dominação e contra a submissão da subjetividade, conseqüentemente, se fazem em nome da vida, de suas necessidades fundamentais – de trabalho, de saúde, de moradia adequada, educação, de lazer cultural, mas também de felicidade, satisfação, de oportunidade de se vivenciar enquanto ser humano, e por isso, enquanto

¹⁹ Utilizo o termo *ação política*, como uma forma de referir-se a uma certa prática de resistência, destituindo o termo da habitual idéia de reatividade que este possui.

pessoa que possui potenciais que hoje não encontram oportunidade de se expressarem, desenvolverem, surgirem e serem valorizados.

Sendo assim, Pelbart (2003), citando Antônio Negri, apresenta que é preciso pensar a resistência para *aquém e além da noção de oposição*. Pensando a partir da idéia de que ao lado do poder há sempre a potência, revela que devemos buscar a possibilidade de resistência partindo do ponto “onde as pessoas sofrem, onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte” (A. Negri, Exil, p. 55 In Pelbart, 2000, p.42).

Pensando a partir desse referencial, o recorte de um campo de análise surge da minha experiência com grupos de pessoas que buscam uma moradia. Essa experiência consiste em construir junto a essas pessoas, a ação política de ocupação propriamente dita, e apoiar o desenrolar do cotidiano dentro da ocupação – participando de assembléias, atuando nas tarefas coletivas diárias (cozinha coletiva, limpeza coletiva, nas comissões de segurança, de restauração da parte hidráulica e elétrica), desenvolvendo, em co-participação com os moradores, outras atividades, de caráter educativo, artístico, etc., fazendo circular outras linguagens que expressem a experiência vivida. Sendo assim, meu interesse por essa pesquisa, vem, primeiramente, de minha experiência, e de um certo desejo de fazer circular a experiência de emergência de outras práticas – coletivas na forma de agir, mas também (confesso que bastante dificultada) na forma de pensar e entender o cotidiano – a partir de um outro uso possível dos espaços abandonados na cidade.

Com o intuito de contextualizar historicamente a questão da moradia das classes mais pobres na cidade do Rio de Janeiro, farei uma breve apresentação da referida situação dos modos de ocupação ao longo de alguns anos na cidade do Rio de Janeiro.

Análises²⁰ históricas e geográficas apontam, no período compreendido entre fins do século XIX e início do século XX, o aparecimento e crescimento das denominadas favelas na cidade do Rio. Existem esforços em tentar identificar qual seria a primeira ocupação de áreas com as características do que se denomina por favela: estar localizada em regiões de difícil acesso, ter nenhuma ou precária infra-estrutura de saneamento (abastecimento de água encanada, rede de esgoto, rede de energia elétrica), e de transporte público, ser ocupada por casebres, pequenos, com escassa iluminação e ventilação, geralmente construídos a partir de restos de madeira, telhas, e portanto de qualidade e segurança duvidosas. Alguns autores apontam o morro da Favela, localizado atualmente nas imediações do Morro da Providência, como a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, há autores que afirmam a presença de áreas favelizadas anteriores, como o Morro de Santo Antônio, localizado no centro da cidade, gêmeo do Morro do Castelo²¹. De acordo com Silva (2005) a disseminação das favelas na cidade do Rio, se deu entre os anos de 1910 a 1930, quando aglomerados de casebres, receberam, generalizadamente, o nome de favela. Nesse período, houve uma expansão dessas áreas pelo Centro da cidade e também as Zonas Norte e Sul. (2005, p.77-78).

A expansão dessas áreas decorreu de vários fatores, muitas vezes relacionados entre si, podendo-se destacar alguns deles como principais influenciadores: crise habitacional, urbanização da cidade, expansão e transformação do mercado imobiliário, processo de industrialização, diferentes formas de migração e demolição de cortiços.

A partir da década de 40 é possível perceber uma movimentação no sentido de regularização habitacional da cidade, o que incluía um programa de extinção de favelas. Em janeiro de 1941 foi realizado Congresso de Urbanismo, indicando claras intenções de se remodelar a paisagem central da cidade. Verificou-se uma série de iniciativas que tinham como objetivo realizar um levantamento acerca das especificidades das favelas e do perfil de seus moradores, conferindo assim, um olhar mais técnico e científico as políticas de reurbanização. Esses estudos apontavam a uma multiplicidade de informações, destacando-se: 1) as formas de

²⁰ Refiro-me aqui ao trabalho realizado por Maria L. P. da Silva no ano de 2005: “Favelas cariocas: 1930 – 1964”. Maiores detalhes, consultar referências bibliográficas no final do trabalho.

²¹ Morro do Castelo, derrubado em 1922 com a justificativa de que prejudicava a ventilação do centro urbano, abrigou inúmeros barracos “espetáculo da pobreza que ameaçava a fachada da modernidade” (Neves, 1994, p.144).

aquisição de moradia nas favelas – que variavam de casebres alugados a casebres próprios, construídos em terrenos invadidos, ou construídos em terrenos arrendados, às vezes com consentimento do dono do terreno, que em alguns casos cobrava taxas como uma espécie de aluguel, em outros, não cobrava nada –, e 2) os fatores de semelhança entre essas áreas (a precariedade de condições de moradia e salubridade). Em outros casos, os estudos, tinham como objetivo traçar o perfil dos moradores das favelas. Baseados, muitas vezes em conceitos morais, a classificação²² dos moradores recebeu influência direta do fato do morador ser ou não trabalhador²³, e sendo, estar ou não, formalmente ligado aos institutos de previdência (op. cit. p. 97).

Na mesma época, especificamente no pós-guerra, alguns autores apontam para uma certa politização e organização das classes populares da cidade, através da criação de comitês democráticos e associações de moradores com vistas à reivindicação de políticas de urbanizações dessas áreas.

A partir da década de 50 observaram-se mudanças nas organizações entre favelados, apontando para uma articulação mais política: surgimento da União de Trabalhadores Favelados do Borel²⁴, alianças entre moradores de diferentes favelas para desenvolvimento de ações comuns e assessoria jurídica às associações de favelas. Em meio a uma série de ações conjuntas, pressões exercidas pelas associações de moradores de favelas, ocupação da Câmara dos Vereadores por moradores, aconteceu uma grande passeata que reuniu 8 mil pessoas nas ruas da cidade em protesto contra o despejo de moradores do Morro do Borel e do Morro Santa Marta (op. cit. p.133). Em 1956 foi decretada a chamada Lei das Favelas proibindo, por dois anos, despejos em favelas na cidade do Rio (op. cit. p.134).

Em resposta a toda movimentação e articulação da população das favelas, a prefeitura iniciou o desenvolvimento de novos projetos e em 1956 foi criado o Serfha, Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas, que a partir de uma perspectiva reurbanizadora, tinha como proposta estreitar a relação entre população e poder público,

²² Silva (2005) ilustra as categorias de classificação dos moradores: a) exploradores, vadios, desordeiros; b) contribuintes do IAPs e das Caixas; c) emigrados da lavoura; d) famílias sem chefes, inválidos e cegos, estes, classificados como ‘os totalmente desamparados’ (p.203).

²³ Um censo realizado nos finais dos anos 40 apontava para quase 51% de trabalhadores da indústria residindo em favelas (Silva, 2005, p.97).

²⁴ A União dos Trabalhadores Favelados do Borel surgiu a partir da ação de despejo pela Borel Meuren Ltda, empresa que através de grilagem conseguiu o reconhecimento legal da propriedade do terreno (Lima, 1989, p. 103, In Silva, 2005, p.133)

reforçando as associações de moradores e ampliando sua forma de atendimento a outros tipos de habitações populares que tivessem as características dos barracos das favelas – precariedade de condições de infra-estrutura e insalubridade. Apesar dos esforços empreendidos para tal fim, em 1957 foi fundada “a primeira entidade autônoma de moradores, a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal” (Maiolino, 2005, p.92), demonstrando a necessidade de outras formas de negociações e encaminhamentos junto aos órgãos do estado.

O censo de 1960 apontou a existência de cerca de 147 favelas na cidade do Rio, tendo como população favelada mais de 300 mil pessoas, um aumento de mais de 168 mil pessoas em relação ao censo realizado uma década antes (Silva, 2005, p. 92). Nessa mesma década, mudanças geo-políticas²⁵ e a ascensão da “campanha pela casa própria” (op. cit. p. 139) – refletindo a consolidação do mercado imobiliário – assinalaram transformações profundas na configuração das relações entre favelados e poder público. A posição anticomunista de Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, facilitou a captação de recursos externos, especialmente dos EUA, através da Usaid (organismo do governo norte americano) para o Acordo do Fundo do Trigo. A proposta era que esse acordo canalizasse um montante considerável para projetos habitacionais e urbanizadores. O acordo firmado somente em 1962, já não possuía nenhum vestígio de recursos destinado à urbanização de áreas favelizadas, e acabou incentivando a política de remoção das populações faveladas para conjuntos habitacionais nas periferias²⁶ (op. cit. p.73).

Entre os anos de 1962 e 1965 o governo Lacerda parece ter investido bastante na remoção tanto de moradores de favela como de moradores de rua. Foi em seu governo que houve a remoção dos morros do Pasmado, da Catacumba e da Favela do Esqueleto, além da construção de conjuntos habitacionais afastados do centro da cidade, destinados à população favelada (Maiolino, 2005, p.96). Substancializou-se, nessa época, a mobilização popular frente às remoções e despejos, que além de afastarem os moradores de seu local de trabalho, onerando as despesas com transporte, acabava, por fim, obrigando-os a deixarem os trabalhos por falta de condições financeiras de prover os custos do transporte. Uma das razões da proliferação dos

²⁵ Mudança da capital para o Distrito Federal em Brasília, eleições para governador do estado da Guanabara em 1960; renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961, e em 1964, o Golpe Militar.

²⁶ Alguns desses conjuntos habitacionais – *Cidade de Deus*, em Jacarepaguá e *Vila Kennedy*, localizada no quilômetro 34 da Avenida Brasil – foram construídos em locais afastados dos centros urbanos, em áreas, áridas, com péssima infra-estrutura de água, esgoto, iluminação e transporte. A remoção de populações que residiam e trabalhavam no centro da cidade para essas áreas afastadas e insuficientemente dotadas de serviços, tornou mais

morros nos centros urbanos deve-se à proximidade com o centro financeiro e comercial, lugares que concentram as possibilidades de trabalho, ou simplesmente de ‘ganhar dinheiro’: *os moradores de ocupação do Centro, eles têm um perfil muito claro. Você pode dizer que a maioria dos moradores do Centro ou são camelôs, ou são catadores, ou são pedreiros, a maioria dos moradores das ocupações do Centro trabalham ou se sustentam por meio do Centro, na verdade necessitam de viver do reboiço do Centro: é do papel que sobra no Centro, é do papelão que sobra no Centro, é da bebida que é vendida, por estar no Centro, muito fluxo de pessoas, muitas pessoas comprando. E aí vai surgindo essas ocupações, com essa característica que une todas elas.* (José da Silva c)

Além disso, as remoções, acarretavam o rompimento de laços de pertencimento a um lugar, a uma comunidade e até mesmo, de laços de amizade e identidade social. Contribuíram também para a demolição de parte da memória da cidade, memória esta, transferida como entulho para fora das áreas comerciais, *locativas* e lucrativas do centro urbano. Empurrada à força para a periferia, essas pessoas, passaram a residir em lugares, na maioria das vezes, sem infra-estrutura adequada, sem rede de transporte eficiente e suficiente, geralmente afastados de qualquer centro comercial, o que significou escassez de oferta de trabalho. Pode-se concluir com isso, que a precariedade da vida dessas pessoas, agora entulhadas na periferia, se tornou bem maior.

De acordo com Maiolino (2005) a reação fez-se forte a partir da criação da Fafeg (Federação de Favelas do Estado da Guanabara) que, em seu início, contou com a participação de cerca de 100 associações de moradores e tinha como pauta a reivindicação da urbanização das favelas e paralisação nos processos de remoção. Essa Federação liderou a resistência às remoções do Morro do Pasmado (Botafogo) e da Favela da Ilha das Dragas (Lagoa Rodrigo de Freitas).

Apesar de todo movimento de repressão e exclusão promovido pela ditadura militar²⁷, culminando com a “promoção” da Fafeg à assessoria do governo do estado, o que limitou seu campo de atuação e estratégia, e com a destruição de cerca de 60 favelas²⁸, em 1972 foi realizado o III Congresso de Favelas do Estado da Guanabara, totalizando a participação de 72 favelas

sofrida a vida dessas pessoas (Souza, 2004, p 47-51).

²⁷ De acordo com Souza (2004) o planejamento urbano durante o regime militar mostrou-se bastante conservador e autoritário, representando a manutenção da ordem social e econômica vigente no Brasil. Durante esse período a política de remoções foi intensificada, tendo com objetivos: “retirar as favelas da Zona Sul, área nobre da cidade, e de áreas que estavam sendo valorizadas; afastar os pobres das classes médias e altas; desmobilizar as associações de moradores; acabar com as ocupações irregulares e o não-pagamento de taxas e impostos; tornar a paisagem da cidade mais agradável e menos ‘poluída’ pelas favelas” (2004, p. 46)

²⁸ De 1962 a 1974, houve a remoção de oito favelas, num total de 26.193 moradias destruídas e cerca de 140.000

(Maiolino, 2005, p.101). Apesar de todo esforço em expulsar aqueles que representam o desinteresse de investimento do estado em políticas de moradia, saneamento, educação e saúde, *52 favelas permaneceram em bairros tipicamente de classe média da sociedade carioca* (Burgos, 1999, p. 37 In Maiolino, 2005, p.101).

A população se amontoa nos cortiços e casebres

“(...) A cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”²⁹

O problema da habitação no estado do Rio de Janeiro não é recente, remetendo-se a meados do século XIX, onde se tem, a partir do marco da abolição da escravidão e do início da ascensão da burguesia nacional, a noção de espaço público e privado “distinguindo-se e opondo-se, de forma cada vez mais radical, os espaços da rua e da casa” (Maiolino, 2005, p.49), culminando com a promulgação da Lei das Terras em 1850, que demarcou a propriedade privada da terra, distinguindo de forma mais precisa o solo público do privado (p.49). A arquitetura de calçadas, fachadas de residências, a disposição da casa em relação à rua, bem como o próprio espaço interno das casas, sofreram notáveis modificações. Concomitantemente, nota-se nesse mesmo período, a ascensão de noções como intimidade, particularidade, privacidade: “o respeito pela privacidade alheia constituía-se como um valor a ser cultivado pela sociedade burguesa e a arquitetura estruturava, adequadamente, os espaços dessa nova casa que acolhia o íntimo” (Maiolino, 2005, p. 50).

Paradoxalmente, em relação às classes mais empobrecidas – incluindo os escravos recém libertos – esse processo encontrava-se bastante distante da realidade dessas populações. Suas casas – na maioria das vezes quartos alugados em cortiços – geralmente de madeira, eram de tamanho reduzido, com escassa ventilação e precária iluminação. O mobiliário constituía-se em peças extremamente necessárias para que se pudesse adequá-las ao diminuto espaço dos quartos e das casas. Quase não existia divisão entre cômodos; janelas expunham o cotidiano do lar, radicalmente diferenciado dos espaços residenciais burgueses, que já possuíam separação entre os cômodos, cortinas que dificultavam a visão do interior do recinto; largos jardins distanciando a casa do espaço da rua.

Nesse contexto, surgiram as moradias tipo cortiços, que se constituíam em casas que abrigavam “sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno, etc., indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes” (Chalhoub, 1996, p. 40).

²⁹ Ítalo Calvino (1991).

A proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir da década de 1850, estando ligada ao crescimento do número de escravos alforriados e de escravos que recebiam o direito de morarem por si só³⁰, e ao fluxo de imigrantes, em sua maioria, portugueses. Especificamente no caso dos negros alforriados, a possibilidade que se concretizava de moradia eram as casas de cômodos ou os cortiços – habitações coletivas, onde podiam encontrar toda uma rede de solidariedade e auxílio na manutenção da precária existência, como também, incentivo e apoio em sua luta pela liberdade.

Por uma questão de localização, esses tipos residenciais eram construídos próximo ao centro da cidade, muitas vezes porque a população que neles residia sequer possuía recursos para se locomover a outra localidade mais distante, e também, porque estavam próximos aos seus locais de trabalho, facilitando a circulação diária.

Um expressivo número desses residentes não possuía sequer quaisquer relações empregatícias, ficando à mercê da boa vontade e solidariedade de alguns. Nesse mesmo momento, começou a delinear-se na sociedade brasileira o conceito de classe perigosa, encarnado, primeiramente e preferencialmente, nos negros alforriados, que não se encontravam mais sob o jugo dos senhores. Assim, fez-se necessária a criação de outras formas de controle e repressão que possibilitassem a manutenção da estrutura social, que repentinamente se viu invadida por toda uma população encarada como inadequada para o contato social, já que sempre viveu em cativeiro, sendo assim, desprovida de bons costumes e adequado trato com as pessoas. De acordo com Chalhoub (1996) insinua-se nesse momento, a idéia de que os defeitos dos negros não se explicariam a partir de determinados acontecimentos sociais, como o caso da escravidão, mas que a falta de habilidades sociais estaria ligada a questões muito mais intrínsecas a sua natureza: “a consequência disso é que os ‘defeitos’ dos negros podem ser pensados como insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencialmente permanentes das classes perigosas” (1996, p. 25).

O conceito de classe perigosa também dizia respeito àqueles cidadãos que se encontravam em condição ociosa. Começam a esboçar-se as primeiras noções de trabalho como meio enobecedor do espírito humano. Dessa forma, características como pobreza, ser viciado, não desenvolver nenhuma atividade de trabalho, encontrar-se ocioso, são entendidos como deflagradores de potenciais membros das classes perigosas.

³⁰ Escravos os quais, ainda que na condição de cativos, recebiam o direito de residirem fora do cativeiro.

Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial..., logo, (...) vemos que as palavras ‘pobres’ e ‘viciosas’ significam a mesma coisa (op. cit. p. 22).

Assim, a condição de pobreza é rapidamente associada à condição de desocupação, de viciosidade e marginalidade, e os cortiços, como reduto de tais personagens da pobreza, tornam-se expressão dos costumes das tais classes perigosas. Estigmatiza-se, assim, as habitações coletivas como lugares amontoados de pessoas, desocupadas, viciadas, marginais, que se configuram como vetores de doenças, e que por todos esses motivos, essas habitações devem ser erradicadas (ou ao menos, como faz-se hoje em dia, transferidas a alguns daqueles não-lugares de que nos fala Bauman, onde não serão vistas nem sentidas, já que estarão em lugares afastados dos centros comerciais-lucrativos urbanos).

Dessa forma, a condição de pobreza de um indivíduo transformou-se em critério suficiente para torná-lo malfeitor em potencial – noção que perdura até hoje, e que provavelmente, contribui, “em nossa história, para a inibição do exercício de cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos” (op. cit., p.20).

A associação da noção de pobreza com marginalidade – a miséria é vista como criminosa – acarretou consequências na atuação das instituições de repressão desde o início de século XX: a noção de suspeição generalizada, utilizada, ao menos, desde a década de 20, e a medida de auto de resistência, utilizada nos dias de hoje, representam fortes indícios de como as forças da ordem pública lidam com o pobre. Faz-se necessária uma breve interrupção para explicar essas duas noções citadas acima. Suspeição generalizada refere-se à premissa de que todo cidadão é suspeito até que prove o contrário. Auto de resistência consiste num possível ato de resistência, emitido por algum suspeito, que configurado (submetido ao critério e julgamento do policial), dá o direito à autoridade policial de pôr fim a essa expressão de resistência. Nas estatísticas divulgadas por um jornal de grande circulação, em 1999, as forças policiais da cidade do Rio, fizeram uso da medida auto de resistência acarretando 289 mortes justificadas. Em 2005, esse número chegou a 1.098 mortes.

Entre os clamores por lei e por ordem, a impressão que se tem é que o medo nas classes abastadas se vinga no corpo dos negros pobres: “Corpos negros mortos nas lixeiras da cidade do

Rio de Janeiro, são, até os dias de hoje, vistos e noticiados com uma certa naturalidade, fazem parte do cenário histórico da Cidade Maravilhosa” (op. cit. 1996, p.51).

Observa-se que o período escravocrata no Brasil perpetuou práticas violentas de coerção e contenção da população escrava, através de punições infligidas ao *corpo do escravo*³¹. A partir da abolição, toda uma população considerada sem habilidades no trato social, inculta, permanecia “solta” o que acabou produzindo, por “*convergência de forças militares, policiais e paramilitares, um sistema de controle social formal organizado sempre contra a ralé*” (Malaguti, 2005, p.48). E assim, práticas de espancamento e açoite públicos, passam das ruas para dentro da instituição carcerária, perpetuando um hábito policialesco de dupla eficiência: conquistando e sedimentando a confiança das elites e incutindo terror nos morros.

Ao mesmo tempo, surgem novas práticas ligadas à higiene, conservação e preservação da saúde. Como concretização desse movimento de higienização, são criadas instituições³² e legislações que tinham como objetivo estruturar, organizar e disciplinar práticas referentes à saúde pública da cidade e de sua população. Como destacado por Chalhoub (1996), as classes pobres, eram vistas como classes perigosas não apenas por questões de ordem pública, mas também, porque ofereciam risco de contágio, já que viviam em locais insalubres. Epidemias de febre amarela em 1850 e cólera em 1855, impulsionaram a criação de órgão responsável pela questão da saúde pública: Junta Central de Higiene (op. cit. p.30).

Assim, os pobres do final do século XIX e início do XX, carregavam o emblema de desocupados, viciados, e portadores de costumes e doenças contagiosas. Conseqüentemente, fez-se necessária, por questão de ordem e de saúde pública, a intervenção nos cortiços e casas coletivas situadas no centro da cidade do Rio, além de medidas para reprimir os hábitos de não trabalho. Primeiramente essas intervenções consistiam em reparos e melhoramentos nas instalações das casas: calçamento e iluminação adequados, determinação de lugares apropriados para as latrinas, suficiente ventilação, mínimo abastecimento de água, etc. Posteriormente, as intervenções passaram a ser mais diretas e enérgicas. A questão da higiene pública era entendida como progresso moral e material de um povo, expressão para um caminho à civilização. De

³¹ Vera Malaguti (2005) faz referência a Foucault quando afirma que tanto as instituições jurídicas como as médicas terão que lidar com o corpo múltiplo - “a população como problema político, econômico, social, biológico e científico” (2005, p.49).

³² Criação, nos anos de 1850, da Junta Central de Higiene – para maiores detalhes, ver Chalhoub, 1996, p.30 - e Fundação da Sociedade Brasileira de Medicina do Rio de Janeiro, em 1830 – para maiores detalhes, ver Maiolino, 2005, p.51.

acordo com Berman (1986, p.143) o processo de modernização das cidades inspirava e forçava a modernização da vida de seus cidadãos: “estavam-se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços ou – o que dá no mesmo – para a política de expulsão das ‘classes pobres/classes perigosas’ das áreas centrais das cidades” (Chalhoub, 1996, p. 34).

A partir desse referencial de ordem e limpeza urbana, muitos alvos passaram a ser atacados: casebres, cortiços, albergues, casas coletivas, população de rua, quiosques. Estes últimos consistiam numa espécie de casinha feita de madeira e zinco, do tamanho de um único cômodo, onde eram vendidos artigos comestíveis – café, broas, sardinha, queijo – ou realizavam jogo do bicho e vendiam cartões pornográficos. Emblemas de país atrasado, foram todos demolidos ou queimados (Neves, 1994, p.141).

A política de recrudescimento contra as casas coletivas e/ou cortiços já se fazia sentir quando da emissão de um documento que proibia a construção de novos cortiços em 1873, iniciando o processo de expulsão das populações mais pobres das áreas centrais da cidade. Intensificou-se a partir do governo de Floriano Peixoto (1891) caracterizando um período da história da cidade do Rio de forte influência política dos higienistas e de uso das forças policiais na aplicação da lei, o que sistematizou o uso de meios coercitivos e enérgicos na manutenção da ordem social.

Nesse contexto, ocorre, em 1893, a demolição do “mais célebre cortiço carioca” (op. cit. p. 15): o Cabeça de Porco. Localizado na Rua Barão de São Félix, número 154, hoje imediações da Central do Brasil, tinha sua entrada ornamentada por uma cabeça de porco. É desconhecido o número exato de habitantes que comportava, alguns documentos revelam desde 400 até 2 mil pessoas no momento da demolição (Chalhoub, 1996, p. 15).

A demolição do Cabeça de Porco contou com o apoio e presença de pessoas ilustres da época: o então prefeito, Barata Ribeiro, médicos e inspetores de saúde do município, além dos empresários³³, Carlos Sampaio e Vieira Souto, que pelo que parece, já tinham interesses comerciais na área ocupada pelo cortiço. Encarados como desordeiros, vagabundos, ociosos, *fardo ao progresso*, os ocupantes do referido cortiço, diante de tamanho aparato repressivo, viram-se obrigados a sair de seus estreitos e mal ventilados quartos, salvando o que era extremamente necessário. De acordo com Chalhoub (1996), o destino dos moradores é desconhecido, mas ao que parece, a hipótese levantada, é que de posse dos restos que sobraram

³³ Para maiores esclarecimentos sobre a empresa dos referidos empresários – Empresa de Melhoramentos do Brasil –

da habitação – madeiras, paus, etc. – que pudessem ser reaproveitados, os moradores teriam subido o morro mais próximo, e erguido precários barracos e casebres. Anos mais tarde, especificamente em 1897, juntamente com os soldados vindos de Canudos, a referida população deu início à formação do primeiro morro da Cidade do Rio de Janeiro, na época chamado de Morro da Favela, em referência a uma vegetação típica da região de Favela, no sertão nordestino, da onde provinham os soldados. Atualmente, o Morro da Favela é conhecido como Morro da Providência, localizado nas imediações da Central do Brasil.

O início do século XX pode ser considerado um marco importante no contexto das reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época foi empreendida uma reforma inspirada na reforma de Paris, realizada em meados do século XIX, conduzida pelo Barão de Haussmann, na época, prefeito de Paris. A Reforma Passos³⁴ aconteceu entre 1902 e 1906 e consistiu em obras de abertura e alargamento de ruas³⁵, embelezamento de vias, construção de praças e jardins, adaptando uma recém cidade monárquica e escravocrata – colonial – à livre circulação de mercadorias e pessoas – uma metrópole moderna.. A crescente burguesia carioca preparou, com o discurso de cidade degenerada, a justificativa para a imposição de seus modelos europeizados de cidade, disciplinando a pobreza e segregando espacialmente os marginais (Haesbaert, 2002, p.93) – não mais *ordem e progresso*, e sim, ordem como condição do progresso, justificando medidas saneadoras e atos de violência (Neves, 1994, p.139). Assim, a referida reforma foi realizada de forma bastante autoritária, através de expulsões e demolições, que acabaram acarretando na fixação da população mais pobre em áreas ao entorno do centro da cidade, especificamente, nos morros do centro e de bairros adjacentes.

ver: Chalhoub, 1996, p.55.

³⁴A reforma recebeu esta denominação porque foi empreendida pelo então prefeito da cidade do Rio, Francisco Pereira Passos.

³⁵ A abertura da Avenida Central no centro da cidade do Rio de Janeiro, simbolizou a chegada do progresso, da saúde, da beleza e da harmonia arquitetônica, *valores intrínsecos* às sociedades civilizadas (Neves, 1994).

A população ocupa prédios abandonados

“Nós, trabalhadores urbanos sem-teto, continuamos resistindo, desde o dia 23 de julho de 2004 na Ocupação Chiquinha Gonzaga. Localizado na Rua Barão de São Félix, 110, o prédio estava abandonado há mais de 20 anos e, hoje, as melhorias no local são claras. Reformamos toda a rede elétrica e hidráulica do prédio e nossos mutirões de limpeza têm tornado o local habitável. Nossa ocupação tem-se organizado por comissões de trabalho que cuidam não somente da manutenção do prédio, mas que abrem canais de diálogo com outros movimentos, pensando formas de cooperação. A intenção é utilizar o prédio não só para moradia, mas também para implantar projetos culturais e sociais voltados para a comunidade em geral. Nossas atividades são decididas por assembleias, pois acreditamos que as decisões devem ser tomadas por todos aqueles que constroem a luta. Entendemos o movimento sem-teto como o instrumento mais importante para a conquista do direito à moradia. Mas, nós, da Ocupação Chiquinha Gonzaga, sabemos que a luta é bem maior, e buscamos avançar na construção de ações unificadas com diferentes setores da sociedade.

Através deste jornal, pretendemos trocar experiências e fortalecer formas de resistência para o movimento. E, além disso, queremos romper com os preconceitos sociais que existem com relação aos sem-teto, mostrando que fazemos parte do povo trabalhador, e que, apesar das oportunidades não serem as mesmas para todos, estamos recriando formas de viver neste sistema injusto que não assegura ao povo o mínimo necessário para uma vida digna. Acreditamos que um jornal popular, feito por nós e que seja a nossa voz gritando aos quatro cantos desta sociedade, nos ajudará a vencer mais essa luta por melhores condições de vida... (editorial do Mutirão³⁶, n.1, 2004, p.01).

O que as remoções das moradias populares da década de 1960, a destruição dos cortiços e casebres em fins do século XIX – esse passado aberto – ou ainda, o que a sistemática tendência de entulhar a população pobre nas periferias, têm a oferecer como ferramenta para olhar o presente?

³⁶ *Mutirão* é o veículo impresso da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Maiores detalhes consultar referências bibliográficas no final do trabalho.

Ano de 2004, rua Barão de São Félix – rua que no século XIX abrigava o mais famoso cortiço da cidade do Rio – especificamente no número 110, uma população de cerca de 50 a 60 famílias, constituídas por negros, pobres, nordestinos, trabalhadores sem moradia, trabalhadores ambulantes e informais, bem como pessoas desempregadas, donas de casa, pessoas idosas, ocupam um prédio, pertencente ao INCRA, abandonado há mais de 20 anos.

A Ocupação que recebeu o nome de *Chiquinha Gonzaga* conseguiu se manter³⁷, apesar de sua localização geopolítica estratégica e das dificuldades cotidianas, devido a seu caráter plural: participam da ocupação, jovens, crianças, adultos, trabalhadores, desempregados, autônomos, estrangeiros, colaboradores, idosos, integrantes de movimentos sociais, de movimentos estudantis, que juntos, têm tentado construir um dia-a-dia coletivizado.

Ano de 2005, uma ligação no celular informa que será hoje a tentativa de ocupação de mais um prédio no centro da cidade. Será a Zumbi dos Palmares. Mais tarde devemos todos nos encontrar em determinado lugar para juntos sermos informados de toda movimentação e organização. Chove bastante na hora que saio de casa, mas como estamos em março no Rio, não está frio. Preparei sanduíches, água, em quantidade suficiente para mim e para outros que possam não ter levado lanche. Não se sabe até que horas ficaremos em atividade. Para ser franca, não sei nem o que nos espera: se tudo transcorrerá bem, se a polícia vai aparecer, se aparecer como será o contato, se vai ter porrada. Não sei o que fazer se rolar porrada, se será num local ermo, ou iluminado, movimentado. Se eles vão atirar em alguém. À noite, dependendo de onde se esteja, a escuridão e o deserto podem facilitar e incitar ações violentas. Por uma questão de segurança, sigilo e garantia de que nenhuma informação vazasse, não ficamos sabendo qual é o prédio a ser ocupado, muito menos aonde se localiza. Sabemos apenas que é no centro da cidade.

Antes de sair de casa, enquanto fazia umas reflexões sobre o que aconteceria mais tarde, fiquei pensando sobre o que eu poderia fazer ali para ajudar, qual o sentido – para além da questão da luta social, dos movimentos, todo esse processo que se iniciou a partir de minha atuação no movimento estudantil – de eu estar ali, sem conhecer estratégias de luta ou de desenrolo com a polícia. Enfim, meu objetivo era estar participando, como militante, apoiando a luta de algumas pessoas por moradia, que é também a luta por melhores condições de vida, mas

³⁷ No dia 23 de julho deste ano comemoramos 2 anos de resistências e lutas na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

não só. Era estar ali também como pessoa, como alguém que poderia ajudar a criar uma ambiente de tranquilidade caso alguém se alterasse ou se ferisse, ou ajudar a uma pessoa idosa, oferecer apoio e aconchego caso as coisas dessem muito erradas. Muitas das pessoas que estão nesses lugares, estão sozinhas, sem o apoio de alguém conhecido ou até mesmo de um familiar. E como eu, a maioria delas talvez nunca tenha vivido um enfrentamento importante como esse. Encaminhei-me pro local.

No salão diferentes pessoas. Muitas pessoas se entreolham. É possível perceber um olhar de apreensão, preocupação. Não se escutam piadas ou brincadeiras. Não é um clima tenso, mas sim um clima de seriedade. Seriedade com a proposta ali colocada, com o objetivo e, principalmente com a vida daquelas pessoas, que diferentemente de mim – que quando a ação findar irei pra minha casa, tomarei um banho quente e irei descansar – se depararão com a realidade de um prédio abandonado, imundo, sem luz e água, que necessitará de uma profunda limpeza e organização, que levará dias. E somente depois de muitos dias, poderão trazer suas camas, colchões e se instalarem em algum canto, para aí sim, depois de uns dois meses, após tudo organizado e com-partilhado, poderem ocupar o quarto ou a sala cedida a elas. Falo isso por que, ainda que eu permaneça indo lá por uns dias, ajudando na limpeza, organização, etc, a realidade de voltar pra casa é radicalmente diferente a daquelas pessoas que estão lá justamente para garantirem um direito, ainda que precário, de terem uma casa.

Apesar da preocupação que me toma, sorrio para os conhecidos, amigos, rostos desconhecidos, querendo transmitir uma certa segurança de que tudo correrá bem, certa certeza, que eu tenho medo de não ter, de que tudo dará certo, de que seremos, ou melhor, serão vitoriosos.

Já adentra a madrugada. A chuva insiste em cair, mas agora já menos intensa. As pessoas estão sentadas no chão, em bancos de madeira. Idosos, mulheres, jovens, bolsas, sacolas, se escoram, se sustentam uns ao lado dos outros.

Salão, 1 hora e poucos minutos, é dada a chamada pra sairmos. Ouve-se manifestações de incentivos. Grupos de poucas pessoas. A chuva continua, bem fraquinha. Estou com duas amigas que vieram apoiar a ocupação. Passos largos, sem fazer muito barulho, sem *dar na pinta*, vamos conversando em tom baixo sobre a situação de vida das pessoas, as dificuldades encontradas para se poder viver adequada e plenamente. Como nós somos da área da saúde, especificamente da saúde mental, falamos das dificuldades e sofrimentos daqueles que vivem trancafiados num

hospício. Porque ainda encontramos hospícios por aí. Qualquer lugar que aprisiona a pessoa, que sufoca seus sentimentos, abafa seus pensamentos, trava sua vontade de falar, de gritar, impede que ela seja, pode ser encarado como um hospício. E no tocante aos serviços oferecidos na área de saúde – mental – ainda nos encontramos no plano das idéias contidas nos manuais, nos tratados de políticas públicas...

Atravessamos a Presidente Vargas, a chuva já diminuiu bastante. As ruas desertas, inundadas por uma água escura. O escoamento é insuficiente, ainda mais com esses bueiros todos entupidos. Rua do Lavradio, hoje é quinta-feira, os bares que tocam samba – a nova moda da juventude carioca, que nessa altura do campeonato (re) descobriu Nelson Sargento, Velha Guarda da Portela, Paulinho da Viola, Cartola e tantos outros – estão cheios de gente. Questionadora situação que me fez ver que naquele momento, éramos pessoas, vestidas de forma simples, molhadas de chuva, com os sapatos sujos, iguais a tantas que nos esbarram durante o dia, durante a noite, pessoas que às vezes nem notamos, que para alguns, talvez aqueles lá no bar, causam um certo incômodo devido a sua aparência, ao seu cheiro. Mas, em outros momentos, eu poderia ser uma das pessoas que hoje estão lá dentro desfrutando de boa música, de ambiente agradável. E novamente, naquele presente momento, eu estava com pessoas que não possuem condições financeiras de freqüentar, ou simplesmente ir a um lugar assim. Não que esses lugares sejam muito caros, freqüentados por pessoas ricas ou coisa parecida, mas sim, que, muitas vezes, na maioria aliás, as pessoas que irão morar na ocupação não possuem dinheiro nem para coisas básicas, como alimentação. Forte sensação de incômodo.

Avenida Chile, algumas pessoas dormem nas calçadas que ficam embaixo daquela passarela localizada entre o BNDS e a Petrobrás. Outras nos observam. Fomos em direção à Cinelândia. Chegando lá, era possível ver os grupos espalhados. Lá estavam novamente aquelas pessoas. Idosos, jovens, homens, mulheres e suas bolsas e sacolas. Detive-me em um grupo de mulheres, que aparentavam serem da mesma família. Eram somente mulheres, cada qual com sua sacola. O que me chamou a atenção foi a diferença de idades que existia ali: havia uma pessoa mais velha, uma senhora que suponho ser a avó, uma moça que aparentava ter seus cinquenta e poucos anos, outra mais nova, uma outra ainda mais nova, e por último uma adolescente. Como estavam separadas do grupo e tinham características parecidas é que imaginei serem da mesma família. Uma sensação de indignação tomou conta de mim. Havia ali, toda uma geração de mulheres de uma mesma família, quiçá cinco gerações, se minhas deduções estiverem corretas,

que não conseguiram adquirir uma moradia. Estavam lá, todas, juntas. Não havia um homem com elas. Não quero trazer um elemento machista em pensamento com essa reflexão, mas pensei que o marido de alguma delas, o filho, o sobrinho, o neto, poderiam ter ido em seus lugares. Afinal uma ocupação é um negócio arriscado, pode haver confronto com a polícia. Mas não, eram somente mulheres. Que condições esse sistema oferece de chances reais de se viver? Cinco gerações e a luta por um mesmo objetivo: uma moradia. Cinco gerações e essa essencial condição de segurança e abrigo ainda não tinha sido alcançada.

É possível que a situação daquelas mulheres fosse outra, bem distinta da que eu imaginei para elas, mas como ali, uma tentativa de investigação meio antropológica seria ridícula, fiquei só, com meus pensamentos. Mas o que valeu foi a reflexão, porque com certeza em algum lugar desse país alguma família deve se encaixar nessa minha hipótese.

Ficamos um tempo ali, já eram quase 3 horas da madrugada. Algumas patamos da PM já estavam de olho na gente. Estar na Cinelândia era sinal de que alguma coisa tinha dado errado. Recebemos a informação de que deveríamos nos dirigir à Lapa para realizarmos uma assembléia para decidir o que fazer.

Assembléia no gramado da Lapa. O que aconteceu foi que o lugar destinado à ocupação tinha um vigia, que parecia estar armado e que o lugar, num caso de confronto direto com a polícia, não oferecia condições de segurança ou opções suficientes de saída, fuga rápida. O que se deveria decidir era se iríamos continuar o processo, mesmo assim ou se desistiríamos naquele momento e postergaríamos para outro dia a ocupação do prédio.

Muitas vozes, quase gritaria. Foi difícil fazer o pessoal se acalmar. Propostas, propostas defendendo uma posição, outras defendendo posições diferentes. Argumento de que a luta já estava travada e que por isso deveríamos ir em frente. A emoção e a revolta de algumas pessoas era perceptível em seus olhos molhados. Que vontade de chorar também.

A prudência ganhou. Havia muitas pessoas idosas, e seria um risco grande para todos, mas principalmente a elas, se ocorresse um embate direto com a polícia.

4 horas da manhã. A derrota estampada nos rostos de alguns. A esperança, a vibração lá do salão, na hora de sair, tinha definhado. Todos, idosos, jovens, mulheres, homens e suas sacolas e bolsas deveriam retornar para o lugar do qual haviam saído. Tinham pessoas que vieram de longe, muito longe, Baixada Fluminense. Haveriam de esperar a estação de trem abrir para

retornarem para algum lugar. Outros voltariam para abrigos, outros para a rua. Uma tristeza pesada desceu no meu coração.

A Lapa naquele dia, com seu burburinho, seus bares, pessoas tão diferentes entre si, se transformou numa outra coisa pra mim. Por algum momento ela foi o lugar de falas que incitavam à luta, à resistência. Falas que revelavam a clara noção que aquelas pessoas tinham do direito que têm a um abrigo, a uma moradia, a condições de trabalho, de se desenvolverem, estudando, cuidando da saúde. De viverem, ao invés de sobre-viverem. Ou será sob-viverem?

Mas não éramos heróis, éramos idosos, homens, jovens, mulheres, que tinham vindo de um dia de trabalho, que estavam com fome, cansados, alguns com a saúde debilitada, exaustos de andarem carregando suas bolsas e sacolas.

De lá cada um seguiu seu rumo. Na semana seguinte estava marcada outra reunião para dar continuidade ao processo. Tudo de novo. Procurar outro lugar. Marcar outro dia. Tentar mais uma vez.

Por que o Centro e o início

Um sentido possível

O que são essas ocupações, ocupações de prédio. Porque o Rio de Janeiro inteiro é uma ocupação, o Rio de Janeiro é um favelaço. Eu enxergo essas ocupações tanto as organizadas pelos movimentos sociais, por moradores, como as exclusivamente por moradia, como um quilombo moderno assim. A construção do espaço marginalizado no Rio de Janeiro, porque o espaço marginalizado no Rio de Janeiro, coincidentemente, são as favelas, que tem uma maioria absurda de negros, e uma quantidade absurda de nordestinos também, e aí entra a parada das ocupações no meio. As ocupações de prédio no centro, elas têm uma característica muito interessante. Vou explicar porque as ocupações são quilombos modernos. O escravo fugia da fazenda, em bando ou encontrava outros quilombos. Nesses quilombos eles conseguiam se estruturar, porque eles estavam numa área próxima às cidades, e aí eles conseguiam se estruturar, se sustentar através da agricultura coisa e tal, e o excedente produzido dava pra fazer um intercâmbio com as cidades vizinhas. E essa relação de intercâmbio garantia que a cidade vizinha não se colocasse brutalmente contra os quilombos, de certa forma, aqueles quilombos davam um benefício pra aquelas cidades ali perto. O que dificultava a ação da polícia militar, não, dos, do estado, estado... polícia militar..., só muda a época né, é tudo a mesma

coisa. Nas ocupações não existe, ainda, essa relação de produção, de produzir excedente e fazer um câmbio com a sociedade ao redor, mas existe uma relação política com a sociedade ao redor, tanto aqui na Chiquinha como na Zumbi, coisa de uns dois meses depois do prédio ocupado, as pessoas da Providência³⁸ vinham aqui, tentar um diálogo, os movimentos que atuam pela área do Centro também vieram para fazer esse diálogo. O pessoal do movimento negro que atua na zona portuária. Porque a zona portuária do Rio de Janeiro é um local de grande influência do movimento negro porque foi palco de muitas batalhas da escravidão no rio e o interessante é o que faz as pessoas ocuparem o prédio?! Elas têm o projeto do governo: casa em Sepetiba, Avenida Brasil, quase na Dutra, mais um pouquinho se chega em São Paulo. Mas é justamente essa proximidade do centro, voltando à questão dessa proximidade do centro ser fundamental é que cria muito mais essa necessidade. E até eu não entendi ainda, de porque não existir uma proximidade muito maior entre as ocupações e entre as ocupações e, por exemplo, o movimento dos camelôs. Porque é uma forma mais tranqüila de tá se organizando. É muito mais fácil você sentar com o camelô, no prédio onde ele mora e discutir a questão do trabalho informal, a repressão do capitão do mato que agora eles chamam de polícia militar, o guarda municipal. Você ali não vai tá falando com um, dois que moram no prédio, você ali vai tá falando com a maioria que mora no prédio, então a facilidade é maior. Tem um pessoal do movimento dos camelôs que mora aqui, a galera já enxergou essa possibilidade. (José da Silva c)³⁹

O início

Nós passamos por um processo de discussão e avaliação de conjuntura, a gente avaliou assim, que era um momento do governo Lula coisa e tal, isso foi uma das coisas que influenciou a gente a ir organizando a ocupação

Tinha coisas da própria conjuntura do Rio, de desocupação do centro, a proposta é fazer área de moradia popular. Esse projeto de moradia popular do governo não é tão popular assim,

³⁸ Morro da Providência, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, nas imediações da Central do Brasil.

³⁹ Por uma questão de não identificação das pessoas e forma de estratégia, e pelo fato de sempre que se fala à imprensa ou com a polícia, usa-se o nome de José da Silva, decidi por usá-lo aqui também. Pode parecer exagero, mas existem dois fatores que justificam minha escolha: 1) uma cópia desse trabalho será entregue à Ocupação Chiquinha Gonzaga, se eu preservasse iniciais de nomes, idades certas, sexo, etc, as pessoas que se dispuseram a relatar suas vidas, experiências e motivos, seriam facilmente identificadas. Para evitar problemas e/ou constrangimentos, decidi usar o nome José da Silva para todos os participantes, apenas diferenciei-os por letras, para se ter uma distinção entre as diferentes falas. 2) outro fator, é que não se poderia comprometer os companheiros, visto que alguns já foram procurados pelos órgãos repressores e sofreram ameaças. Então por uma questão de segurança, omiti qualquer característica que pudesse identificá-los.

tem que ter uma renda mínima de três salários para poder pagar as prestações. Na verdade é moradia pra classe média mesmo.

Foi uma coisa discutida, nem todo mundo concordava. Tinha uns que achavam que tínhamos que fazer movimento em comunidade. E aí, depois de tudo decidido investimos nisso.

Chamamos outras pessoas, próximas ao movimento, que tinham afinidade. E assim pedimos para essas pessoas chamarem outras que poderiam ter interesse em moradia e foi aí que as reuniões começaram a encher.

A gente fez as reuniões em locais alternados e a proposta era a discussão ser bem aberta, transparente mesmo, com as pessoas colocando o que tinha que ser, o que elas achavam que tinha que ser. E não uma coisa assim, já pronta. Apesar de termos iniciado as propostas, o processo foi todo construído coletivamente. Não foi uma coisa de chegar um líder e dizer como tinha que ser, o certo. Não! Foram as próprias pessoas que foram se colocando, foram colocando um pouco de sua verdade, e se identificando. E foi por isso que conseguimos resistir: cada um ali meteu um pouco o bedelho no processo. (José da Silva a).

O pessoal organizou uma ação no shopping, que eu não participei. De lá pra cá a gente ocupou uma fábrica. Nessa eu tava. Era dia primeiro de maio, ocupamos a fábrica. Mas ocupamos pra marcar posição; era dia do trabalhador, as fábricas todas fechando, era uma forma de protesto. Ocupamos de manhã e de noite nós saímos. Aliás me arrependo de não termos ficado na fábrica. Fábrica sem dono, largada, era de trabalhador, porque é o trabalhador que constrói, então é o trabalhador que é dono.

A partir disso, o pessoal começou a se organizar pra ocupar prédio mesmo, e eu cheguei a participar de algumas reuniões. E eu ainda ia vir no dia de ocupar, mas depois, não lembro mais porque não vim no dia. E aí procurei o pessoal e falei com eles. E estamos aí. Nisso, a gente veio pra cá e estamos aqui até hoje. Às vezes rola uma porrada de estresse dentro da ocupação, mas hoje inclusive, eu estou começando a gostar mais daqui. Cada hora eu me sinto mais envolvido com a ocupação. Apesar dos problemas, é gostoso morar aqui. Tem um bando de chato, mas tem muita gente legal. Tem mais gente legal. Tem um lado bom de morar aqui dentro. Inclusive para as pessoas que moraram na rua, que tinham uma situação muito precária.

Tinha um companheiro lá que já tinha estado numa ocupação e observando minha atuação no abrigo, e ele falou que pelo que ele tinha visto eu tinha muita coisa haver com aquelas idéias.

E eu fui. Fui às reuniões. Marcou-se que iríamos pra rua, pra chamar as pessoas que poderiam estar interessadas em participar, em morar mesmo.

No dia mesmo eu não tava. Ela aconteceu no dia 23 e eu cheguei aqui no dia 2. Fiquei sabendo por acaso com um conhecido que me parou na rua e falou que a ocupação já tinha acontecido, e eu pensei, lascou-se, como é que eu vou fazer? O cara me deu o endereço daqui, eu vim, cheguei, o pessoal tava com medo, início, não deixava qualquer um entrar, tem a polícia... Eu fui me explicar, disse que só tinha um número de telefone, que não atendia. Não tinha cartão, não podia comprar, e não dava pra ficar vindo de Benfica todo dia a pé pra acompanhar o processo. Por isso eu tinha perdido o dia da ocupação propriamente dita. Foi só uma questão de comunicação. Expliquei, me aceitaram,⁴⁰ tranqüilo. (José da Silva c)

O investimento em ações de ocupação de prédios abandonados partiu de um movimento, do qual estou tentando participar – neste último ano, foi mais difícil: terminar dissertação, procurar emprego, mandar currículo, não foi muito fácil estar junto ao pessoal. Mas inicialmente a idéia partiu desse movimento, que começou a aglutinar, tanto pessoas de outros movimentos, para estarem pensando juntos, bem como, apoiando, quanto pessoas que gostariam ou simplesmente necessitavam de um lugar para morar, que aliás, era o expressivo número dos participantes. Buscaram-se pessoas conhecidas, pessoas na rua, moradores de rua, pessoas nos abrigos, muitas chegaram até as reuniões porque alguém avisou, enfim, pessoas de diferentes lugares e em circunstâncias distintas, mas que precisavam de um lugar para morar.

Para que, quando a ocupação acontecer, a limpeza, organização e funcionalidade do prédio possam ser acionadas com relativa rapidez, realizam-se reuniões semanais, onde é obrigatória a presença dos interessados. É claro que às vezes, esse rigor não é tem expressivo. Sabe-se entender e acolher as contingências. Nessas reuniões discutem-se o processo de ocupação, as questões que levam as pessoas a buscarem uma solução como essa, os sentidos de

⁴⁰ Aqui cabe um pequeno esclarecimento: como forma de contar com as mesmas pessoas desde o início e como forma delas garantirem que terão um espaço dentro da ocupação para morar, é decidido desde a primeira reunião, que será obrigatório a participação delas nos encontros semanais de planejamento da ocupação. A ausência implica na perda do direito de reivindicar esse espaço.

todo esse processo de miserabilidade que se abate sobre a população pobre desempregada ou trabalhadora explorada.

No início as pessoas eram meio tímidas, não falavam, mas a gente estimulava. E aí elas puxavam assunto que tinham demanda, às vezes, não estavam ligados diretamente com a questão do prédio, eram discussões maiores e as pessoas iam se colocando e se abrindo. Iam se soltando. Não era um clima de reunião. Acho que uma coisa importante no processo da Chiquinha foi isso. Tanto que depois tivemos que controlar as inscrições de fala porque ninguém queria parar de falar.... (José da Silva a)

Esse tipo de assunto ou conteúdo, acaba sendo colocado naturalmente pelos envolvidos no processo, ou seja, quero dizer, que não precisamos, e nem pretendemos, fazer discurso ideológico, ou apologia política. Essas questões estão presentes no dia-a-dia da maioria dos que encontram-se ali, que podem falar dessas questões de uma forma muito mais sentida, vivida na pele, do que eu, por exemplo.

(Falando do Estado, da polícia, da Prefeitura) Acontece que eles expulsam todo mundo, no Morro do Aço e no Morro da Coroa foi assim. Eles expulsam todo mundo, oferecem umas casinhas de pombo lá não sei onde, e quem quiser ir, vai. Mas no Morro, num outro dia, vai ter outra gente lá ocupando. Tem um negócio que eu acho que acontece no Brasil, no Brasil só não, acho que é no mundo todo: o capital engana. Acontece que o povo engana também, ele sabe que o capital dá balão. Ele aprendeu com ele. E aí ele vai pra casinha, fica lá um tempo, depois coloca um filho, ou aluga, e volta pro morro. O cara tá acostumado a vender bala na Rio Branco⁴¹, vai lá pra cima, começa a passar necessidade lá em cima. Ele retorna pra vender a bala aqui pagando passagem pra vir, pagando passagem pra vir, pagando passagem, chega uma hora que ele arruma uma ponte por aqui e começa a ficar por aqui, ou talvez volte lá pro morro. Se você for ver direitinho os caras não tão errados. Aí, se coloca ele em Sepetiba, o cara vende cerveja aqui na rua, lá ele vai fazer o quê?! Ele vai roubar o aipinzal do cara que é agricultor. Roubar não, ele vai pegar porque ele não tá roubando, ele precisa de comer. Ele vai entrar lá no aipinzal do agricultor, vai pegar o que ele precisa. O cara vai chamar ele de safado, de sem vergonha, vai dizer que se quiser, ele que plante. Mas a cultura dele não é plantar. A cultura dele é vender bala, vender cachaça na Lapa. Acho um erro ele pegar o aipim, mas por outro lado, se for ver direitinho, ele vai fazer o quê pra dar comida pros filhos dele. É foda, não é que

⁴¹ Avenida Rio Branco, localizada no Centro do Rio de Janeiro.

eu concordo com roubar o aipim, por outro lado eu sei como vai ser também se o cara não pegar o aipim. (José da Silva b)

No dia-a-dia você aprende que estar aqui é estar aprendendo muito mais que ensinado. O coletivo sabe o que é importante pra ele. Não são os movimentos sociais que atuam nas ocupações que sabem o que é importante pro coletivo. A gente se surpreende com a construção dessa coletividade, que foi se tecendo de tal forma que acaba virando, virando, vou dar um exemplo: tava rolando um boato de que tinha um cara lá da Providência, que ia chegar, arrumar um espaço pra ele aqui, que iria fazer e acontecer. Rolou o boato uma semana, duas semanas. Na terceira semana, um morador confirmou o boato. Foi suficiente pra pegar meia dúzia, se formou uma comissão na hora, meia dúzia de morador, subiram o morro e foram verificar o que tava acontecendo. Foram falar que não queriam saber de droga, e não subiam a Providencia pra resolver problema da Providência, e a Providência não tinha que descer pra resolver os problemas deles. O mais engraçado é que essa comissão era formada por cinco pessoas e uma não falava com a outra. Elas não se falavam. E foram lá, sentaram pra conversar como seria essa ida. E voltaram já conversando. E é isso, a necessidade vai tecendo essa coletividade. (José da Silva d)

Dia seguinte à ocupação Zumbi dos Palmares. Estou vindo da UFF e marquei com um amigo de nos encontrarmos lá na Zumbi. Ele estava lá desde a ocupação, que tinha acontecido no dia anterior. Levei uns salgados e suco porque sei que ele deveria estar com fome. Chegando lá muita confusão para entrar. Muita gente na porta, tudo trancado. A entrada do prédio é toda de mármore, muito bonita. Aquilo ali era um hospital. Muita gente andando de um lado pro outro, carregando entulho, sacolas, lixo. A área térrea do prédio é muito grande, tem dois salões enormes que estão entulhados de restos de tudo: papelão, caixas, ferros, portas, canos. Estão lavando o chão que está cheio de terra, lama. A princípio está proibida a subida de moradores para os outros andares. Estes contêm ainda restos de material hospitalar, o que pode oferecer grandes riscos de contaminação, além de poeira e sujeira.

Lugares como este, que ficaram fechados por 20 ou mais anos, concentram uma poeira que parece estar grudada na parede, no chão. Não se pode lavar de início, porque a estrutura hidráulica ainda não está funcionando adequadamente. Quando a água chega com facilidade nas

torneiras, não se tem mangueiras para canalizá-las. É tudo no balde. Sobe escada. Sobe balde. Desce escada. Desce balde. Depois de muito varrer, tirar o grosso da camada de poeira que se encontra sobre o chão, pode-se lavá-lo, e aí todo o resto de poeira vai embora pelas escadas abaixo.

As crianças estão brincando. Aliás, como tem criança aqui. Já se *enturmaram* e são muito carinhosas. Chamam a todos de *tia*, vêm, abraçam você. Fazem perguntas.

O pessoal está todo concentrado no primeiro andar. A cozinha parece que já está funcionando. Estão chegando doações de comida, mas quando falta alguma coisa o pessoal faz uma vaquinha entre os moradores e compram ou ovo, ou lingüiça para acompanhar o arroz e o feijão. Estão tendo almoços e jantares. Geralmente são as mulheres que ficam na cozinha. Os homens estão trabalhando no pesado. Remoção de lixo e entulho. Ou acertando as instalações elétricas e hidráulicas.

Nesses prédios de muitos andares, geralmente os elevadores estão lacrados. Caso contrário, o próprio pessoal providencia para que sejam lacrados para evitar acidentes, especialmente entre as crianças.

Fui conhecer o prédio. Sobe escada, sobe escada, sob escada. Os salões do prédio são enormes e de tamanho muito variado. Vai dar trabalho decidir a divisão disso aqui. Talvez, com o tempo tenham que construir paredes dividindo esses salões enormes.

Último andar. Sala de máquinas do elevador. Muita infiltração. Parece que aqui as coisas começaram a ser construídas e pararam no meio da construção. As paredes ainda estão no tijolo. Não tem janelas, somente os buracos onde elas ficariam. Venta muito. A brisa da Baía de Guanabara chega até nós. Tem uma árvore aqui.

Diferente da *Chiquinha*, a *Zumbi* tem um número grande de crianças pequeninas. Estão sempre correndo pelos corredores. Vez em quando brigam, implicam com alguma criança mais nova. Coisa normal entre crianças. Mas são muito afetuosas e brincalhonas. Uma vez, quando organizamos um seminário lá na *Zumbi*, precisou-se lavar as salas que seriam utilizadas durante o seminário. Foi uma festa, todas as crianças queriam ajudar, brincar com água e espuma. Tive que organizar uma espécie de rodízio com a vassoura para que todas pudessem participar da brincadeira, evitando brigas. Foi bem divertido. Durante o seminário, estavam lá todos os dias, sentavam-se ao nosso lado e ficavam desenhando e pintando, enquanto o seminário transcorria.

Durante um tempo, pensamos – eu, uma amiga e um amigo argentino que mora na *Chiquinha* - em estruturar um trabalho junto às crianças, que integrasse múltiplas linguagens artísticas: dança, pintura, desenho, música e acrobacia. Eu conhecia pessoas ligadas à dança e à música, ele era acrobata, daqueles que ficam nos sinais de trânsito fazendo malabarismos com laranjas e cones para conseguir algum dinheiro. Aliás ele vive no Rio assim, outro dia o vi num sinal na Presidente Vargas, ele e seus malabares.

O tempo passou, meus horários vagos ficaram curtos, as pessoas que tinham se comprometido com a proposta nunca apareceram. A oficina com as crianças não deu certo.

Mas aconteceu uma experiência na *Chiquinha*, fruto do esforço das crianças, que foi muito interessante. A ocupação tem uma sala grande, um salão, onde são realizadas as assembléias. As crianças brincavam ali, mas com o tempo começaram a atrapalhar as reuniões ou oficinas⁴² que acontecem no local. Foram proibidas de brincar ali durante as atividades. Devido ao fato de que, especialmente nos finais de semana, aconteciam inúmeras atividades no salão, elas praticamente ficaram sem lugar para brincar. Organizaram-se, fizeram uma comissão e na assembléia semanal colocaram seu problema exigindo que todos se esforçassem para achar alguma solução. Foi proposto que ficariam com uma sala – que nesse processo se tornou a sala de leitura ou biblioteca – onde elas geririam o acesso de pessoas, a entrada e saída de livros. Inicialmente deu certo, mas durante o período letivo, onde os horários são muito desencontrados entre eles, iniciou-se um processo de abandono da sala. Hoje ela está fechada, os livros estão lá dentro. Às vezes, nos domingos elas estão por lá. Mas a chave, e conseqüentemente o acesso à sala, continua na posse das crianças.

Lava roupa todo o dia

A dinâmica de funcionamento da ocupação coloca em cheque algumas práticas individualistas que por vezes se delineiam na dinâmica cotidiana: primeiro porque as práticas diárias, tendo que ser necessariamente coletivas, para dar conta de todas as urgentes

⁴² Entre as propostas de trabalho que existem ou já existiram na *Chiquinha*, tem-se: capoeira, história, sessão de

necessidades⁴³, exigem que se modifique a postura de se lidar com essa experiência - postura que, como não podia deixar de ser, é singular, mas não é individual, não é remetida a um indivíduo em particular, mas ao coletivo, a grupos que juntos, trabalham ou desenvolvem determinadas funções dentro da ocupação. Segundo, porque no início da ocupação, como há poucos recursos, os espaços dos prédios ocupados com condições de habitabilidade, são escassos, o que acaba por concentrar um número grande de pessoas, famílias em espaços compartilhados com outras famílias. Somente com a devida organização dos espaços – limpeza, instalação elétrica e hidráulica – é que se pode fazer a divisão dos espaços respeitando alguns critérios, que comumente estão relacionados à questão familiar. Cabe esclarecer que esses critérios são decididos nas assembléias organizadas pelos moradores.

A princípio eu entrei na comissão de limpeza, que se desenvolveu bem. Limpeza de um dedo de altura, sinistra que deu virose em todo mundo. No Ferreira⁴⁴. As pessoas adoeceram. Fiquei doente e tive até um contratempo com o pessoal do Souza Aguiar, porque não tinha remédio.

Aí, eu e mais outras pessoas, todas essas curvas do vaso sanitário quem limpou fomos nós. A gente pegava essas conchas de feijão e tirávamos, tirávamos tudo. Tinha muito ninho de pombo. Tinha um casal de urubus lá em cima. Deixamos os bichinhos terminarem seu estágio de gestação. Até terminar. Eles eram branquinhos. Cresceram, deixaram de ser brancos e voaram.

Vimos pra cá num clima muito bom. Parece que a necessidade junta as pessoas. Então não deu outra, era cozinha coletiva. Tudo coletivo. Que era uma maravilha. Todo mundo dormindo no mesmo lugar, porque tinha que ir limpando aos poucos. E tinha que ter a segurança da vigilância sanitária pra não comprometer a vida das pessoas. Nessa época eram duas reuniões por dia (hoje as reuniões da assembléia coletiva acontecem semanalmente), uma de manhã, outra de noite. Assim foi durante quatro meses.

vídeos e filmes, alfabetização, serigrafia.

⁴³Recuperação e instalação das redes hidráulicas e elétricas, limpeza do local, produção das refeições, e todo complexo referente ao funcionamento desses aspectos: aquisição de material elétrico, hidráulico, de limpeza, de materiais para a manutenção da cozinha coletiva – desde fogão, panelas, pratos, copos, talheres, gás, até propriamente dito, o alimento. Todos esses materiais, de início, são conseguidos mediante doações e exigem toda uma rede de apoio externa para dar vazão a essas primeiras necessidades.

⁴⁴ Preservei o nome do Sr. Ferreira e do Sr. Cláudio como forma de homenageá-los, identificando-os, fazendo questão de registrar a história deles neste mundo. Uma história de luta por uma vida mais digna. Agora, finda a vida, não há mais razão de medidas de cautela. Não é preciso usar José da Silva.

No início organizavam-se as comissões: limpeza, elétrica, hidráulica, cozinha e segurança. Todos os moradores deveriam participar semanalmente de alguma comissão. Foi um processo rigoroso que não permitia a não participação (inclusive é um dos itens do estatuto da Ocupação – “Cada família se comprometerá a cumprir um determinado número de tarefas [variando de situação para situação] por dia para o coletivo”), mas que talvez tenha sido necessário para organizar o local e torná-lo habitável o mais depressa possível. Hoje as comissões se organizam de forma diferente. O processo, o dia-a-dia das atividades, bastante dinâmico, acabou por descentralizar um pouco essa diretriz. Hoje, conforme as necessidades surgem, há uma convocação para verificar quem poderia estar ajudando na solução do problema. Já não há a obrigatoriedade do fulano de tal participar, somente porque ele não está participando de nada no momento, ou porque é ele quem sabe fazer o serviço. Não se pode ficar esperando pelas pessoas. Hoje as comissões são formadas na hora, de acordo com as possibilidades de cada um, em forma de mutirão. *Acho que assim está mais próximo da realidade da população. Essa parada de comissão parece vício de movimento. (José da Silva a)*

É claro que toda construção de uma experiência coletiva, num momento histórico onde tudo o que vivemos nos distancia de qualquer prática nesse sentido, encontra inúmeras dificuldades, muitas vezes criando polarizações entre os moradores. No entanto, uma concepção diferente acerca dessa experiência, se faz notar:

“O pilar da sustentação é o trabalho coletivo que mobiliza, consolida e fortifica a ocupação. Quando a conscientização política aumenta, vai melhorando, sai da politicagem e vai pra ação política”, afirma um dos moradores. Outro morador explica que a organização dessa ocupação vinha sendo discutida há alguns meses, e que havia uma grande dificuldade em se lidar com as expectativas das pessoas: *“a dificuldade maior é essa, o individualismo, que reproduz aquilo que já se tá acostumado. Tem que conscientizar que se não for por todo mundo, ninguém fica aqui.”*

Éramos um movimento que ia na veia do sistema que atacava aonde tinha que atacar direitinho. Foi muito positivo. Achamos positivo que não tivéssemos os preconceitos, discriminação, opressão, ou seja, a reprodução das práticas do sistema. Eu vejo isso como um processo de construção, lento. Mas que precisa de agilidade em alguns aspectos. Externamente conseguimos fazer um fato político. Primeiro, estabelecemos que teríamos uma negociação

direta, sem intermediários, sem representação. Tirávamos as comissões, e essas comissões agiam. Se não funcionava uma comissão, criava outra. E fomos vencendo as batalhas do processo. Quando eles apertavam de um lado, pegávamos todo mundo, criança, jovem, movimento estudantil, botávamos na rua e íamos lá pro INCRA. A princípio eles falam que não querem nos prejudicar, que são trâmites normais. Aquela coisa.

E aí conseguimos fazer um movimento, meio que espontâneo, meio que um processo de educação, educação que as pessoas iam compreender, mais cedo ou mais tarde isso. Muito embora foi a primeira vez, foi muito sofrido, e não tínhamos as condições e informações que temos agora. (José da Silva c)

O saberes-poder que compõem o coletivo

As pessoas que participam dessas ocupações, são, na maioria dos casos, desacreditadas pela sociedade, já que não possuem a qualificação necessária exigida por um contexto econômico-lucrativo mais amplo, que valoriza a qualificação técnica e o status social como indicadores de algum potencial criativo e de construção de pensamento. Sendo assim, se constituem em pessoas que não acreditam em sua potencialidade de criação e transformação. Falo aqui dos saberes sujeitados, aqueles compreendidos como inferiores, de baixo, desqualificados, que, justificados por sua condição – de negro, favelado, pobre, nordestino, analfabeto, velho ou seja lá qual for – devem, continuamente, ser remetidos a alguém – ao doutor, ao vereador, ao padre, ao pastor, ao policial – para serem legitimados.

Às vezes temos que fazer uns recuos, umas mudanças na direção para depois retomarmos o rumo. Acho que estamos no caminho certo. As coisas boas acabam superando as coisas ruins, as preocupações, os estresses, todos, e também as pessoas nos surpreendem de uma hora pra outra. Às vezes, aquela pessoa que é mais quieta, que quase não se coloca, depois do processo em curso vai ser aquela que passa a contribuir mais ainda. Até porque é no processo que as pessoas vão mudando, se transformando. (José da Silva a)

O ser humano é um ser que está sempre em processo de transformação, sempre encontrando outros seres humanos, arcando com dificuldades, necessidades, encontros, muitas vezes, encontros de luta, que requerem intenso investimento, de forças físicas e psíquicas. Somos um processo de práticas e nessas práticas nos transformamos pela ação. Surpreendemos os outros

e a nós mesmos. Nesse sentido, não compreendemos a prática como uma resposta, e sim, como um processo cotidiano, dotado de sentido e de ação, que viabiliza outras formas de viver, ver, sentir, a isso chamamos *resistência*, então pode-se pensar que “resistência não consiste em reagir, mas em afirmar sua potência de ação sobre o mundo, em manifestar sua iniciativa e sua força de invenção, apesar dos efeitos de dominação” (Zarifian, In Heckett, 2004, p. 56). *Tem um depoimento de uma mulher que morava ali na beira do Campo de Sant’Anna, e que hoje mora, com a família, num prédio ocupado. E na época que eu fui falar com ela, ela perguntou ‘será que isso vai dar certo’ e eu falei que ia dar. Tinha que dar. Hoje ela não tem mais será não, hoje ela vai à luta, vai em frente, e não duvida mais de que ela é capaz de chegar, ocupar e fazer valer o direito dela de morar. (José da Silva d)*

Depois que a gente ocupou a Zumbi, a gente viu que a gente é capaz, hoje eu sei que eu sou capaz. Se me botarem pra fora daqui eu vou virar céus e terras e vou arrumar um outro lugar pra morar porque não podemos ficar sem moradia, nós temos o direito de ter uma moradia, e eu não vou jogar esse direito por terra não. Olha, eu já tenho uma certa idade, eu trabalhei a vida inteira, não tenho condição pra porra nenhuma, entendeu, eu sou um cara feliz porque eu sei que eu fui roubado a minha vida inteira, eu trabalhei, tenho a minha mão cheia de calos, tem pessoa que não tem um calo na mão e tem tudo. Trabalho e trabalho pesado, tô com minha coluna toda ferrada de tanto trabalhar. O lance da moradia é porque é minha, tem que ocupar no peito e na raça e resolver o bagulho. Porque se eu não tenho é porque alguém tá me roubando, alguém tem demais. Eu trabalhei a vida inteira, como é que eu não tenho nada?! Então vou, incentivo qualquer trabalhador a ir, se quiser me matar me mata. Foda-se. Se eu puder incentivar eu incentivo. Vou incentivar trabalhador a ocupar mesmo. (José da Silva b)

É preciso esclarecer, que apesar do objetivo principal dessas ocupações ser a possibilidade de moradia para pessoas sem moradia, a dimensão de ação política, ou de luta ampliada, como nos fala Foucault, está presente nessas ações.

“A Ocupação Chiquinha Gonzaga é hoje mais que uma simples união de pessoas na luta pela moradia. Hoje somos uma célula que trabalha contra a opressão e repressão da classe dominante” M.(Mutirão, n.1, 2004, p.02).

Não é só luta por moradia e foi algo colocado: que ninguém tava ali pra dar nada a ninguém. Aquilo ali ia ser um processo de luta, de conquista das próprias pessoas, por isso a importância do bate papo, que aquilo ali era parte de um processo de luta. A conquista da ocupação não se resume a simples conquista de moradia, e sim na construção de um espaço de resistência, um local onde se possa ter uma outra prática, outra prática de vida.

Lá tudo é passado no coletivo que funciona como um espaço onde todos têm a possibilidade de se colocar. E a idéia era fazer uma espécie de cultura das ocupações, uma cultura da luta, de quem não tem aonde morar, lutar e conquistar. Porque quem vai resolver os problemas das pessoas que tem dificuldade de moradia são as próprias pessoas que vivem isso, não tem que ficar esperando governo, porra nenhuma. (José da Silva a)

Heckett (2004) fala em práticas de re-existência, de reinvenção de modos de existência (p. 55), que tecem o cotidiano – compreendido como um campo, não apenas de repetição e conservação, mas também, e inclusive, de processos afirmadores desse outro modo de existir – como um processo de criação e de recusa da precarização, da exclusão, da despontencialização da vida.

No começo a nossa principal meta, nas reuniões, antes de ocupar o prédio, era tranquilizar os moradores. Deixar claro pra eles que quando a gente tá organizado, a gente tem capacidade de chegar lá, botar peito e dizer é nosso, mas não adianta tá só unido, tem que estar em trabalho coletivo. E na Zumbi, esse processo inicial, ainda é muito latente. A galera briga, quebra o pau, discuti, mas vamu falar sério: a grande maioria nunca tinha se visto na vida, passaram três meses, alguns dividindo quartos com pessoas que mal conheciam, agora são amigos, não só vizinhos, amigos. E conflitos acontecem. Relacionamento, relacionamento é isso, é você gostar, gostar das qualidades das pessoas e se confrontar com os defeitos, e as pessoas batendo nos seus defeitos. Até pra que as pessoas possam mudar, estar em constante transformação. É uma coisa interessante na Zumbi, é que pode tá o maior quebra pau, mas se surge alguma coisa que necessite do coletivo, aí ele se mostra forte. (José da Silva d)

Não estamos aqui preocupados apenas com a questão da moradia. A gente absorveu toda a problemática social. Aqui, entre nós tem todo tipo de causa envolvida e a gente tem que ser solidário a todas essas causas. É o cara que é dependente de drogas, é o cara que tem problemas psiquiátricos, é o cara que tá na informalidade, que veio da rua. E aí o que eu reflito é isso.

Temos que nos estruturar paralelamente: ocupar fábricas, ocupar espaços que seriam estes, meios de produção. A idéia é essa, temos os camelôs. Poderíamos criar uma rede de estruturação, através desses vieses. A única coisa que não pode haver entre nós é essa lógica do consumo desenfreado, da acumulação de renda. Pelo contrário, entre nós tem que haver essa lógica da divisão, da distribuição dos bens. (José da Silva b)

Discutíamos estratégias caso viesse a integração de posse. E os punks diziam que era para usar câmara de ar e pneu, uns diziam que tinha que se acorrentar nas pilastras, outro dizia pra colocar graxa ‘coloca graxa que eles escorregam’. Eram as estratégias de luta. Os anarco-punks promoviam, faziam as apresentações deles, vieram todos os movimentos estudantis. Muito estudante. Tínhamos realmente um apoio logístico, da imprensa, a câmara do mídia independente⁴⁵. (José da Silva c). Uma rede de diferentes formas de apoio – ONGs, grupos de movimentos populares, sociais, estudantis, amigos, colaboradores, familiares, etc. – foi constituída, utilizando muitas vezes, meios de comunicação tradicionais, como panfletos, cartazes, reuniões coletivas, mas também, meios tecnológicos modernos, como a Internet, através da formação de redes de endereços eletrônicos. Toda essa rede, que não se pode caracterizar como virtual, mas substancialmente concreta, soma-se aos moradores na sustentação das ações e lutas políticas que buscam a efetivação da posse do prédio.

Na sua prática diária, de enfrentamento coletivo das questões, prioriza-se o diálogo entre os moradores, principalmente nos momentos de encontros e debates, como é o caso das assembléias, onde se buscam soluções pensadas e decididas coletivamente para os mais diversos problemas. Dessa forma, parece que surge ali, dentre outras formas de relação, uma rede, um fórum coletivo de ideais e objetivos: *“Busco um projeto que beneficie a mim e aos outros. A soberania nasce daí. Do impossível, a gente tornou realidade.”*

A partir das contribuições de Foucault acerca da noção de um “sujeito que não é dado definitivamente, (...) mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história” (2002, p.10), compreendo a experiência da ocupação como uma luta contra a forma de exploração e de

⁴⁵ CMI – Coletivo de mídia Independente. O CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras independentes que busca oferecer ao público, informação alternativa e crítica de qualidade, que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária, e que respeite o meio ambiente. Para maiores informações, acessar: <http://www.midiaindependente.org>

subjetivação que, impondo uma única verdade, uma única forma de viver, de criar-se, despotencializa a capacidade de vida das pessoas.

A ocupação é uma lição de vida, lição de vida mesmo, realmente a proposta extrapola a questão da mera moradia. Eu vi gente que veio, inclusive que era gerente de vender tóxico. Trabalhador usado pra vender tóxico, usado pelo capital nacional e internacional, lavagem de dinheiro e o caramba a quatro, e quem morre é esse trabalhador na favela. Ele pega numa arma, que nem sabe usar direito. Vai lavar o dinheiro da burguesia nacional e internacional. Isso acontece por algumas razões: uma que o trabalhador tá desorganizado, porque eles podem estar armados, mas ele mata um, virão dez, ele mata dez, virão vinte, ele mata vinte, virão trinta e assim. A ocupação é uma lição de vida. Porque teve gente aqui, que veio da favela e chegando aqui, queria botar as asinhas de fora, dizendo que fazia isso e aquilo, que conhecia não sei quem lá do morro, e o povo, desarmado, pegou essas pessoas, e avisou uma, avisou duas, avisou três, na quarta vez pegou essas pessoas e expulsou da ocupação, com ameaça de arma, com ameaça de tudo. (José da Silva, b)

Sobre os conflitos

Conosco...

...com a polícia

Posso dizer que foram inúmeros os momentos em que me questionei, em que questionei minha participação em todo esse processo de ocupação. Por vezes, é muito difícil estar na Ocupação sem ser um morador de lá. Nem todo mundo entende, nem todo mundo aprova ou apóia. O processo de conquista de confiança e reconhecimento é lento, e às vezes, só se consegue estar próximo de algumas pessoas, geralmente aquelas com quem se configura um laço de amizade. Foi assim, é assim.

Um dos últimos momentos em que a contradição, o questionamento se abateu sobre mim, foi curiosamente a pouco menos de dois meses atrás. Já esclareci, em algum lugar, que por conta das vicissitudes da vida, estou um pouco afastada do processo. Isso significa, que não estava interada dos outros projetos de ocupação, muito menos de quando eles aconteceriam.

Dia 03 de julho passado. Um dia depois do Brasil ser derrotado na Copa do Mundo. Estávamos, nós, eu e os companheiros que moram comigo, nos mudando de residência. Foi um dia cansativo de caixas, fogão, caixas, geladeira, caixas, computador, caixas, desce escada,

caixas, sobe escada. Conversa com o porteiro, negocia. Organiza o almoço para todo mundo que está ajudando na mudança. Para desconcertar a minha tranquilidade, ainda tive que ouvir de um policial militar que nós estávamos, com o caminhão da mudança, obstruindo uma via pública, mas que ele poderia resolver de alguma forma: a forma impressionante de uma nota de dez reais. Foi um dia muito cansativo.

Dia 04 de julho. Acordei determinada a arrumar as coisas que ainda estavam fora do lugar. As caixas! Mas, pela manhã o telefone tocou, informando que havia acontecido uma outra ocupação, numa distância de cerca de 2 quilômetros de onde estou morando e que estavam precisando de apoio pois havia muitos policiais na entrada e a possibilidade de invasão por parte deles.

Quando a ocupação acontece, os moradores ficam trancados dentro do prédio por um período de 24 horas como forma de garantir que a posse do prédio seja decidida na Justiça, e que não sejam expulsos – sem garantias – pela polícia. Nós, chamados de apoio, geralmente ficamos do lado de fora, como forma de pressionar, chamar a atenção, garantir que eles estejam seguros lá dentro, garantir que a polícia não invada. Foi pra isso que eles tinham ligado.

Lá fui eu. O prédio se localizava bem pertinho da praça do Rio Comprido, lugar de bastante movimento durante o dia, e estava fechado há 20 anos. Diferente das outras experiências, esse prédio era propriedade particular. Havia 150 pessoas lá dentro. A Ocupação recebeu o nome de Quilombo das Guerreiras. Quando cheguei, a imprensa já estava lá. Tinham umas 80 pessoas do lado de fora, entre ‘apoio’, amigos, curiosos, o pessoal das comunidades do entorno – que devem ter ido verificar o que estava acontecendo –, familiares dos moradores que estavam lá dentro e, é claro policiais militares. Eles estavam em quatro viaturas e lá na Praça, mais afastado do prédio, estava um micro-ônibus com policiais fardados aguardando alguma ordem. Parecia que já tinha acontecido um confronto mais corpo-a-corpo, em que até se usou gás de pimenta, mas naquele momento, os policiais, encontravam-se parados na frente do prédio, e uma faixa nos separava deles. A maioria rapazes novos, um deles, inclusive, com a patente de primeiro atirador do BOPE. O que ele fazia lá eu não sei – a não ser pressão psicológica – talvez quisesse atirar com mira a laser ou usar suas técnicas ninjas em algum morador que se aventurasse a andar sobre o telhado. Brincadeira!

Lembrou-me uma ocupação no centro da cidade, praticamente na Cinelândia, que ao chegar, me espantei com a quantidade de homens fardados. Lá a situação estava mais

complicada. Até porque estávamos falando de Cinelândia, centro do Rio... tinham homens da Polícia Federal, do BOPE, armados com fuzil, do Batalhão de choque da PM. Muitos, muitos fardadinhos para lidar com uma população de mulheres, homens, idosos e crianças (que no início estavam lá, mas que depois tivemos que afastá-las por questões de segurança) cansados e com fome. Pequeno esclarecimento: a referida ocupação foi organizada por um outro movimento popular, com o qual não temos contato, mas na hora fomos apoiar.

No Rio Comprido, as coisas estavam mais tranqüilas – aquela área é rodeada por comunidades (comunidades proletárias como diz um amigo meu), não possui relevância imobiliária, então a situação encontrava-se mais tranqüila e o contingente policial era menor. Apesar de estarmos bem próximos, eles lá permaneciam, de pé, postura ereta, braços cruzados, nos observado gritar palavras de ordem, músicas, bater palmas, bem a sua frente. Mas nada os fazia dirigir o olhar pra dentro dos nossos olhos. São pessoas que sofrem os efeitos da desorganização dos órgãos de Segurança Pública. Mas pagos, mal equipados, fazem o serviço sujo do Estado e nem sequer percebem que fazem parte da mesma engrenagem que todos nós, que aquelas pessoas que estavam ali, buscando um lugar para morar.

Com o tempo chegaram os conhecidos P2, policiais à paisana, que ficam disfarçados olhando o movimento, tirando fotos, marcando a cara dos companheiros. Acham que ninguém os nota, mas a postura, as blusas, a forma de olhar acaba por entregá-los. Quando se distraem e levantam os braços, fica visível a arma guardada sob a roupa. São pessoas que requerem cautela, porque numa confusão, podem atirar, e como estão à paisana, acabam se disfarçando no meio das outras pessoas, a aí, fica-se sem saber da onde veio o tiro.

Fiquei ali por umas quatro horas. Cada momento alguém comprava um pacote de biscoitos ou água para socializar com o resto do pessoal que já estava com fome. E assim ficamos cantando palavras de ordem, cantarolando músicas do Chico Buarque, conversando...

Vieram os advogados, o dono do prédio, os advogados que dão apoio às ocupações, conversa, conversa, os moradores chegaram a fazer uma assembléia interna, para decidir que posição iriam tomar caso a reintegração de posse fosse expedida.

Não fiquei até o final, mas apesar do prédio estar desocupado há 20 anos, e apesar de por todo esse tempo, não estar cumprindo alguma função social, todos os impostos prediais estavam sendo pagos em dia. Isso foi decisível para a entrada e a aceitação do pedido de reintegração de posse.

Com a forte pressão da polícia – que entraria à força se preciso – e com o fato de haver muitos idosos e uma mulher grávida lá dentro, os moradores decidiram sair do prédio. Receberam a garantia de que em breve estariam sendo encaminhados a um abrigo – para posteriormente serem contemplados com alguma política de habitação popular – coisa que até hoje, dia 1º de agosto, ainda não aconteceu.

No caminho de volta para casa, as contradições internas começaram a se manifestar. Eu acabara de me mudar para um apartamento agradável, arejado, reformado. Tudo funcionando: as luzes; a descarga do vaso sanitário; as pias da cozinha, do banheiro e da lavanderia; muita coisa e muitas caixas já estavam organizadas nos devidos lugares. Era a minha casa nova. Que sentimento confuso, eu com minha moradia, e a alguns quilômetros da minha nova casa, pessoas idosas, jovens, mulheres, desempregados, submetendo-se ao risco de uma ação de ocupação, para concretizarem a possibilidade de morar sob um teto. Um teto que ofereça relativa segurança e conforto.

Muitas vezes, o fato de não ter uma casa está relacionado a outras espécies de carências, como inexistência de um sistema eficiente de saúde, escola deficiente, escassez de oportunidades de emprego. Todos esses fatores corroboram para tornar mais incertas e difíceis as condições de vida dessas pessoas.

Durante muito tempo, as condições da minha vida – o fato de ter concluído os estudos, o fato de ter um ensino superior, de freqüentar determinados lugares – ou o simples fato de não precisar morar em uma ocupação, foram fatores que criaram um enorme sentimento de contradição e dúvida sobre minha inserção nesse processo. Sobre a legitimidade do meu *estar ali*.

Com o passar do tempo, com a observação das práticas de outras pessoas, com o reconhecimento e amizades sinceras que construí ali, mas principalmente, com a descoberta dos sentidos, que a ocupação – os moradores, a luta, os amigos dali – tem para mim, essas contradições estão se dissipando.

Quanto à ocupação do Rio Comprido, não estava lá no momento em que saíram, mas já era noite. Imaginei a noite descendo sobre todas aquelas pessoas. Ocupar é sempre um processo cansativo, por vezes exaustivo, que mobiliza muitas coisas: esperanças, necessidades, sentidos, possibilidades, expectativas, investimentos. Mais uma vez foram vitoriosos no ato de ocupar. Entraram, permaneceram lá. Não foram expulsos. Frente às circunstâncias, decidiram sair. Mas, certos de que num outro dia, nalgum lugar, tentarão novamente. Nesses processos, nessas

vivências, se desconstroem posturas rígidas, arrogantes, individualistas, formas de pensar que ignoram o outro, a alteridade. Constroem-se sentidos e objetivos de vida coletivos. Objetivos de viver.

Pedras no caminho

Durante o processo de estabilização da ocupação, surgiram várias dificuldades, que iam desde o risco de chegada do pedido de reintegração de posse, a problemas de relacionamento interno entre os moradores, entre os moradores e o apoio (conjunto dos movimentos sociais ali presentes), entre o próprio apoio. A vivência com a primeira ocupação – Chiquinha Gonzaga – conferiu conhecimento e experiência aos participantes da Zumbi dos Palmares, que recebeu substancial apoio dos moradores da Chiquinha.

Algumas dificuldades se fazem mais expressivas que outras, por vezes emperrando o andamento dos processos de luta. Segue abaixo opinião de um morador da Zumbi dos Palmares, sobre a dificuldade de organização dos trabalhadores informais, que em expressiva maioria moram na ocupação.

Sem ter que pensar muito, eu te dou cinco nomes de ocupações só aqui no Centro: Chiquinha, Zumbi, Arco da Lapa, Mem de Sá, Regente Feijó, todas lutam por moradia, todas com processo judicial, algumas com processo mais avançado, já mais tranqüilizado, outras com o pessoal em cima, mas todas não têm um papel que diga, toma, o prédio é de vocês. É um ponto em comum, entre vários. Ainda assim, com todos esse pontos em comum, a gente não consegue ver um movimento de ocupações forte no Rio de Janeiro. Não consegue ver um movimento consolidado, construído pelas pessoas das próprias ocupações. A questão é o seguinte: o poder no mundo descobriu que quanto mais fodido o cara fica, mais difícil para ele se organizar politicamente, então, o Brasil, como a África, não tem nada por terem tudo, eles vem aqui e vão levando, vão levando, vão levando. Eles notaram que quanto mais pobres ficassem os pobres do terceiro mundo, mais difícil seria pra eles se organizarem. E sei que eu tenho condição, sei que eu tenho inteligência, tenho condição pra tá junto organizando uma puta duma massa pra se revoltar contra esse sistema. Por que que não organiza? Porque todo o dia eu tenho que vender a minha mão de obra barata pra sustentar meus filhos. Eu, eu, tô falando eu, assim pra ser o referencial do trabalhador. Nem sempre a gente tem condições. A gente não tem o que comer,

tem que correr atrás do pão de cada dia. A única proposta é a proposta de produção dentro das ocupações, através de cooperativas. (José da Silva d)

Uma outra dificuldade encontrada na solidificação do processo, que considero um significativo analisador da nossa inserção, a inserção dos *movimentos sociais* nos processos de lutas populares, diz respeito aos vícios que os militantes – chamados, pelos moradores das ocupações de militantes – trazem de suas práticas políticas, às vezes partidárias, de suas visões ideológicas, que, por vezes, se distanciam sensivelmente das necessidades e práticas das populações.

Tivemos um problema com algumas pessoas que chegaram lá com os discursos políticos prontos, pessoas que já eram de movimentos sociais, militantes, com uma visão já viciada de certas práticas, o próprio pessoal do PT, que já estão viciados em certas disputas, lutas, que estão preocupados em dirigir o processo, o que vai contra a nossa proposta, com a proposta da construção coletiva. E por mais que eles concordassem com as colocações do coletivo, na prática acabavam querendo controlar tudo. Como se fosse uma espécie de direção invisível. E quando perdem o controle ou percebem que não estão com o controle do processo, entram em desespero. A questão é essa: poder popular não tem controle mesmo, poder popular é poder popular. Não tem como planejar muito, a longo prazo. Acontece, surpreende e acaba passando o rodo nas pessoas revolucionárias que acabam, por vezes, atrasando a luta, porque acham que as coisas são ou devem ser do jeito que elas pensam. Eles acabam impedindo o avanço da massa.

Tivemos dificuldades com os militantes, alguns que nem participaram do processo, mas que foram chamados a apoiar. Não passaram pelo processo de discussão e construção interna, chegaram com suas idéias sobre o que poderia ser aquilo ali o que acabou gerando alguns conflitos. Isso acabou se resolvendo, mas atrasou o processo, contribuiu para que outros problemas surgissem, inclusive os de oportunismos mesmo, de pessoas querendo se dar bem. Tinha um cara que era pastor coisa e tal, e ele tinha um plano corporativo, que só descobrimos depois, que pretendia manipular as pessoas para usar os apartamentos em benefício próprio, para vender. Ele falava com algumas poucas pessoas sobre a idéia de controlar o processo, de colocar ordem. A ordem dele. Só que essas pessoas tinham compreendido o processo, que não era bem assim, denunciaram ele. Em dois meses de ocupação ele foi expulso pelo coletivo. Tiveram outras situações de um pessoal que pretendia fazer uma espécie de ONG, seria meio uma ONG meio moradia, ligada ao PT, sendo que essas pessoas seriam escolhidas pelo próprio

INCRA (Projeto junto a Procuradoria do INCRA), as pessoas que causavam menos problemas pra eles, seriam as selecionadas. Mas eles não souberam encaminhar a proposta muito bem, faziam reuniões secretas com o INCRA, deixaram alguns furos e nós soubemos encaminhar bem os furos e usar contra eles. (José da Silva, a)

Analizador que deveria servir para reflexão e produção de outras práticas, mais afinadas aos movimentos das populações que lutam por melhores, mais adequadas e dignas condições de vida, que não se enxergam tão ‘sem’ (sem-teto, sem-terra, sem-emprego...) como, muitas vezes, nós os enxergamos. *Esse processo de coletividade tá se construindo, tá se fortalecendo. Tanto que o Jornal O Dia colocou na capa ‘Ocupação Fortaleza’ porque o tráfico não entra, nem na Chiquinha Gonzaga nem na Zumbi dos Palmares. Os movimentos sociais, mal ou bem, resolveram o problema, de ao menos, quase duas centenas de famílias. Mas tem muito mais famílias com o mesmo problema e pior. Então na verdade, é estar conseguindo moradias pra essas pessoas, também pra estar dialogando junto a essas pessoas na busca de algo maior, meio que trazendo que o coletivo não tem que funcionar bem só aqui dentro não, aqui ele funciona bem, mas deveria ser assim lá fora também. E a idéia é começar a pensar o que Cidinho e Doca⁴⁶ já disseram lá num funk, o Rap da felicidade que o “povo tem a força e só precisa descobrir, se lá eles não fazem nada, faremos tudo daqui”.*

Considerações finais

Este trabalho teve como ponto de partida, a tentativa de análise da globalização mundial, entendendo-a como um processo de uma nova fase da produção capitalista, que encontra na reestruturação geográfica umas das soluções de suas crises e impasses (Harvey, 2004). Destacando, com isso, o fato de que a produção do espaço – a reorganização geográfica, desigual – no capitalismo, pode ser considerada um “aspecto fundamental e intrínseco à dinâmica de acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes” (2004, p.81).

⁴⁶ Cidinho e Doca são dos cantores de música funk, escreveram o Rap da Felicidade (“Eu só quero é ser feliz, morar

Sobre as mudanças e transformações advindas dessa reestruturação geopolítica, David Harvey (2004) lança um questionamento: as mudanças ocorridas na atualidade podem ser consideradas “pronunciadas e sinérgicas” (p. 98) suficientes a ponto de acarretar uma era qualitativamente nova no desenvolvimento do capitalismo mundial, que necessite de uma revisão radical de conceitos e teorias e do aparelho político vigente? Ele responde a sua própria pergunta, propondo a mudança do termo *globalização* para a noção de *desenvolvimento geográfico desigual*, e aponta que não houve uma revolução fundamental do modo de produção e das relações sociais a ele vinculadas, e que, se houve uma certa tendência qualitativa nas mudanças da contemporaneidade, elas apontam para uma reafirmação dos valores capitalistas.

Essa reafirmação dos valores capitalistas na atualidade, é algo percebido não só por David Harvey,

a construção desse espaço marginalizado não começa de agora, ela vem de muito, muito tempo, na verdade ela se mantém. É o capitalismo, ele tá aí há anos, na verdade ele vem se estruturando, à medida que o tempo vai passando ele vai se modificando, mas a ideologia de exploração do homem pelo homem continua a mesma. E a construção desse espaço marginalizado ela continua tendo a mesma base de raciocínio, que é você tirar do centro urbano da cidade a população pobre, que não coincidentemente, é a população negra, não coincidentemente é a população nordestina, e deixar o centro pras elites dominarem. Só que tem um problema, o capitalismo ele é organizado, mas ele não é super-homem, eles não conseguem.
(José da Silva c)

Nesse sentido é através da compreensão da dinâmica dos desenvolvimentos geográficos desiguais⁴⁷ que se pode avaliar as contradições inerentes ao processo, e assim, definir campos de ação possíveis.

Harvey (2004) insiste que a partir das contradições e paradoxos inerentes à globalização – instabilidades financeiras, aprofundamento das desigualdades econômicas, desgaste ambiental, crescente frustração econômico-social-cultural – podem-se criar políticas alternativas que levem a uma mudança radical.

tranqüilamente na favela que eu nasci...”).

⁴⁷ Caracterizando o “neoliberalismo como destacada violação dos direitos humanos” (Harvey, 2004, p. 126), percebe-se que a globalização envolve um alto nível de autodestruição, de desvalorização de distintos lugares, torna populações vulneráveis ao desemprego, a degradação dos padrões de vida e do meio ambiente, a destruição de tradições culturais, etc (2004, p. 115).

a globalização traz integralmente de volta a questão de nossa “condição de espécie” no planeta terra... Ela abre espaços tanto de debate conceitual e teórico como de batalha política (...). E sobretudo torna necessário e possível redefinir direitos humanos universais que vão bem além dos reconhecidos em 1948⁴⁸. Esses direitos não vão ser espontaneamente concedidos ou reconhecidos justamente porque podem levar a mudanças revolucionárias nas ordens sociais e nas economias políticas. Eles só vão ser conquistados por meio de lutas. (Harvey, 2004, p. 128)⁴⁹.

Entendendo o indivíduo como uma constituição social em transformação e criação, como um conjunto de relações socioecológicas (op. cit. p.309), revela que as espaço-temporalidades da vida (e seu modo de subjetivação⁵⁰) contribuem para limitar nossa visão do possível ou dos possíveis, e que a construção de um processo de mudança, ou de uma revolução, requer algum tipo de coletivização do impulso e do desejo de mudança (op. cit. p.312).

Partindo desse referencial acerca dos fenômenos globais, o trabalho sistematizou-se como uma possibilidade de registro, de intensificar experiências de uma prática de luta, de sobrevivência, dentro das cidades contemporâneas, em especial uma grande cidade, como o Rio de Janeiro. Entendendo as cidades como “também a expressão das resistências, dos conflitos e tendências manifestadas no real (...) como expressão da vida de muitos e diferentes homens e mulheres” (Barbosa, 2006, p.104-105), portanto, como o espaço de representações das nossas condições concretas de existência, é na vivência no/com o espaço “que precisamos acreditar na nossa capacidade de criação de ações *políticas* que fazem do espaço urbano / cidade o espaço de vida social comum, comunitária onde o agir e a participação compartilham os destinos da cidade” (op. cit. 2006, p. 104-5).

Espaços plurais de criação, de tecelagem de cotidianos, espaços afirmadores de práticas

(...) possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir, a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam subprodutos das mesmas, (...). Também, são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos, de resistência, disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às

⁴⁸ Harvey (2004) refere-se à Declaração de Direitos Humanos de 1948, e nesse sentido, ele diz que o neoliberalismo pode ser entendido como uma sistemática violação dos direitos do homem.

⁴⁹ Ir além dos direitos reconhecidos na Declaração de 1948, significa, dentre outras coisas, adequado acesso a chances de vida (p.128), enfocando as infinitas variações de costumes, hábitos, modos de vida e modos de subjetivação.

⁵⁰ Apesar de não usar explicitamente este termo, arrisco afirmar que o autor está se referindo aos modos de subjetivação da/na contemporaneidade.

vezes, provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento (Foucault, 1985, p. 91).

Partindo desses referenciais, nosso objetivo foi destacar o fato de que nesses espaços outras relações acabaram por se constituir, muitas vezes, devido à necessidade do momento ou da circunstância. No tocante à organização e sustentação desses espaços, as propostas de manutenção exigem a constituição de redes que priorizam o coletivo – propostas de interesse comum ao grupo – na execução de todas as etapas e tarefas necessárias e urgentes à sustentação desses espaços. Sendo assim, por uma questão de sobrevivência da proposta de luta por moradia, há a necessidade de se criarem laços de solidariedade e trabalho conjunto. É claro que algumas vezes essa forma de funcionamento causa desentendimentos, *rachas*, problemas e dificuldades graves que funcionam como obstáculos à proposta e organização de cunho coletivo. Porém, o interessante encontra-se no fato de que, a maioria das idéias que sustentam uma posição ou interesse individual acaba sendo suplantada nas assembléias coletivas, no acontecer do dia-a-dia, deslegitimizando esse tipo de inserção – individual – num espaço coletivo

Tentou-se perceber os processos de resistência, de criação e construção de sentidos, ações, práticas, de formas de com-viver, que se firmam e afirmam num processo de moradia coletiva – aqui a ocupação de prédios abandonados. E ainda, o que essas outras práticas, esses outros olhares sobre o espaço, sobre a moradia, sobre a precarização da vida, fissuram no modo hegemônico de se vivenciar essas categorias. Ou seja, falar de lugares onde se efetua a experiência do cotidiano popular de pessoas que “passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação” (Chauí In Sader, 1988, p.15).

Que nosso objetivo tenha sido alcançado. Que a leitura tenha sido agradável e proveitosa.

Que possamos nos lembrar sempre que somos iguais, que possamos nos lembrar sempre da potencialidade de nossas ações! E que é a partir desse elemento comum que nos tornamos coletivos, que tecemos a com-vivência necessária à construção de outros modos de viver! Porque como já disse Peter Pal Pelbart (2000), *tudo isso é a vida e não a morte!*

Um pouco da história de vida dos participantes deste trabalho e sobre nossas conversas

Esta é uma breve apresentação da história pessoal de cada companheiro que participou deste trabalho, alguns mais diretamente que outros, lendo, discutindo o texto – a organização dos parágrafos, as idéias presentes. Outros, eu apenas quis registrar sua história. É o caso do Sr. Ferreira e do Cláudio, que infelizmente faleceram. Sr. Ferreira era morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga, e Cláudio, morador da Zumbi dos Palmares.

Jose da Silva – carioca, solteiro, menos de trinta anos, desempregado durante todo o processo de ocupação e fixação, morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Conversa, trechos

grafados para facilitar minha memória, de um encontro, um almoço na minha casa. Foi um dia que tiramos para relembrar os processos de ocupação, inclusive aqueles dos quais não participei.

José da Silva – negro, menos de 20 anos, solteiro, desempregado, morador da Ocupação Zumbi dos Palmares. Conversa transcorrida durante o jantar no quarto de um camarada morador da Chiquinha Gonzaga.

José da Silva – mais de quarenta anos, desempregado, solteiro, nordestino, morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Conversa transcorrida em seu apartamento, na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

José da Silva – filho de agricultor, entre os quarenta e cinquenta anos, pai, desempregado, morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Conversa transcorrida em sua casa, seu quarto na ocupação Chiquinha Gonzaga.

José da Silva b

Morava em Santa Cruz, numa comunidade proletária que o pessoal chama de favela onde o tráfico era latente. Era também uma ocupação de terra, foi uma ocupação agrícola e em seguida se transformou em uma ocupação urbana. Aquilo lá era uma fazenda, chamada fazenda do Rollas, eu não sei porque esse cara tinha tantas terras, havia um cultivo de laranja que parece que teve um processo que um pessoal jogou uma espécie de praga no laranjal, para acabar com o laranjal, e aí foi acabando a laranja, outras coisas, como aipim, não davam muito sustento. Também havia um processo de remoções, do pessoal que era tirado à força daqui de baixo e removido pra lá. Naquela época já existia a Favela do Aço. E começa a acontecer assim, o povo trabalhador é jogado lá pra cima, passa a viver lá em condições precárias. Ele começa a roubar da horta do agricultor que também ganha uma miséria, que acaba tendo que custear o roubo daquele que também não tem culpa de tá roubando. Aqui em baixo você ganha um cafezinho, vende alguma coisa, você dá jeito no processo de miséria que você vive. Lá não. Se você não tem nada pra comer você vai apanhar aonde tem. Aliás eu não vejo isso como roubo.

Daquela época pra cá vem crescendo muito a questão do tráfico, do tóxico, que foi jogado pelos americanos nas comunidades carentes, uma forma de extermínio do trabalhador.

No início o tráfico era até afável, amigo do trabalhador, na maioria dos casos são filhos de trabalhador que entram no tráfico. Aí o traficante que naquela época era mais independente, o tráfico tava pouco organizado, aí ele era muito mais a favor do trabalhador. O traficante era da própria comunidade, ele pagava o leite da criança que não tinha leite, comprava o gás, enfim, inclusive era o cara que vinha da cultura do malandro lá dos anos 60, que vinha proteger os 'fracos e oprimido's. Aí vinha crescendo e hoje virou o que virou. Na comunidade que eu morava, há pouco tempo atrás, a polícia e o tráfico quase matou meus filhos. Teve o maior tiroteio, eu tava trabalhando, eles tavam na rua, maior tiroteio. Eles tiveram que se esconder em baixo da mesa. Depois, não podia ouvir uma bombinha que corria pra debaixo da mesa, todo traumatizado. Trocaram tiro no meu quintal. Enfim, uma verdadeira catástrofe. Ali a gente morava num barraco, num quarto, com banheiro.

José da Silva c

Eu cheguei aqui no Rio como qualquer nordestino, insatisfeito com a cidade pequena, o campo restrito, os amigos que eu tinha já estavam todos aqui. Fiquei criando coragem. E a coragem veio quando a necessidade também veio. Eu trabalhei quatro anos e meio no setor de autopeças. Foi esforço de minha mãe. Eu não podia trabalhar com pesado. Eu, sujeito raquítico, não podia pegar peso nem nada. Consegui o emprego, o cara até me ajudou, muito embora esteja nessa linha de exploração do trabalho. Comecei como peão, mas em pouco tempo tava gerenciando aquilo. Foi ficando sobrecarregado pra mim. Em contrapartida, enquanto eu trabalhava como um condenado, o sujeito enricava, comprava gado, comprava fazenda, e eu tinha que trabalhar o dia inteiro. Saía do trabalho, corria e ia pra escola. Da escola, andava quarenta minutos, chegava em casa às onze horas. Aquilo foi me deixando exausto. Foi um dia e pedi um aumento pra ele. E ele não me deu não. Eu achava sinistro esse negócio de você ser escravo do trabalho. Depois de cinco anos fui embora. A história de meu pai marca muito a minha história. Porque quando ele tinha 13 anos de idade ele teve que picar a mula de casa porque o avô dele o maltratava muito, e ele viu que não ia dar pra ele ficar ali, e então ele fugiu de casa. Trabalhou numa fazenda, quando saiu de lá ganhou uma junta de boi, pegou essa junta e montou um açougue. Com o tempo o açougue não tava indo bem, transformou numa mercearia. Dali as coisas se estabilizaram. Foi por isso que ele me deu a educação, que eu não teria, porque os meus pais legítimos trabalhavam pra esse senhor que me adotou. Enquanto isso

se passava, as coisas estavam bem. Depois ele morreu, eu tava com uns dez anos, as coisas ficaram com meu cunhado, que não soube administrar. Foi um deus nos acuda, porque lá no nordeste quem cuida dos provimentos da casa é o homem. Com o tempo ficamos sem nada. Eu me formei no segundo grau em ciências contábeis, e lá eu já entrei de frente com a direção, porque eles ofereciam uns cursos que não davam condição pra gente aprender adequadamente aquela profissão, era tudo teórico, não havia um laboratório, um lugar onde aprender na prática. Acabou que só se deu bem quem trabalhava com aquilo.

A primeira tentativa de sair de casa, foi em 1993. Fui parar numa obra de uma hidrelétrica que o Fernando Collor tava fazendo. Cheguei lá e a contratação já tava no fim, cheguei lá encontrei aquela peãozada toda, e peão é um povo solidário, tentaram arrumar alguma coisa, mas não deu. Fizeram uma vaca e fui para em Belo Horizonte. Fiquei tempos lá, num abrigo. Depois fui pra Florianópolis. Mas nessa época eu já tinha olhado os livros, pesquisado sobre o clima, as pessoas, descobri se haveria receptividade. Chegando lá deixei minhas coisas num guarda volumes e fui procurar vaga de emprego num jornal. Precisa de vigia que tenha segundo grau. Fiquei no alojamento deles, com comida. Fiquei ali um ano e meio. Um lugar paradisíaco. Eu trabalhava três dias sim e folgava um. E acredite, eu achava aquilo muito bom. Foi um período muito bom. Ficava impressionado, quando você entra num ônibus, os adolescentes dão lugar pros mais velhos. Tem Itajaí, onde o desenvolvimento educacional é muito mais acentuado. E realmente, pra lá, pras aquelas bandas de lá o Brasil é outro. Aliás, Brasil são Brasis. Alguém já disse.

Sr. Ferreira

O Sr. Ferreira esteve comigo, aqui em casa, algumas vezes. Eu estava mudando de casa e ele tinha vindo pegar umas coisas que eu não ia mais precisar – mesa, armário, sofá – porque eu estava indo para um apartamento que tinha tudo isso. Veio do Sul tentar a vida aqui no Rio. Tinha família lá, mas pelo que percebi, não possuíam um contato sólido. Sei que foram informados de seu falecimento, vieram ao Rio para buscar uma televisão e outros objetivos que estavam no quarto dele.

Ferreira teve várias profissões, trabalhou na CEG, trabalhou como montador de móveis. Quando o conheci era camelô, vendia bebida à noite na Lapa. Morou durante um bom tempo em casa ou quartos de aluguel. A ocupação surgiu como uma possibilidade de diminuição de gastos.

Ele já vinha de uma outra experiência de ocupação, mas com um pessoal que organizava do jeito deles, parece que era um processo centralizado num grupo que mandava; eles mandavam e as pessoas tinham que obedecer. No meio do processo ele descobriu as nossas reuniões e logo de início já falou que aqui era diferente, aqui ele tinha o direito de se colocar, de opinar. A partir disso ele se juntou integralmente aqui, na Chiquinha Gonzaga. (J.S)

De acordo com relatos de amigos do Sr. Ferreira, ele desenvolveu uma expressiva identificação com todo o processo de organização e de ocupação propriamente dita, que lhe abriu novas perspectivas, que conferiu uma outra identidade a um senhor, que de acordo com ele mesmo, já se encontrava cansado, com bastante idade, vivendo a vida das ruas à noite, onde as pessoas só querem se dar bem. Ali ele vislumbrou outros possíveis, tornou-se participativo, interveio na vida política da ocupação, se esforçou para dar visibilidade à ocupação, encontrou uma certa tranquilidade para seu cansaço advindo das noites de trabalho como camelô.

Trabalhando a noite, exposto ao sereno e frio, e já com certa idade, o Sr. Ferreira adoeceu, teve resfriados, gripes. Parece que passou por períodos de aborrecimento com algumas práticas que de distanciavam das propostas do coletivo. Além disso ele vivia sozinho, e quando ficava doente não se alimentava direito, não tinha vontade de comer, e como não havia ninguém que o acompanhasse, ele acabava ficando sem comer por alguns dias. Todos esses fatores juntos, culminaram com uma pneumonia, que o levou a um processo de emagrecimento a ponto do coletivo decidir encaminhá-lo a um hospital.

Eu vejo que um pouco isso foi culpa nossa, de ele ter ficado assim, falo por experiência minha, às vezes parece que vendemos a idéia de um produto que não é bem da forma como falamos que é. É uma forma metafórica de falar. Ele vestiu a camisa, acho que justamente por ele vestir a camisa é que ele sofreu mais. No início, quando o processo estava recente, as contradições eram muito visíveis. Conseguimos construir uma outra experiência, mas não da forma como, pelo mesmo eu, tinha idealizado. A coisa é mais no atrito mesmo e com o tempo se percebe que é isso, essas contradições, é que faz com que as coisas andem, uma hora elas vão uma contra a outra, até que uma se sobrepõe, e esta vai virar uma outra coisa, como se fosse um produto. Foi um pouco isso que eu não tinha vivido com tanta intensidade. Posso até dizer que foi uma coisa meio religiosa. As pessoas se sentiram aconchegadas. Muitas delas se entregaram de corpo e alma ao processo. E foi isso que aconteceu com o Ferreira. Isso foi uma

falta de sensibilidade das pessoas. Sr. Ferreira morreu por causa disso. Fui a última pessoa que o viu em vida, quando fui no hospital. (J.S.)

Na conversa com amigos, ouvindo seus relatos da visita a Ferreira no hospital, parece ter sido essa uma experiência que causou sofrimento e indignação nessas pessoas. Contaram que o lugar estava fedendo, suor, restos de curativos, fezes, mais de 70 pessoas num mesmo lugar, tinha dias que era possível ficar ali e ninguém lhe dirigir a palavra. Ferreira ficou ali alguns dias, sem que ninguém o assistisse. Segurou durante umas seis ou sete horas um potinho que era para coletar o exame de escarro. Ninguém tinha vindo buscar. Esperou dois dias para tirar um raio X do pulmão. Morreu numa madrugada. As pessoas da ocupação, responsáveis por acompanhá-lo durante período que esteve internado, cuidaram do enterro.

Cláudio

Para falar do Sr. Cláudio farei uso de uma reportagem veiculada no Jornal do Brasil do dia 16 de outubro de 2005. Utilizo este recurso porque não tinha contato estreito com ele e por acaso a reportagem faz referência a ele. A reportagem refere-se à Ocupação Zumbi dos Palmares.

“Toda segunda, quarta e sexta tem assembléia, tal e qual uma reunião de condomínio, para discutir problemas do prédio. Nas últimas reuniões, o debate tem sido em torno de uma punição para reprimir o consumo de bebidas alcoólicas no edifício e o roubo de objetos, já que a maioria dos moradores não fecha a porta dos apartamentos. Um ocupante até já foi expulso por roubar uma bermuda.

A Zumbi se mantém sob o princípio da autogerência: nos dias de reunião, todo morador tem autoridade para começar a assembléia. Assim, fazem questão de ressaltar que não há líder; todas as decisões são tomadas pelo "Coletivo", que é como chamam as reuniões.

J. conta que, certa vez, faltaram R\$ 200 das finanças de uma das ocupações de que já participou. O responsável foi descoberto e, em assembléia, decidiram pela sua expulsão. Enraivecido, denunciou que um dos moradores já foi gerente de boca-de-fumo. Era verdade, mas a história tinha outros meandros: o ex-trafficante teria abandonado o morro ao ver o filho, ao lado de amigos, brincando com arma na mão. Sobreviveu catando papelão e dormindo nas ruas.

- Conversamos a sós, e ele me contou que tentava dar uma vida diferente ao filho.

O embrião da Zumbi nasceu a partir da Chiquinha Gonzaga, por sua vez, criada por militantes, camelôs e sem-tetos que articularam a ocupação daquele antigo hotel vendido ao Incra, onde há 21 anos não existia nada. Ou quase.

- Era residência de urubus. Sério, pessoas dormiam nas ruas enquanto um casal de urubus tinha um ninho no último andar - conta J.

Quando a ocupação se estabilizou, a notícia se espalhou e um grande número de pessoas apareceu pedindo moradia, dentre os quais Helena (nome fictício), moradora de um morro no centro, que tentava fugir da violência do marido. Com a lotação da Chiquinha, só havia uma solução: ocupar outro prédio.

Foram quatro meses de reuniões à noite em praças e sindicatos para decidir a melhor estratégia. Uma comissão de cinco pessoas ficou encarregada de arrombar a porta principal do prédio, enquanto quase 300 se "esconderiam" pelas redondezas. Eram 2h da manhã quando o plano foi posto em ação, mas acabaram despertando a suspeita de policiais federais, cuja sede fica no quarteirão ao lado. Em busca de outros prédios, o mutirão foi para a Cinelândia e depois para a Lapa. Lá, cancelaram a batalha.

Mas a guerra continuava. Helena, sem poder voltar para casa, morou e se alimentou de favor com os novos companheiros da Chiquinha enquanto o outro plano levou nove meses para ser concebido. Na madrugada de uma terça-feira, a comissão de arrombamento saiu da Chiquinha Gonzaga. Em seguida, a cada minuto saía um grupo de 20 ocupantes, formando um movimento de quase 300 que arrombaram os fundos do prédio. Eram cerca de 100 famílias que, assim como Helena, tinham agora como endereço a Avenida Venezuela 53. Endereço onde, tal como ocorreu na Chiquinha Gonzaga, pessoas como S. e M. às vezes passam, à procura de lugar melhor para viver”. (Jornal do Brasil on line, 16 de outubro de 2005: *Assembléias decidem o rumo da ocupação*)

O ex-trafficante desta história é Cláudio. Pai de dois filhos, deixou o morro, o tráfico. Saiu fugido para buscar uma oportunidade de moradia na ocupação. Durante os 14 meses que morou na Zumbi, não conseguiu se estabelecer em alguma atividade que lhe rendesse uma renda. Descobriu que debaixo das ruas, existe toda uma rede de fiação elétrica, que em sua maioria está desativada e abandonada. Essa fiação é composta de quantidade expressiva de cobre. Ele começou a entrar nesses poços, a desencapar os fios e a pegar o cobre para revender e assim obter

uma renda. Um dia, no mês de maio deste ano, ele, meio bêbado, entrou num poço para pegar o cobre, mas não notou que ali, toda a rede elétrica estava ativada. Morreu eletrocutado.

A história de Cláudio e o episódio de sua morte são assuntos ainda muito presentes nas conversas com os moradores: *Cláudio tava encaminhado para fazer um treinamento na Fiocruz para ser agente do meio ambiente, mesmo sem letra nem nada. E eu tinha encontrado um camarada da Zumbi que tinha estado com ele e que ele revelou que daria muito pra sair da vida que ele tinha levado até ali.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Luís Antônio. As cidades da falta. **Saúde e loucura**, n.6, p. 170-182, 1997.

_____. **A cidade dos sábios**. Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

_____. Cidades, lugares e sujeitos: contribuições da literatura e da política. In: Frigotto, Gaudêncio (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Ed. vozes, 2 ed., p. 194 – 203, 2001.

- BARBOSA, Jorge L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: OLIVEIRA, Márcio P. **Território territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. vol. 1.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. **Mal estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BENTHAM, Jeremy. O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 11-74.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.85 – 166.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 15-69.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COCHART, D., HAROCHE, Claudine. Uma política da indiferença: impassibilidade e isolamento nas sociedades totalitárias. In: TRONCA, Ítalo A. **Foucault vivo**. Campinas: Fontes, 1987. p. 89-100.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOLHA LIVRE. Jornal do Coletivo Mídia Independente. Goiânia, março/2005, n. 02, p. 04-06.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- _____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2004.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Texto O sujeito e o poder. 1995, p.240-242. In RABINOW, P.; DREYFUSS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GÓMEZ, J. M. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, P. (org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 128-179.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 20001.

- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- _____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HECKERT, Ana Lúcia C. **Narrativas de resistência**: educação e políticas. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. **O novo século**: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1996, no.24, p. 243 – 253.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JORNAL DO BRASIL. 16/10/2005.
- JORNAL O GLOBO. 04/07/2006.
- KOWARIC, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LIMA, Nísia V. Trindade. O movimento dos favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973). Dissertação de Mestrado em Ciência política. Rio de Janeiro; IUPERJ, 1989. In: SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas 1930 – 1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- LIMA, Sonia Lucio Rodrigues. **O movimento dos trabalhadores sem-teto**: novos sujeitos na luta pelo direito à cidade. *Universidade e Sociedade*, ano XII, n. 29, mar/2003, p. 80-85.
- MAIOLINO, Ana Lúcia G. **Espaço Urbano e Subjetividade**: um foco especial sobre a favela do Canal das Tachas. Tese de Doutorado, defendida no Programa de Pós- Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da UERJ, Rio de Janeiro, 2005.
- MALAGUTI, Vera B. O medo na cidade do Rio de Janeiro. In ZAMORA, Maria Helena (org.). **A cidade e as formas de viver**. 2005, p.45 – 56.
- MANCIBO, Deise. **Modernidade e produção de subjetividades**. Tese para Professora Titular. Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ, out. 1999.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In ARANTES, Antônio A. **O espaço da diferença**. Campinas / SP: Papirus Editora, 2000, p. 176 – 185.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: OLIVEIRA, Márcio P. **Território territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. vol. 1.
- MUTIRÃO – Jornal do Coletivo *Ocupação Chiquinha Gonzaga*. Rio de Janeiro, n.1, 2004.

- NEVES, Margarida de Souza. O Povo na Rua um “Conto de duas cidades”. In: Pechman, Robert M. (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 135 – 155.
- PELBART, P. **A vertigem por um fio**. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- _____. **Vida Capital** – Ensaio de Biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9 –17.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SENNETT, Richard. **A nova sociedade urbana**. Le Monde Diplomatique. Ed. Brasileira, ano 2, n. 13, 2001
- SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas 1930 – 1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SODRÉ, Muniz. **A máquina de narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- SOUZA, Marcelo L. e RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOUZA, Sandro Soares de. **Memória, cotidianidade e implicações**: construindo o Diário de Itinerância na pesquisa (sem maiores referências)
- VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoções das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. In: SOUZA, Marcelo L. e RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ANEXOS

Outras ocupações...

Coloquei em anexo, a título de ilustração, alguns emails recebidos divulgando as condições da Ocupação Chiquinha Gonzaga, logo no início do processo e informativos de outras ocupações, no Estado do Rio de Janeiro, e uma em Goiânia. Infelizmente são arquivos de Internet, que eu recortei de minha caixa de email e guardava no computador no formato Word, com fins de preservar a memória dos acontecimentos, mas não me preocupei em copiar os remetentes e datas dos emails. Portanto, os referidos informativos preservam os anos, mas não as

datas especificamente, além disso, foi impossível manter a formatação do parágrafo usado em toda a dissertação, neste tópico específico, devido às inúmeras diferenças de formatação das mensagens recebidas. Considerei que, mesmo assim, seria interesse compartilhar esses documentos.

Ocupação 17 de maio⁵¹: ano de 2003, 300 famílias com o objetivo de conquistar um pedaço de terra para morar, ocuparam um terreno em Nova Iguaçu (município do estado do Rio de Janeiro), abandonado há décadas, pertencente à antiga linha férrea. Durante dois meses houve inúmeras tentativas de expulsão, destruição do acampamento (incendiado cinco vezes), mas os ocupantes sempre resistiam, voltavam e reconstruíam seus barracos. A luta garantiu a realização de obras de energia elétrica, água, drenagem, cultivo, a criação de projetos culturais e educacionais.

Ocupação Zumbi dos Palmares⁵²: 130 famílias, ocuparam prédio abandonado, no mês de abril de 2005, nas imediações da Praça Mauá, centro da cidade do Rio de Janeiro. Através do trabalho e organização coletiva, os moradores, limparam os três primeiros andares do prédio, montaram uma cozinha coletiva, estabeleceram um sistema de recuperação das instalações hidráulicas, transformando o prédio abandonado num recomeço de suas vidas.

Ocupação Sonho Real⁵³: consistiu em uma ocupação de terra, em perímetro urbano, na cidade de Goiânia, por 3.000 mil famílias, contabilizando, cerca de 12 mil pessoas. Há época da ocupação, parece que houve incentivos de políticos interessados nas eleições, chegando a doar material para a construção de casas e barracos. O prefeito de Goiânia na época – Íris Rezende – garantiu a permanência das famílias na área, inclusive doando material de construção. Em fevereiro de 2005, a ocupação começou a sofrer ameaças e ações das forças policiais, que jogavam bombas, davam tiros com pistola de borracha, durante várias noites, no período da

⁵¹ Folheto informativo da Ocupação, veiculado pra pedir apoio de outros movimentos.

⁵² Folheto informativo da Ocupação divulgando ato em solidariedade à ocupação.

⁵³ Informações coletadas de uma matéria escrita no “Folha Livre” Jornal do Coletivo de Mídia Independente (CMI), em março de 2005, p. 04-06, e de um vídeo, produzido pelo próprio CMI, que mostrou todo o processo de desocupação.

madrugada. Depois de toda pressão psicológica sobre os moradores e, frente à resistência dos moradores em permanecer no local, a ocupação foi invadida, pela Polícia Militar de Goiás, resultando na expulsão de 3.000 mil famílias, dois mortos, dezenas de feridos e vários desaparecidos. Mais de 10 milhões de reais foram gastos pelo governo Estadual nessa operação, que a polícia denominou “Operação Triunfo”.

Ocupação Chiquinha Gonzaga:

Seguem documentos da Ocupação Chiquinha Gonzaga:

I) Famílias Sem Teto Ocupam Prédio Do Incra Abandonado a mais de 21 Anos

Na noite de 23 de julho de 2004, cerca de 40 famílias sem moradia, entre moradores de rua, de abrigos, ou que já não conseguem arcar com o aluguel ocuparam o prédio número 110 da Rua Barão de São Félix, próximo a central do Brasil, Rio de Janeiro - RJ.

O imóvel de 12 andares pertence ao Incra e encontra-se vazio e não utilizado a pelo menos 21 anos, segundo informações de vizinhos.

A ocupação foi pacífica, mas a madrugada de sábado (24 de julho), apareceram policiais ameaçando, mas os ocupantes resistiram, explicaram seus objetivos e a PM foi embora.

Os ocupantes deram nome “Chiquinha Gonzaga” a ocupação, em homenagem às mulheres que lutam por liberdade e dignidade.

Já foram iniciados os primeiros trabalhos de adaptação do prédio para moradia. Foi instalada a cozinha coletiva, os primeiros pavimentos estão sendo limpos, as instalações elétrica e hidráulica começam a ser postas em condições de uso.

A ocupação Chiquinha Gonzaga precisa da solidariedade de todo o povo trabalhador, dos movimentos sindical e comunitário, dos estudantes e organizações de direitos humanos. Todos podem dar sua contribuição:

- 1. Doando água, alimentos, agasalhos, material de limpeza.*
- 2. Fazendo pressão sobre poderes e órgãos públicos, em primeiro lugar sobre o governo federal e o incra, para que o prédio seja doado aos ocupantes para moradia das famílias.*
- 3. Divulgando nossa luta na imprensa, nos movimentos e entre os amigos.*

O direito a moradia será conquistado com luta e solidariedade.

LISTA DAS NECESSIDADES DA OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA

- | | |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| - Caixa d'água plástica ou tambor
plástico de 200 litros | - Cloro |
| - Fios elétricos para instalações de
baixa tensão | - Panos de chão |
| - Bocais e lâmpadas | - Bujão de gás (vasilhame) |
| - Filtro de barro | - Acendedor de fogão |
| - Água potável | - Papel higiênico |
| - Máscaras contra pó | - Cobertores |
| - Vassouras e pás | - Colchonetes e colchões |
| - Soda cáustica | - Cadeiras |
| - Álcool | - Pano para confecção de faixas |
| | - Medicamentos básicos para nossa
farmácia comunitária |

VIVA A LUTA POPULAR!

VIVA A LUTA DOS SEM TETO!

VIVA A OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA!

II) Informes atualizados da Ocupação Chiquinha Gonzaga (27/07).

A ocupação Chiquinha Gonzaga completou hoje (27/07), terça-feira, quatro dias de luta e buscando subsídio para manutenção das pessoas ocupantes. Nesta segunda, nos dirigimos ao Incra e fomos recebidos pelo superintendente Claudir Furtado, e pelo procurador Fernando Mattaz. Onde reafirmamos nossa reivindicação do prédio para moradia das famílias e para projetos sociais e culturais abertos a toda comunidade da região próxima (Central e Portuária).

Eles se comprometeram a não permitir uso de violência contra os ocupantes, embora tenham revelado sua intenção de entrar com pedido de reintegração de posse.

Até ocuparmos o prédio, não se tinha notícia de nenhum projeto do Incra para ele. Mas assim que nos reunimos com eles, falaram da intenção de doar o mesmo para ONGs e movimentos sociais. Colocamos para eles que nós somos um movimento social.

Neste sentido, solicitamos o apoio do Incra à ocupação, eles se comprometeram e estamos esperando.

Estivemos presentes à assembléia dos funcionários do Incra onde recebemos aprovação e apoio dos mesmos.

Hoje, terça-feira, estivemos novamente ao Incra onde fomos recebidos pelo procurador Sérgio.

Também, visitamos a associação de moradores da comunidade da Providência. Embora não conseguimos nos encontrar com o presidente, deixamos nossos materiais e explicamos nossa intenção de trabalhar com a comunidade.

Nesses dias temos trabalhado na manutenção hidráulica, na limpeza dos andares que chegou até o quarto onde descobrimos que havia entupimento nos banheiros. Tentamos desentupir até hoje com nossos meios, porém, diante da impossibilidade estamos juntando recursos para contratar um serviço de desentupimento.

Fechamos os buracos de ar condicionado e bloqueamos os elevadores que ofereciam problemas de segurança.

Com a cozinha melhor organizada, estamos servindo três refeições por dia onde as crianças presentes são alimentadas e cuidadas por todos. Ao mesmo tempo iniciou-se com a comissão de cultura as atividades recreativas com as crianças (contação de histórias). E as iniciamos as discussões dos projetos de alfabetização infantil, teatro, dança e música. Recebemos o apoio solidário de jovens punks e estudantes que organizarão um show beneficente para arrecadar doações para a ocupação.

*Estamos realizando duas reuniões por dia, uma de manhã e outra à noite.
Entraram mais 15 famílias previamente cadastradas desde domingo.
Continuamos buscando recursos para melhorar as condições das crianças na
ocupação, para comprar remédios e melhorar as condições dos idosos, e
doações de agasalhos para as famílias que não têm.
Comissão de Comunicação da Ocupação Chiquinha Gonzaga*

III) Manifestação em frente à ocupação (Rua Barão de São Félix, 110), dia 03 de agosto (terça-feira) às 17:00h.

*A manifestação foi tirada em assembléia da ocupação com o intuito de estar pressionando as instâncias responsáveis para que o mandato de desocupação não saia apesar do pedido de reintegração de posse encaminhado pelo INCRA.
(maiores informações no anexo)
Solicitamos também doações daqueles que puderem colaborar com a luta, pois pretendemos resistir o quanto nossas forças permitirem.
Material de limpeza, bocais e lâmpadas, material para elaboração de faixas, leite em pó para as crianças, legumes e verduras, entre outros itens, são bem vindos.*

É hora de resistência e solidariedade! Saudações.

IV) Informes

Apesar dos compromissos assumidos nas reuniões de segunda (26/07) e terça (27/07) que realizamos com o superintendente e os procuradores do Incra/RJ (eles disseram que não entrariam com ação de reintegração até nova reunião na próxima segunda (02/08)), descobrimos que eles entraram com a ação judicial, pedindo decisão em caráter liminar (urgente), na sexta (31/07). Segundo ainda levantamos, a ordem veio de Brasília, via fax, na quarta (28/07). Ou seja, o governo federal, sem fazer nenhum contato para negociação, optou pelo confronto com o movimento social.

Pois estamos preparados. Decidimos que resistiremos. Faremos nossa parte na esfera jurídica já a partir de segunda, mas em todo caso continuaremos ocupando o prédio e lutando pelo direito de transformar um imóvel abandonado há cerca de 20 anos num espaço útil para moradia de famílias necessitadas e para atividades sociais e culturais voltadas para toda comunidade próxima.

Nesse momento é que precisamos da solidariedade concreta e de classe de todos os movimentos, sindicatos, forças políticas, companheiras e companheiros. Solicitamos que o texto abaixo seja divulgado em suas listas e contatos, assinado por todos que nos apóiam, e enviado para:

Presidência do Incra - <presidencia@incra.gov.br>

Ministério do Desenvolvimento Agrário - <comunicacaosocial@mda.gov.br>

Ministério das Cidades - <cidades@idades.gov.br>

V) Carta enviada ao INCRA

À DIREÇÃO DO INCRA-RJ

AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

AO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Nós Entidades e Movimentos abaixo-assinados, declaramos a solidariedade e o apoio aos companheiros da ocupação Chiquinha Gonzaga, no Rio de Janeiro, que ocuparam no último dia 23 de julho de 2004, um prédio pertencente ao INCRA situado na rua Barão de São Félix número 110,

abandonado há cerca de 20 anos. Pedimos que o Incra retire a ação de reintegração de posse apresentada no dia 31/07/2004, e que faça a doação do prédio aos sem-teto para que seja respeitado o direito de moradia garantido na constituição (artigo 6) lembrando que toda propriedade tem que ter um fim social (artigo 5).

Além de ser um local de moradia para as 68 famílias residentes, a ocupação Chiquinha Gonzaga pretende oferecer para a comunidade do entorno cursos de alfabetização, pré-vestibular comunitário, creche, oficinas de artesanato e atividades culturais.

VIVA A LUTA POPULAR

VIVA A LUTAS DOS SEM-TETO

VIVA A OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA

VI) Ocupação Quilombo das Guerreiras.

A seguir reportagem sobre a ocupação Quilombo das Guerreiras, extraído do Jornal O Globo do dia 04 de julho de 2006.

Sem-teto invadem prédio no Rio Comprido

Taís Mendes

Representantes de 150 famílias sem-teto invadiram ontem de madrugada um prédio desocupado há dez anos, no Rio Comprido. O movimento — denominado Quilombo das Guerreiras — contou com o apoio de universitários que enfrentaram durante a manhã a força policial solicitada pelo proprietário do imóvel. Após momentos de tensão, em que a polícia usou gás de pimenta para conter os invasores, representantes do Instituto Estadual de Terras (Iterj), órgão responsável pela política de assentamentos do estado, negociaram com os invasores o cadastramento das famílias. Por volta das 18h de ontem, o prédio foi desocupado.

Segundo o vigia Girceu Marins da Silva, quatro homens iniciaram a invasão ao Edifício São Francisco de Paula, na Rua Estrela 64, por volta de 1h.

— Acordei assustado com o barulho da porta sendo arrombada — contou.

Polícia dispersa os manifestantes com gás

Proprietário do prédio, o advogado Pascoal Scofano chegou ao local às 9h. Bastante nervoso, enfrentou os estudantes que, do lado de fora, davam apoio à invasão:

— Esta é uma propriedade particular, pago os impostos em dia e só está desocupada porque iniciei, há três anos, obras nos apartamentos. Este prédio pertence a minha família há 40 anos. O governo é quem tem que garantir moradia e alimentação.

Com a chegada de 20 policiais do 1 BPM (Estácio), os manifestantes foram afastados da portaria do edifício e teve início um tumulto. Depois de jogar gás de pimenta nos manifestantes, os policiais conseguiram isolar a área. No interior do prédio, os 150 invasores exibiam faixas reivindicando moradia e o direito à ocupação.

— Queremos moradia, um direito do cidadão. Não queremos ir para abrigos porque isso seria só um estágio melhorado da vida nas ruas. Queremos viver com dignidade — disse Ras Ali Mustafá, um dos líderes dos sem-teto.

Por volta das 12h, três advogados do movimento informaram ao proprietário do prédio e aos policiais as reivindicações dos invasores: a presença de representantes das secretarias de Direitos Humanos e Habitação e a garantia de que a polícia não invadiria o imóvel. Os pedidos foram atendidos e, com a chegada do subsecretário de Direitos Humanos do Rio, Paulo Bahia, da assessora do presidente da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab) Flora Maranhão e da presidente do Iterj, Célia Ravera, os invasores aceitaram deixar o prédio, mas após o cadastramento.

As negociações foram acompanhadas pelo tenente-coronel Álvaro Moura, comandante interino do 1 BPM (Estácio), e por três advogados do movimento. Os advogados Jorge Braga, do Centro de Apoio às Populações Marginalizadas, e Mariana Trota, da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, lamentaram a falta de um representante da prefeitura.

Vizinhos dizem que prédio está desocupado há dez anos

Segundo moradores do Rio Comprido, o edifício, com dois blocos e um total de 32 apartamentos, está desocupado desde que pegou fogo, há dez anos.

— Não sei como não invadiram isso antes — comentou a secretária Lúcia Regina Silva.

Embora o proprietário tenha afirmado que vinha realizando obras há três anos, os representantes do governo do estado que participaram da negociação afirmaram não terem visto vestígios de obras. Um fotógrafo do GLOBO que permaneceu dentro do prédio durante todo o dia também não viu qualquer sinal de reformas.

COLABOROU: Antonio Werneck